



ESTADO PARA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL FEDERAL DE JUSTIÇA

**410 Questões**

**Caderno de  
Questões TJ PA**



**Pensar  
Concursos®**

---

# ÍNDICE

---

<b>LÍNGUA PORTUGUESA .....</b>	<b>3</b>
<b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>51</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO .....</b>	<b>59</b>
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>65</b>
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>99</b>
<b>DIREITO CIVIL.....</b>	<b>139</b>
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....</b>	<b>145</b>
<b>DIREITO PENAL.....</b>	<b>153</b>
<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL.....</b>	<b>166</b>
<b>GABARITO.....</b>	<b>171</b>

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto 1A2-II

1 Neide nunca tinha pensado naquilo até que,  
mexendo um cremezinho de laranja na cozinha, a nutricionista  
do programa das dez da manhã falou:

4 — Ninguém é obrigado a parecer velho.

Tirando a canseira provocada por aquele horror  
de exames que o médico tinha pedido, Neide considerou  
7 que, aos sessenta e quatro anos, até que não parecia velha.  
Mexeu o creme com mais vigor. A dermatologista deu aparte:

10 — Alguns estudos afirmam que a velhice começa  
aos trinta e seis anos de idade.

Aos trinta e seis anos, ela já era casada havia  
doze anos com João Carlos, já era mãe dos gêmeos,  
13 já sustentava a casa e tinha até contratado um auxiliar só para  
atender as freguesas que batiam palmas no portão. Aos trinta  
e seis anos, João Carlos já havia sido despedido da firma  
16 e já indicava que ia se tornar um deprimido de marca e um  
desempregado crônico. O fogão de seis bocas e a campainha  
com barulho de sino vieram depois, e seus préstimos  
19 de doceira eram anunciados em uma tabuleta de madeira.  
A apresentadora, que já nem era tão mocinha, considerou  
que tudo dependia do estado de espírito da pessoa e das  
22 escolhas feitas durante a vida:

— Às vezes, é preciso dizer não.

Neide pensou que falar era fácil e que mais a vida  
25 mandava do que ela escolhia. Na tevê, a palavra era  
do geriatra, um homem robusto, de tez bronzeada e cabelos  
fartos e grisalhos.

28 — As pessoas podem continuar sexualmente ativas  
até a morte. Literalmente, o amor não tem idade.

Neide sentiu uma tontura, e, de repente, a colher  
31 de pau caiu ao chão com barulho. Foi bem na hora em  
que João Carlos entrou na cozinha: estava com sede.  
Varreu com os olhos a figura diante de si: o pijama azul  
34 de listras estava tão acabado que nem dava para pano  
de chão, e a barriga do marido esgarçava as casas dos dois  
últimos botões. A tontura deu uma pequena tregua, o suficiente  
37 para que ela se desgostasse à visão do descaimento.

Cintia Moscovich, *Aos sessenta e quatro. Jr: Essa coisa brilhante que é a chuva*. Rio de Janeiro: Record, 2012 (com adaptações).

**01-** Assinale a opção que reproduz trecho do texto **1A2-II** em que predomina a tipologia descrição.

a) “Ninguém é obrigado a parecer velho” (l. 4)

b) “Neide considerou que, aos sessenta e quatro anos, até que não parecia velha. Mexeu o creme com mais vigor” (l. 6 a 8)

- c) "Alguns estudos afirmam que a velhice começa aos trinta e seis anos de idade" (l. 9 e 10)
- d) "Foi bem na hora em que João Carlos entrou na cozinha: estava com sede" (l. 31 e 32)
- e) "a barriga do marido esgarçava as casas dos dois últimos botões" (l. 35 e 36)

**02-** No último parágrafo do texto **1A2-II**, os dois-pontos, em suas duas ocorrências, introduzem, nos períodos em que ocorrem,

- a) opiniões da personagem Neide sobre a personagem João Carlos.
- b) esclarecimentos do narrador sobre a personagem João Carlos e sobre a visão de Neide diante do marido.
- c) impressões do narrador e da personagem Neide sobre a personagem João Carlos.
- d) constatações do narrador e da personagem Neide sobre a personagem João Carlos.
- e) suposições do narrador e da personagem Neide sobre a personagem João Carlos.

**03-** A afirmação "A dermatologista deu aparte:" (l.8) do texto **1A2-II** foi empregada para informar que a especialista apresentaria um(a)

- a) reflexão.
- b) advertência.
- c) repreensão.
- d) aviso.
- e) comentário.

**04-** Assinale a opção que apresenta uma expressão temporal que marca fato anterior aos acontecimentos da narrativa do texto **1A2-II**.

- a) "dez da manhã" (l.3)
- b) "aos sessenta e quatro anos" (l.7)
- c) "doze anos" (l.12)
- d) "até a morte" (l.29)
- e) "de repente" (l.30)

**05-** Depreende-se do texto **1A2-II** que a personagem Neide, ao assistir ao programa de tevê,

- a) teve certeza de que a sua aparência não correspondia a sua idade.

- b) compreendeu que havia começado a envelhecer aos trinta e seis anos de idade.
- c) surpreendeu-se ao saber que a ciência constatara que a velhice começa aos trinta e seis anos de idade.
- d) refletiu sobre as circunstâncias que a impulsionaram a se tornar, desde jovem, arrimo de família.
- e) constatou que os rumos de sua vida independiam das suas escolhas.

### Texto 1A2-I

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a expectativa de vida para ambos os sexos no Rio Grande do Sul foi superior à do Brasil em 1991, 2000 e 2010. Entre os vinte e sete estados brasileiros, o Rio Grande do Sul (RS) era em 2010 o quarto estado com a maior esperança de vida ao nascer, tendo sido superado pelo Distrito Federal, Santa Catarina e São Paulo. De acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer, no RS, para ambos os sexos, passou de 72,4, em 2000, para 77,8 em 2016.

Os estudos de evolução demonstram que a transição demográfica começou mais cedo em relação à maior parte dos estados brasileiros e tornou-se mais evidente nas últimas décadas, o que caracterizou o rápido aumento absoluto e relativo das faixas de população adulta e idosa. Em relação ao sexo, as diferenças ficam ainda mais evidentes quando se constata a maior esperança de vida ao nascer entre as mulheres — que em 2016 atingiu 81,1 anos, ao passo que entre os homens alcançou 74,3 anos. Como resultado, o número de mulheres é superior ao número de homens, principalmente nas faixas de idade mais avançadas.

Internet: <[www.fazenda.rs.gov.br](http://www.fazenda.rs.gov.br)> (com adaptações).

**06-** Infere-se do texto **1A2-I** que a transição demográfica no Rio Grande do Sul

- a) iniciou-se antes da ocorrida em São Paulo e no Distrito Federal.
- b) resultou em aumento da população idosa.
- c) impactou outros estados da região Sul, como Santa Catarina.
- d) tornou-se mais evidente no início do século XX.
- e) afetou o nível de qualidade da saúde da população idosa.

### Texto 1A1-II

1 O homem primitivo procurava defender-se do frio e da  
fome abrigoando-se em cavernas e alimentando-se de frutos  
silvestres, ou do que conseguia obter da caça e da pesca. Ao  
4 longo dos séculos, passou a espécie humana a sentir a  
necessidade de maior conforto e começou a reparar no seu  
semelhante. Assim, como decorrência das necessidades  
7 individuais, surgiram as trocas. Sistemas de troca direta, que  
duraram vários séculos, ocasionaram o aparecimento de  
palavras como “salário” (pagamento feito por meio de certa  
10 quantidade de sal) e “pecúnia” (do latim *pecus*, que significa  
rebanho de gado, ou *peculium*, relativo a gado miúdo, como  
ovelha ou cabrito).

13 As primeiras moedas, peças que representavam  
valores, geralmente em metal, surgiram na Lídia (atual  
Turquia), no século VII a.C. As características que se desejava  
16 ressaltar eram gravadas nas peças por meio da pancada de um  
objeto pesado (martelo), em primitivos cunhos. Foi o  
surgimento da cunhagem a martelo, na qual os signos  
19 monetários eram valorizados também pela nobreza dos metais  
empregados, como o ouro e a prata. Embora a evolução dos  
tempos tenha levado à substituição do ouro e da prata por  
22 metais menos raros ou suas ligas, preservou-se, com o passar  
dos séculos, a associação dos atributos de beleza e expressão  
cultural ao valor monetário das moedas, que quase sempre, na  
25 atualidade, apresentam figuras representativas da história, da  
cultura, das riquezas e do poder das sociedades.

A necessidade de guardar as moedas em segurança fez  
28 surgirem os bancos. Os negociantes de ouro e prata, por terem  
cofres e guardas a seu serviço, passaram a aceitar a  
responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar  
31 recibos escritos das quantias guardadas. Esses recibos  
passaram, com o tempo, a servir como meio de pagamento por  
seus possuidores, por serem mais seguros de portar do que o  
34 dinheiro vivo. Assim surgiram as primeiras cédulas de papel  
moeda, ou cédulas de banco, ao mesmo tempo em que a guarda  
dos valores em espécie dava origem a instituições bancárias.

Internet: <[www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br)> (com adaptações).

**07-** No período “A necessidade de guardar as moedas em segurança fez surgirem os bancos” (l. 27 e 28), do texto **1A1-II**, o termo “os bancos” funciona como

- a) agente de “fez”.
- b) sujeito de “surgirem”.
- c) complemento de “surgirem”.
- d) adjunto adverbial de lugar.
- e) complemento de “fez”.

### Texto 1A2-I

Conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a expectativa de vida para ambos os sexos no Rio Grande do Sul foi superior à do Brasil em 1991, 2000 e 2010. Entre os vinte e sete estados brasileiros, o Rio Grande do Sul (RS) era em 2010 o quarto estado com a maior esperança de vida ao nascer, tendo sido superado pelo Distrito Federal, Santa Catarina

e São Paulo. De acordo com o IBGE, a expectativa de vida ao nascer, no RS, para ambos os sexos, passou de 72,4, em 2000, para 77,8 em 2016.

Os estudos de evolução demonstram que a transição demográfica começou mais cedo em relação à maior parte dos estados brasileiros e tornou-se mais evidente nas últimas décadas, o que caracterizou o rápido aumento absoluto e relativo das faixas de população adulta e idosa. Em relação ao sexo, as diferenças ficam ainda mais evidentes quando se constata a maior esperança de vida ao nascer entre as mulheres — que em 2016 atingiu 81,1 anos, ao passo que entre os homens alcançou 74,3 anos. Como resultado, o número de mulheres é superior ao número de homens, principalmente nas faixas de idade mais avançadas.

Internet: <[www.fazenda.rs.gov.br](http://www.fazenda.rs.gov.br)> (com adaptações).

**08-** Depreende-se das informações do texto **1A2-I** que, no Rio Grande do Sul, a esperança de vida ao nascer

- a) aumentou entre os homens em 2000.
- b) diminuiu entre as mulheres em 2000.
- c) aumentou entre os homens em 2016.
- d) diminuiu entre homens e mulheres em 2000.
- e) diminuiu entre as mulheres em 2016.

**Texto 1A1-II**

1 O homem primitivo procurava defender-se do frio e da  
fome abrigando-se em cavernas e alimentando-se de frutos  
silvestres, ou do que conseguia obter da caça e da pesca. Ao  
4 longo dos séculos, passou a espécie humana a sentir a  
necessidade de maior conforto e começou a reparar no seu  
semelhante. Assim, como decorrência das necessidades  
7 individuais, surgiram as trocas. Sistemas de troca direta, que  
duraram vários séculos, ocasionaram o aparecimento de  
palavras como “salário” (pagamento feito por meio de certa  
10 quantidade de sal) e “pecúnia” (do latim *pecus*, que significa  
rebanho de gado, ou *peculium*, relativo a gado miúdo, como  
ovelha ou cabrito).

13 As primeiras moedas, peças que representavam  
valores, geralmente em metal, surgiram na Lídia (atual  
Turquia), no século VII a.C. As características que se desejava  
16 ressaltar eram gravadas nas peças por meio da pancada de um  
objeto pesado (martelo), em primitivos cunhos. Foi o  
surgimento da cunhagem a martelo, na qual os signos  
19 monetários eram valorizados também pela nobreza dos metais  
empregados, como o ouro e a prata. Embora a evolução dos  
tempos tenha levado à substituição do ouro e da prata por  
22 metais menos raros ou suas ligas, preservou-se, com o passar  
dos séculos, a associação dos atributos de beleza e expressão  
cultural ao valor monetário das moedas, que quase sempre, na  
25 atualidade, apresentam figuras representativas da história, da  
cultura, das riquezas e do poder das sociedades.

A necessidade de guardar as moedas em segurança fez  
28 surgirem os bancos. Os negociantes de ouro e prata, por terem  
cofres e guardas a seu serviço, passaram a aceitar a  
responsabilidade de cuidar do dinheiro de seus clientes e a dar  
31 recibos escritos das quantias guardadas. Esses recibos  
passaram, com o tempo, a servir como meio de pagamento por  
seus possuidores, por serem mais seguros de portar do que o  
34 dinheiro vivo. Assim surgiram as primeiras cédulas de papel  
moeda, ou cédulas de banco, ao mesmo tempo em que a guarda  
dos valores em espécie dava origem a instituições bancárias.

Internet: <[www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br)> (com adaptações).

**09-** De acordo com o texto **1A1-II**, as moedas

- a) constituíram alternativa ao sistema de troca direta.
- b) foram elemento importante para o surgimento dos bancos.
- c) eram de difícil transporte, por isso, pouco a pouco, foram substituídas pelas cédulas em papel moeda.
- d) impulsionaram o consumo e a concentração de poder nas sociedades.
- e) detinham valor monetário apenas se esteticamente bonitas e produzidas a partir de metais nobres.

**10-** No período em que se insere, no texto **1A1-II**, a oração “por serem mais seguros de portar do que o dinheiro vivo” (l. 33 e 34) exprime

- a) um motivo por que recibos passaram a ser utilizados como meio de pagamento.
- b) uma condição para que recibos fossem utilizados como meio de pagamento.
- c) uma explicação para que as pessoas se sentissem mais seguras portando recibos em vez de dinheiro vivo.
- d) uma justificativa para que os recibos fossem mais seguros que dinheiro vivo.
- e) uma consequência de os recibos terem passado a ser utilizados como meio de pagamento.

**11-** A correção gramatical e os sentidos do texto **1A1-II** seriam preservados caso a forma "preservou-se" (l.22) fosse substituída por

- a) foi preservada.
- b) foram preservados.
- c) teria sido preservada.
- d) teriam sido preservados.
- e) tinha sido preservada.

**Texto 1A1-I**


**PEÇA NOTA  
COM CPF  
E CONCORRA  
A PRÊMIOS DE ATÉ  
R\$ 1 MILHÃO.**

Cadastre-se no programa e peça a nota fiscal com CPF na hora das suas compras. Você concorre a prêmios e ainda ajuda entidades sociais.

Acesse o site [www.nota fiscal gaucha.rs.gov.br](http://www.nota fiscal gaucha.rs.gov.br) e cadastre-se já.

Nota fiscal com CPF é um direito do cidadão.

**NFG**  
Nota Fiscal Gaúcha

**o que é NFG?**

A Nota Fiscal Gaúcha é um programa que estimula o cidadão a pedir notas fiscais em todas as suas compras, combatendo a sonegação fiscal. Pelo programa os cidadãos concorrem a prêmios de até R\$ 1 milhão, e as entidades sociais por eles indicadas são beneficiadas com recursos do estado.

**Como participar?**

- 1** | CADASTRE-SE  
no site [www.nota fiscal gaucha.rs.gov.br](http://www.nota fiscal gaucha.rs.gov.br)
- 2** | INFORME SEU CPF  
ao realizar suas compras
- 3** | ACUMULE PONTOS  
Cada R\$ 1 = 1 ponto  
Cada 100 pontos = 1 bilhete
- 4** | CONCORRA  
a prêmios de até 1 milhão



Secretaria de Fazenda


 Internet: <<https://nfg.sefaz.rs.gov.br>> (com adaptações).

**12-** Predominam no texto **1A1-I** as tipologias textuais

- a) descrição e narração.
- b) argumentação e injunção.
- c) exposição e narração.

- d) exposição e injunção.
- e) descrição e argumentação.

**13-** No período “Você concorre a prêmios e ainda ajuda entidades sociais”, do texto **1A1-I**, a palavra “ainda” está empregada com o mesmo significado de

- a) por fim.
- b) além disso.
- c) até mesmo.
- d) não obstante.
- e) como consequência.

**14-** No trecho “A Nota Fiscal Gaúcha é um programa que estimula o cidadão a pedir notas fiscais em todas as suas compras, combatendo a sonegação fiscal. Pelo programa os cidadãos concorrem a prêmios de até R\$ 1 milhão, e as entidades sociais por eles indicadas são beneficiadas com recursos do estado”, do texto **1A1-I**, a correção gramatical ficaria comprometida caso fosse introduzida uma vírgula imediatamente após

- a) “notas fiscais”.
- b) “Pelo programa”.
- c) “prêmios”.
- d) “indicadas”.
- e) “recursos”.

**15-** Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita para o trecho “as entidades sociais por eles indicadas são beneficiadas com recursos do estado”, do texto **1A1-I**. Assinale a opção em que a reescrita proposta preserva os sentidos originais e a correção gramatical do texto.

- a) recursos do estado beneficiam as entidades sociais por ele indicadas
- b) beneficia-se com recursos do estado as entidades sociais indicadas por parte deles
- c) por eles indicadas, as entidades sociais são beneficiadas com recursos do estado
- d) as entidades sociais indicadas são beneficiadas por eles com recursos do estado
- e) as entidades sociais que eles indicaram beneficiam-se com recursos do estado

## Texto 1A2-II

1 Nascida na Grécia, especificamente na cidade-Estado  
de Atenas, no período clássico, a palavra “democracia” é  
composta pelos radicais gregos *demos* e *kratos*, que significam,  
4 respectivamente, “povo” e “governo”. Em linhas gerais, a  
democracia é definida, desde a antiga Grécia, como “governo  
do povo”, ou “governo popular”, em contraposição a outras  
7 formas de governo que também remontam à Idade Antiga,  
como a aristocracia, a monarquia, a diarquia e a oligarquia,  
entre outras.

10 A democracia moderna, tal como a concebemos hoje,  
isto é, pautada em ordenamentos jurídicos e instituições  
políticas sólidas, que representam os três Poderes (Executivo,  
13 Judiciário e Legislativo), só se tornou possível após a  
derrocada do Antigo Regime Absolutista, na transição do  
século XVIII para o século XIX. Com a Revolução Francesa e,  
16 depois, a Era Napoleônica, surgiram na Europa alguns dos  
alicerces do que veio a ser o nosso modelo de regime  
democrático: a formação de grandes centros populacionais, em  
19 virtude da Revolução Industrial; a noção de povo associada a  
uma nação; a soberania política da nação vinculada a esse  
povo, e não mais ao rei; e a instituição do voto, ou sufrágio  
22 universal, como parte do sistema representativo direto.

A democracia desenvolvida em Atenas não era  
considerada o melhor dos governos possíveis (como é hoje o  
25 nosso modelo de democracia), e isso por um motivo  
razoavelmente simples: apenas uma fração mínima dos  
“homens livres” integrava a vida política de Atenas. Mulheres,  
28 escravos, estrangeiros e outras categorias sociais não tinham  
direito de participar das deliberações da assembleia (*Ekklesia*).  
A experiência da democracia ateniense tinha como  
31 preocupação fundamental, antes de qualquer coisa, evitar a  
tirania — pior forma de governo para a época.

A *Ekklesia*, assembleia grega, era um modelo de  
34 instituição política bastante restrito. Era um “embrião” do que  
veio a ser a democracia representativa na sociedade de massas.

Robert A. Dahl. *Sobre a democracia*. Trad. Beatriz Sidou. Brasília:  
Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 117 (com adaptações).  
Cláudio Fernandes. *O que é democracia?* In: *Brasil Escola*.  
Internet: <<http://brasilescola.uol.com.br>> (com adaptações).

**16-** A correção gramatical e as relações de coesão do texto **1A2-II** seriam mantidas caso todo o trecho “e isso por um motivo razoavelmente simples:” (l. 25 e 26) fosse substituído pelo termo

- a) apesar de.
- b) porque.
- c) porém.
- d) além de que.
- e) enquanto.

**17-** De acordo com o texto **1A2-II**, a democracia ateniense era

- a) restrita a homens.
- b) o pior dos governos possíveis para a época.
- c) privilégio de uma fração mínima da sociedade.
- d) exercida nas eleições das autoridades da *Ekklesia*.
- e) o único meio de se evitar a tirania na Idade Antiga.

**18-** No texto **1A2-II**, o sujeito da forma verbal "surgiram" (l.16) é

- a) indeterminado.
- b) constituído por "Revolução Francesa" (l.15) e "Era Napoleônica" (l.16).
- c) "alicerces" (l.17).
- d) "alguns dos alicerces (...) regime democrático" (l. 16 a 18).
- e) "a formação (...) representativo direto" (l. 18 a 22).

**19-** Da comparação entre democracia moderna e democracia grega estabelecida no texto **1A2-II** infere-se que

- a) a democracia grega era mais popular que é a democracia moderna.
- b) a democracia moderna é mais imperfeita do que era a democracia grega.
- c) ambas as democracias são pertinentes em qualquer contexto histórico
- d) ambas as democracias caracterizam-se pelo propósito de proteger a sociedade contra regimes tirânicos.
- e) a democracia moderna, à semelhança da grega, baseia-se na representatividade alcançada pelo sufrágio universal.

### Texto 1A2-I

1 Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os  
seres humanos, independentemente de raça, sexo,  
4 nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra  
condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à  
liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o  
direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos  
7 merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos  
humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de  
10 determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de  
promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de  
grupos ou indivíduos.

13 Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de  
seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o  
respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado  
16 na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela  
dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja,  
19 são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as  
pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de  
seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em  
22 situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido  
se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada  
culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

**20-** Os sentidos e a correção gramatical do texto **1A2-I** seriam preservados se o trecho “Todos merecem estes direitos, sem discriminação.” (l. 6 e 7) fosse substituído por:

- a) Todos sem discriminação, merecem estes direitos.
- b) Todos, sem discriminação merecem tais direitos.
- c) Todos, sem discriminação, merecem estes direitos.
- d) Sem discriminação, todos, merecem tais direitos.
- e) Todos, merecem, sem discriminação estes direitos.

## Texto 1A2-II

1 Nascida na Grécia, especificamente na cidade-Estado  
de Atenas, no período clássico, a palavra “democracia” é  
composta pelos radicais gregos *demos* e *kratos*, que significam,  
4 respectivamente, “povo” e “governo”. Em linhas gerais, a  
democracia é definida, desde a antiga Grécia, como “governo  
do povo”, ou “governo popular”, em contraposição a outras  
7 formas de governo que também remontam à Idade Antiga,  
como a aristocracia, a monarquia, a diarquia e a oligarquia,  
entre outras.

10 A democracia moderna, tal como a concebemos hoje,  
isto é, pautada em ordenamentos jurídicos e instituições  
políticas sólidas, que representam os três Poderes (Executivo,  
13 Judiciário e Legislativo), só se tornou possível após a  
derrocada do Antigo Regime Absolutista, na transição do  
século XVIII para o século XIX. Com a Revolução Francesa e,  
16 depois, a Era Napoleônica, surgiram na Europa alguns dos  
alicerces do que veio a ser o nosso modelo de regime  
democrático: a formação de grandes centros populacionais, em  
19 virtude da Revolução Industrial; a noção de povo associada a  
uma nação; a soberania política da nação vinculada a esse  
povo, e não mais ao rei; e a instituição do voto, ou sufrágio  
22 universal, como parte do sistema representativo direto.

A democracia desenvolvida em Atenas não era  
considerada o melhor dos governos possíveis (como é hoje o  
25 nosso modelo de democracia), e isso por um motivo  
razoavelmente simples: apenas uma fração mínima dos  
“homens livres” integrava a vida política de Atenas. Mulheres,  
28 escravos, estrangeiros e outras categorias sociais não tinham  
direito de participar das deliberações da assembleia (*Ekklesia*).  
A experiência da democracia ateniense tinha como  
preocupação fundamental, antes de qualquer coisa, evitar a  
31 tirania — pior forma de governo para a época.

A *Ekklesia*, assembleia grega, era um modelo de  
34 instituição política bastante restrito. Era um “embrião” do que  
veio a ser a democracia representativa na sociedade de massas.

Robert A. Dahl. *Sobre a democracia*. Trad. Beatriz Sidou. Brasília:  
Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 117 (com adaptações).  
Cláudio Fernandes. *O que é democracia?* In: *Brasil Escola*.  
Internet: <<https://brasilescola.uol.com.br>> (com adaptações).

**21-** De acordo com o texto **1A2-II**, a democracia moderna é uma forma de governo

- a) derivada da oligarquia.
- b) equivalente ao absolutismo.
- c) refratária às instituições fortes.
- d) caracterizada pela representatividade popular.
- e) inviável em grupos sociais reduzidos.

**22-** No texto **1A2-II**, a palavra “derrocada” (l.14) foi empregada com o mesmo sentido de

- a) ascensão ou subida.
- b) evolução ou crescimento.
- c) fortalecimento ou robustecimento.
- d) avanço ou progresso.
- e) declínio ou queda.

**23-** A correção gramatical, a coesão e os sentidos do texto **1A2-II** seriam preservados se o trecho “tal como a concebemos hoje” (l.10) fosse substituído por

- a) tal que tomamos hoje.
- b) tal qual concebido hoje.
- c) tal estruturada hoje.
- d) tal nós inventamos hoje.
- e) tal como compreendida por nós hoje.

### Texto 1A2-I

1 Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os  
seres humanos, independentemente de raça, sexo,  
nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra  
4 condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à  
liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o  
direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos  
7 merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos  
humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de  
10 determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de  
promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de  
grupos ou indivíduos.

13 Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de  
seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o  
respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado  
16 na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela  
dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja,  
19 são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as  
pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de  
seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em  
22 situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido  
se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada  
culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

**24-** Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto **1A2-I** apresenta predominantemente

- a) uma combinação de recursos descritivos e narrativos.
- b) recursos da tipologia textual argumentativa.
- c) elementos que caracterizam textos narrativos.
- d) uma articulação entre as tipologias expositiva e narrativa.
- e) elementos que caracterizam a tipologia expositiva.

**Texto 1A1-II**

1 O imposto sobre a propriedade de veículos  
automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano  
pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é  
4 calculado com base no valor do veículo comprado, e sua  
quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para  
7 o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual  
o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida  
pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é  
10 exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação  
de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger  
despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre  
13 outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe  
em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com  
16 informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas  
de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA,  
juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o  
19 licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica  
multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

**25-** O texto **1A1-II** menciona como requisito para o licenciamento de veículos automotores

- a) a quitação do veículo.
- b) o emplacamento do veículo.
- c) o recebimento do aviso de vencimento do IPVA.
- d) o pagamento integral do IPVA.
- e) a contratação do seguro obrigatório.

### Texto 1A2-I

1 Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os  
seres humanos, independentemente de raça, sexo,  
nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra  
4 condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à  
liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o  
direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos  
7 merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos  
humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de  
10 determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de  
promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de  
grupos ou indivíduos.

13 Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de  
seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o  
respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado  
16 na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela  
dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja,  
19 são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as  
pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de  
seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em  
22 situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido  
se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada  
culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

**26-** De acordo com o texto **1A2-I**, os direitos humanos são direitos

- a) ilimitados.
- b) insuscetíveis de venda ou cessão
- c) mantidos livres de qualquer influência.
- d) criados em prol de grupos sociais específicos.
- e) classificados em escalas de prioridade.

**Texto 1A1-II**

1 O imposto sobre a propriedade de veículos  
automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano  
pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é  
4 calculado com base no valor do veículo comprado, e sua  
quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para  
7 o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual  
o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida  
pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é  
10 exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação  
de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger  
despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre  
13 outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe  
em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com  
16 informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas  
de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA,  
juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o  
19 licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica  
multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

**27-** Com relação à tipologia textual, é correto afirmar que o texto **1A1-II** é predominantemente

- a) descritivo.
- b) informativo.
- c) argumentativo.
- d) narrativo.
- e) prescritivo.

**Texto 1A2-I**

1 Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os  
seres humanos, independentemente de raça, sexo,  
nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra  
4 condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à  
liberdade, o direito à liberdade de opinião e de expressão, o  
direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. Todos  
7 merecem estes direitos, sem discriminação.

O direito internacional relacionado aos direitos  
humanos estabelece obrigações para que os governos ajam de  
10 determinadas maneiras ou se abstenham de certos atos, a fim de  
promover e proteger os direitos humanos e as liberdades de  
grupos ou indivíduos.

13 Desde o estabelecimento das Nações Unidas, um de  
seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o  
respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado  
16 na Carta das Nações Unidas.

Os direitos humanos são fundados no respeito pela  
dignidade e no valor de cada pessoa. São universais, ou seja,  
19 são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as  
pessoas. São inalienáveis — e ninguém pode ser privado de  
seus direitos humanos —, mas podem ser limitados em  
22 situações específicas: o direito à liberdade pode ser restringido  
se, após o devido processo legal, uma pessoa for julgada  
culpada de um crime punível com privação de liberdade.

Internet: <<https://nacoesunidas.org>> (com adaptações).

**28-** No texto **1A2-I**, o sujeito da locução “podem ser limitados” (l.21), que está oculto, é indicado pelo termo

- a) “todas as pessoas” (l. 19 e 20).
- b) “inalienáveis” (l.20).
- c) “ninguém” (l.20).
- d) “seus direitos humanos” (l.21).
- e) “Os direitos humanos” (l.17).

**Texto 1A1-I**

1 Peças de barro de 4.000 a.C. encontradas na  
Mesopotâmia são os documentos escritos mais antigos que  
conhecemos. E o mais antigo desses documentos faz referência  
4 aos impostos. Naquela época, além de entregar parte dos  
alimentos que produziam ao governo, os sumérios, um dos  
povos que viviam por ali, eram obrigados a passar até cinco  
7 meses por ano trabalhando para o rei.

Os mais sortudos eram empregados para realizar a  
colheita ou para retirar lama dos canais da cidade. Os menos  
10 afortunados entravam para o exército, com grandes chances de  
morrer em uma guerra. Quem era rico escapava: mandava  
escravos para fazer o serviço sujo. Assim que surgiu a moeda,  
13 surgiu também a ideia de substituir a contribuição braçal por  
dinheiro.

Era assim também no antigo Egito. As evidências  
16 indicam que, em 3.000 a.C., os faraós coletavam impostos em  
dinheiro ou em serviços pelo menos uma vez por ano. Ninguém  
era tão temido quanto os escribas, responsáveis por determinar  
19 a dívida de cada um. O controle era tão rigoroso que  
fiscalizavam até o consumo de óleo de cozinha nas residências,  
já que essa era uma substância tributada. Os impostos eram  
22 mais altos para estrangeiros, e especula-se que foi para pagar  
dívidas tributárias que os hebreus, por exemplo, acabaram  
como escravos.

25 O Império Romano aperfeiçoou a técnica de impor  
tributos a estrangeiros. Em economias pré-industriais, a terra e  
o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso,  
28 a conquista de outras terras e de povos dava aos romanos  
acesso a mais riqueza, o que, por sua vez, permitia que  
conquistassem e controlassem um território ainda maior.

31 O censo, usado até hoje em muitos países, foi criado  
pelos romanos para decidir quanto deveriam cobrar de cada  
província. Os cálculos eram feitos com base no número de  
34 pessoas. Até hoje, a capacidade de cobrar impostos é  
diretamente proporcional à quantidade e à qualidade de  
informações disponíveis sobre os contribuintes.

Internet: <<https://super.abril.com.br/>> (com adaptações).

**29-** Depreende-se do texto **1A1-I** que, em 4.000 a.C.,

- a) peças de barro foram descobertas na Mesopotâmia, com registro dos impostos pagos pela população da época.
- b) a moeda foi inventada, o que permitiu que o pagamento de impostos passasse a ser feito exclusivamente com dinheiro.
- c) os povos da Mesopotâmia eram obrigados a trabalhar durante quase metade do ano para o rei.
- d) ricos escolhiam trabalhar na colheita, enquanto pobres eram obrigados a se tornar soldados do exército.
- e) os alimentos produzidos pelos sumérios eram, em parte, entregues ao governo da Mesopotâmia.

**30-** A correção e a coesão do texto **1A1-I** seriam preservadas caso fosse suprimida a vírgula empregada imediatamente após

- a) "Até hoje" (l.34).
- b) "censo" (l.31).
- c) "em 3.000 a.C." (l.16).
- d) "ali" (l.6).
- e) "Naquela época" (l.4).

### Texto 1A1-II

1 O imposto sobre a propriedade de veículos  
automotores (IPVA) é um tributo que deve ser pago todo ano  
pelos donos de qualquer tipo de veículo. O valor do IPVA é  
4 calculado com base no valor do veículo comprado, e sua  
quitação é um requisito para o licenciamento.

Do total arrecadado com cada veículo, 50% vão para  
7 o governo estadual e os outros 50%, para o município no qual  
o veículo tiver sido emplacado. Essa arrecadação, recolhida  
pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é  
10 exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação  
de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger  
despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre  
13 outros.

Para pagar o IPVA, o proprietário de veículo recebe  
em sua casa um aviso de vencimento do imposto, com  
16 informações sobre o veículo, valores, datas, parcelas, formas  
de pagamento. Com esse documento é possível quitar o IPVA,  
juntamente com o seguro obrigatório, e até fazer o  
19 licenciamento antecipado. O não pagamento do IPVA implica  
multa e impede a realização do licenciamento.

Internet: <<https://www.portaleducacao.com.br>> (com adaptações).

**31-** Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o trecho "Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não é exclusivamente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros." (l. 8 a 13), do texto **1A1-II**. Assinale a opção em que a proposta mantém a correção gramatical e a coerência do texto.

- a) Essa arrecadação recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios não é destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas sim, a despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

b) Essa arrecadação recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não se destinam apenas a asfaltamento de ruas, colocação de sinais e manutenção de rodovias, mas, também, a despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

c) Recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, essa arrecadação, não é somente destinada a asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, a manutenção de rodovias, mas, sim, a despesas com a educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

d) Essa arrecadação recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios não é destinada unicamente ao asfaltamento de ruas e à colocação de sinais, isto é, à manutenção de rodovias; pode abranger despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

e) Essa arrecadação, recolhida pela União, pelos estados ou pelos municípios, não só é destinada ao asfaltamento de ruas e colocação de sinais, isto é, à manutenção de rodovias, como também cobrem despesas com educação, saúde, segurança, saneamento, entre outros.

#### Texto 1A1-I

1 Peças de barro de 4.000 a.C. encontradas na  
Mesopotâmia são os documentos escritos mais antigos que  
conhecemos. E o mais antigo desses documentos faz referência  
4 aos impostos. Naquela época, além de entregar parte dos  
alimentos que produziam ao governo, os sumérios, um dos  
povos que viviam por ali, eram obrigados a passar até cinco  
7 meses por ano trabalhando para o rei.

Os mais sortudos eram empregados para realizar a  
colheita ou para retirar lama dos canais da cidade. Os menos  
10 afortunados entravam para o exército, com grandes chances de  
morrer em uma guerra. Quem era rico escapava: mandava  
escravos para fazer o serviço sujo. Assim que surgiu a moeda,  
13 surgiu também a ideia de substituir a contribuição braçal por  
dinheiro.

Era assim também no antigo Egito. As evidências  
16 indicam que, em 3.000 a.C., os faraós coletavam impostos em  
dinheiro ou em serviços pelo menos uma vez por ano. Ninguém  
era tão temido quanto os escribas, responsáveis por determinar  
19 a dívida de cada um. O controle era tão rigoroso que  
fiscalizavam até o consumo de óleo de cozinha nas residências,  
já que essa era uma substância tributada. Os impostos eram  
22 mais altos para estrangeiros, e especula-se que foi para pagar  
dívidas tributárias que os hebreus, por exemplo, acabaram  
como escravos.

25 O Império Romano aperfeiçoou a técnica de impor  
tributos a estrangeiros. Em economias pré-industriais, a terra e  
o trabalho são os principais ingredientes da riqueza. Por isso,  
28 a conquista de outras terras e de povos dava aos romanos  
acesso a mais riqueza, o que, por sua vez, permitia que  
conquistassem e controlassem um território ainda maior.

31 O censo, usado até hoje em muitos países, foi criado  
pelos romanos para decidir quanto deveriam cobrar de cada  
província. Os cálculos eram feitos com base no número de  
34 pessoas. Até hoje, a capacidade de cobrar impostos é  
diretamente proporcional à quantidade e à qualidade de  
informações disponíveis sobre os contribuintes.

Internet: <<https://super.abril.com.br/>> (com adaptações).

**32-** No texto **1A1-I**, a expressão "serviço sujo" (l.12) foi empregada em referência

- a) especificamente ao serviço de retirada de lama dos canais da cidade.
- b) especificamente ao trabalho de soldado do exército.
- c) a qualquer trabalho braçal.
- d) a qualquer atividade criminosa.
- e) à má qualidade dos serviços prestados pelos escravos.

**33-** Infere-se do texto **1A1-I** que os impostos no antigo Egito eram

- a) cobrados pelos escribas.
- b) pagos anualmente.
- c) aplicados a nativos e estrangeiros.
- d) estipulados pelos faraós.
- e) revertidos em benfeitorias.

**34-** O texto **1A1-I** caracteriza a economia do Império Romano como

- a) pré-industrial.
- b) escravocrata.
- c) capitalista.
- d) agrícola.
- e) autossustentável.

**35-** Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita para o trecho “Os mais sortudos eram empregados para realizar a colheita ou para retirar lama dos canais da cidade. Os menos afortunados entravam para o exército, com grandes chances de morrer em uma guerra.” (l. 8 a 11), do texto **1A1-I**. Assinale a opção em que a proposta mantém a correção gramatical e os sentidos originais do texto.

- a) Os mais sortudos eram empregados para realizar a colheita ou para retirar lama dos canais da cidade; os menos afortunados, entravam para o exército, com grandes chances de morrer em uma guerra.
- b) Os mais sortudos eram empregados tanto na colheita quanto para retirar lama dos canais da cidade. Os menos afortunados entravam para o exército e tinham grandes chances de morrer em uma guerra.
- c) Os empregados mais sortudos realizavam a colheita ou retiravam lama dos canais da cidade, os menos afortunados entravam para o exército, cujas chances de morrer em uma guerra eram grandes.
- d) Os mais sortudos eram empregados para colher ou para retirar lama dos canais da cidade, a despeito dos menos afortunados que entravam para o exército, com grandes chances de morrer numa guerra.
- e) Enquanto os mais sortudos eram empregados para realizar a colheita ou para retirar lama dos canais da cidade, os menos afortunados, por sua vez, entravam para o exército, com grandes chances de morrer em uma guerra.

**36-** No texto **1A1-I**, a expressão “Assim que” (l.12) indica, no período em que ocorre, uma noção de

- a) tempo, podendo ser substituída por **Logo que**, sem alteração dos sentidos do texto
- b) modo, podendo ser substituída por **Dessa maneira que**, sem alteração dos sentidos do texto.
- c) conclusão, podendo ser substituída por **Tão logo**, sem alteração dos sentidos do texto.
- d) causa, podendo ser substituída por **Como**, sem alteração dos sentidos do texto.
- e) comparação, podendo ser substituída por **Assim como**, sem alteração dos sentidos do texto.

**37-** Depreende-se das informações do texto **1A1-I** que

- a) os historiadores acreditam que os hebreus se tornaram escravos em razão de suas dívidas tributárias.
- b) os impostos surgiram em 4.000 a.C. e consistiam, nessa época, em uma contribuição braçal.
- c) os romanos tinham acesso a mais riquezas à medida que conquistavam terras.
- d) o recenseamento visa, ainda hoje, ao controle do Estado sobre os bens da população.
- e) os egípcios e os sumérios passaram a cobrar dinheiro como pagamento de impostos quando surgiu a moeda.

**38-** A correção gramatical do texto **1A1-I** seria mantida caso se substituísse

- a) “encontradas” (R.1) por **que encontravam-se**.
- b) “faz referência” (R. 3) por **referem-se**.
- c) “que produziam” (R.5) por **produzidos**
- d) “fiscalizavam” (R.20) por **fiscalizavam-se**.
- e) “dava” (R.28) por **davam**.

**Texto CG1A1-I**

1 No meio científico, é insuficiente — aliás, é  
perigoso — produzir apenas um grupo de profissionais  
pequeno, altamente competente e bem remunerado. Um esforço  
4 combinado que vise transmitir a todos os cidadãos a  
ciência — por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros,  
programas de computadores, parques temáticos, salas de  
7 aula — deve pautar-se em quatro razões principais.

Mesmo que nem sempre possibilite ao cientista um  
bom emprego, a ciência pode ser o caminho propício para  
10 vencer a pobreza nas nações emergentes. Ela faz funcionar a  
economia e a civilização global.

A ciência nos alerta contra os perigos introduzidos por  
13 tecnologias que alteram o mundo, especialmente o meio  
ambiente de que nossas vidas dependem. Assim, a ciência  
providencia um sistema essencial de alerta antecipado.

16 A ciência nos esclarece sobre as questões mais  
profundas das origens, das naturezas e dos destinos — de nossa  
espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo. A longo prazo,  
19 a maior dívida da ciência talvez seja nos ensinar, de um modo  
ainda não superado por nenhum outro empenho humano,  
alguma coisa sobre nosso contexto cósmico, sobre o ponto do  
22 espaço e do tempo em que estamos, e sobre quem nós somos.

Os valores da ciência e os da democracia são  
concordantes, em muitos casos indistinguíveis. A ciência e a  
25 democracia começaram ao mesmo tempo e no mesmo lugar: na  
Grécia dos séculos VI e VII a.C. A ciência confere poder a  
qualquer um que se der ao trabalho de aprendê-la (embora  
28 muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir  
esse conhecimento). Ela se nutre do livre intercâmbio de ideias.  
Tanto a ciência quanto a democracia encorajam opiniões não  
31 convencionais e debate vigoroso. Ambas requerem raciocínio  
adequado, argumentos coerentes, padrões rigorosos de  
evidência e honestidade.

34 Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um  
grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância,  
dedicação e coragem. Mas, se não praticarmos esses hábitos  
37 rigorosos de pensar, não poderemos ter esperança de  
solucionar os problemas verdadeiramente sérios que  
enfrentamos.

Carl Sagan, *Ciência e esperança*. In: *O mundo asombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58-9 (com adaptações).

**39-** No texto **CG1A1-I**, em “não poderemos ter esperança de solucionar os problemas verdadeiramente sérios” (l. 37 e 38), o trecho “de solucionar os problemas verdadeiramente sérios”

- a) exprime uma circunstância de modo para “poderemos ter”.
- b) exprime uma circunstância de modo para “ter esperança”.
- c) completa o sentido do termo abstrato “esperança”.
- d) completa o sentido da expressão “poderemos ter”.
- e) exprime uma circunstância de finalidade para “ter esperança”.

**40-** A correção gramatical do texto **CG1A1-I** seria mantida, ainda que seu sentido fosse alterado, caso se inserisse uma vírgula logo após

- a) “combinado” (l.4).
- b) “ambiente” (l.14).
- c) “superado” (l.20).
- d) “democracia” (l.30).
- e) “Ambas” (l.31)

**41-** A correção gramatical e os sentidos do texto **CG1A1-I** seriam mantidos caso o trecho “A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos — de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.” (l. 16 a 18) fosse reescrito da seguinte forma:

- a) As questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos de nossa espécie, da vida, de nosso planeta e do Universo nos são esclarecidas pela ciência.
- b) A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas, dos destinos, de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.
- c) A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas das origens, das naturezas e dos destinos, assim como de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo.
- d) A ciência nos esclarece sobre as questões mais profundas de nossa espécie, da vida, de nosso planeta, do Universo — das origens, das naturezas e dos destinos.
- e) As origens, as naturezas e os destinos de nossa espécie, da vida, de nosso planeta e do Universo são as questões mais profundas esclarecidas pela ciência.

**42-** Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto **CG1A1-I**: “Um esforço combinado que vise transmitir a todos os cidadãos a ciência — por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos, salas de aula — deve pautar-se em quatro razões principais.” (l. 3 a 7). Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que mantém a correção gramatical e a coerência do trecho.

- a) Para expandir a ciência em um esforço combinado, o rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula baseiam-se em quatro razões principais.
- b) Para transmitir a ciência a todos os cidadãos, há quatro razões principais para um esforço combinado do rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula.
- c) Deve orientar-se por quatro razões principais um esforço combinado que vise transmitir a ciência a todos os cidadãos por meio de rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula.
- d) Existe quatro razões para um esforço combinado que vise transmitir a ciência à todos os cidadãos: por rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos, salas de aula.
- e) Para transmitir a ciência, a todos os cidadãos — por rádio, TV, cinema, jornais, livros, programas de computadores, parques temáticos e salas de aula, há quatro razões principais para um esforço combinado.

**43-** De acordo com as ideias do texto **CG1A1-I**, o conhecimento acerca do contexto cósmico e do ponto do espaço e do tempo em que o ser humano está pode ser alcançado pela divulgação em grande escala da

- I** ciência.
- II** tecnologia.
- III** democracia.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**44-** Na linha 14 do texto **CG1A1-I**, o termo “de que” poderia ser substituído, sem alteração da correção gramatical e dos sentidos do texto, por

- a) no qual.
- b) pelo qual.
- c) cujas.
- d) dos quais.
- e) do qual.

**45-** No último parágrafo do texto **CG1A1-I**, o autor afirma que “Descobrir a gota ocasional da verdade no meio de um grande oceano de confusão e mistificação requer vigilância, dedicação e coragem” (l. 34 a 36). A afirmação “requer coragem” está baseada no argumento de que a ciência

- a) pode ser mal interpretada em nações emergentes, pobres e atrasadas.
- b) é desenvolvida no livre intercâmbio de ideias, em debates que envolvam opiniões que se opõem.
- c) pode ser perigosa se divulgar inverdades que prejudiquem a humanidade.
- d) exige métodos que se contrapõem aos valores da democracia.
- e) necessita de um grupo de profissionais altamente qualificados capaz de prevenir erros.

**46-** No texto **CG1A1-I**, o trecho “(embora muitos tenham sido sistematicamente impedidos de adquirir esse conhecimento)” (l. 27 a 29) está entre parênteses, como um acréscimo, para indicar que

- a) as populações dos países emergentes não conseguem alcançar o necessário padrão de rigor para o acesso ao conhecimento.
- b) muitos indivíduos são impedidos, por razões políticas e econômicas, de ter acesso ao conhecimento produzido pela ciência.
- c) a população em geral historicamente tem demonstrado que não consegue se dedicar a adquirir novos conhecimentos.
- d) os padrões de evidência, honestidade e rigor não têm sido respeitados pela ciência.
- e) o acesso dos cidadãos ao conhecimento científico está fora da alçada da política democrática.

**47-** Da leitura do texto **CG1A1-I** infere-se que

- a) a pobreza e o atraso das nações emergentes devem-se à falta de tecnologia.
- b) a ciência se desenvolveu devido ao advento da democracia na Grécia antiga, nos séculos VI e VII a.C.
- c) a ciência deve ser controlada por um pequeno e competente grupo de profissionais.
- d) a tecnologia, por seu largo alcance, alerta-nos contra futuros perigos.
- e) as descobertas e as formas de aprendizado da ciência devem ser amplamente divulgadas.

**48-** De acordo com o texto **CG1A1-I**, para a transmissão da ciência a todos os cidadãos é necessário

- a) relativizar o rigor científico diante das condições da população.
- b) encorajar as opiniões não convencionais e o debate.
- c) eliminar as possibilidades de mau emprego.
- d) afastar a aprendizagem da ciência de questões políticas.
- e) distinguir os tópicos científicos de questões da economia.

**Texto CG4A1FFF**

1 Sete anos após receber o título de Patrimônio Cultural  
do Brasil, o Complexo Cultural Bumba Meu Boi, uma das  
manifestações culturais mais marcantes do estado do  
4 Maranhão, pode receber reconhecimento internacional.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional (IPHAN) entregou ao Ministério das Relações  
7 Exteriores o dossiê de candidatura dessa manifestação cultural  
ao *status* de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O  
título é conferido pela Organização das Nações Unidas para a  
10 Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Bumba Meu Boi é uma apresentação que mistura  
brincadeira, música, dança e artes cênicas. Os participantes  
13 dramatizam a história dos personagens Pai Francisco e sua  
mulher grávida, Mãe Catirina. Pai Francisco rouba a língua de  
um dos bois da fazenda onde trabalhava para satisfazer os  
16 desejos de Catirina. O dono da fazenda, porém, perdoa o  
trabalhador após os participantes do folguedo recuperarem a  
saúde do boi. A história termina com uma festa para celebrar  
19 o final feliz de todos.

Internet: <www.brasil.gov.br> (com adaptações)

**49-** Assinale a opção em que a reescrita do primeiro parágrafo do texto **CG4A1FFF** está de acordo com as informações originais e com as exigências gramaticais.

a) O Complexo Cultural Bumba Meu Boi, sete anos após receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil, uma das manifestações culturais mais marcantes do estado do Maranhão, pode receber reconhecimento internacional.

b) Sete anos após receber reconhecimento internacional, pode receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil, o Complexo Cultural Bumba Meu Boi, uma das manifestações culturais mais marcantes do estado do Maranhão.

c) O Complexo Cultural Bumba Meu Boi, uma das manifestações culturais mais marcantes do estado do Maranhão, sete anos após receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil, pode receber reconhecimento internacional.

d) Sete anos após receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil, o Complexo Cultural Bumba Meu Boi, pode receber reconhecimento internacional, uma das mais marcantes manifestações do estado cultural do Maranhão.

e) Sete anos após uma das manifestações culturais mais marcantes do estado do Maranhão receber reconhecimento internacional, o Complexo Cultural Bumba Meu Boi pode o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

**50-** A correção gramatical e as informações originais do texto **CG4A1FFF** serão preservadas se, no trecho "O dono da fazenda, porém, perdoa o trabalhador após os participantes do folguedo recuperarem a saúde do boi" (l. 16 a 18), a palavra "porém" for substituída por

- a) portanto.
- b) entretanto.
- c) visto que.
- d) conforme.
- e) à medida que.

**Texto CG4A1BBB**

1 A história do Instituto Federal Fluminense começou  
no início do século passado. Foi Nilo Peçanha, o então  
presidente da República, que criou, por meio do Decreto  
4 n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, as escolas de aprendizes  
e artífices, com o propósito de educar e proporcionar  
oportunidades de trabalho aos jovens.

7 A princípio, a intenção era implantar as escolas nas  
capitais dos estados, cidades com maior capacidade de  
absorção de mão de obra, destino certo daqueles que buscavam  
10 novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos.  
Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, a escola não foi  
instalada na capital, e sim na cidade de Campos dos  
13 Goytacazes. No dia 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em  
funcionamento; era a nona a ser criada no Brasil, com cinco  
cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e  
16 eletricidade.

Com a crescente industrialização do país, tornava-se  
cada vez mais importante a formação de profissionais para  
19 suprir as demandas do mercado e, doze anos depois, as escolas  
de aprendizes e artífices de nível primário foram transformadas  
em escolas industriais e técnicas, equiparando-se às de ensino  
22 médio e secundário.

Internet: <<http://portal1.iff.edu.br>> (com adaptações)

**51-** No texto **CG4A1BBB**, o vocábulo “empregabilidade” (l.10) tem o sentido de

- a) empregos com ótimos salários e vantagens.
- b) possibilidade de encontrar empregos disponíveis.
- c) escolha de empregos com horários flexíveis.
- d) capacidade de se empregar pelas suas boas qualificações.
- e) disponibilidade de emprego para profissionais especializados.

### Texto CG4A1CCC

1 Relatório do Ministério da Justiça mostra que a  
quantidade de solicitações de refúgio atingiu número recorde  
em 2017. No total, foram 33.866 pedidos, na maioria de  
4 venezuelanos (17.865), revelou o documento **Refúgio em  
Números**.

De acordo com a legislação nacional, refugiados são  
7 pessoas que fogem devido a perseguição política, racial ou  
religiosa em seus países e a violações graves aos direitos  
humanos. Há, no momento, mais de 86 mil pedidos de  
10 reconhecimento de refúgio pendentes.

Nos últimos vinte anos, o Brasil reconheceu  
10.145 solicitações. Desse total, permanecem no país  
13 5.134 refugiados, sendo 35% deles sírios, que enfrentam uma  
guerra civil desde 2011. Segundo o relatório, mais da metade  
dos que ficaram no Brasil (52%) moram em São Paulo; 17%,  
16 no Rio de Janeiro; e 8%, no Paraná.

Internet: <www.brasil.gov.br> (com adaptações)

**52-** De acordo com as informações do texto **CG4A1CCC**, assinale a opção correta.

- a) Em 2017, houve 33.866 pedidos de refúgio de venezuelanos no Brasil.
- b) O documento **Refúgio em Números** foi elaborado pelos venezuelanos.
- c) Violações graves aos direitos humanos não dão direito a solicitação de refúgio.
- d) Das 10.145 solicitações de refúgio reconhecidas, 35% se referem a sírios.
- e) A maioria dos refugiados que permaneceram no Brasil está em São Paulo.

### Texto CG4A1EEE

Ceguei na beira do porto  
Onde as ondas se espaia  
As garça dá meia volta  
E senta na beira da praia  
E o cuitelinho não gosta  
Que o botão de rosa caia, ai, ai, ai  
Aí quando eu vim de minha terra  
Despedi da parentaia

Pena Branca e Xavantinho Internet: <www.lettras.mus.br>

**53-** No trecho de letra de música apresentado no texto CG4A1EEE, as expressões "espaia", "parentaia" e "As garça" foram empregadas como recurso

- a) poético próprio para garantir a métrica do poema.
- b) para intensificar a comunicação com os leitores e ouvintes.
- c) clássico para produzir efeito sonoro poético especial.
- d) para mostrar o uso de variação linguística rural não padrão.
- e) para ironizar os leitores que fazem uso formal da língua portuguesa.

**Texto CG4A1FFF**

1 Sete anos após receber o título de Patrimônio Cultural  
do Brasil, o Complexo Cultural Bumba Meu Boi, uma das  
manifestações culturais mais marcantes do estado do  
4 Maranhão, pode receber reconhecimento internacional.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico  
Nacional (IPHAN) entregou ao Ministério das Relações  
7 Exteriores o dossiê de candidatura dessa manifestação cultural  
ao *status* de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. O  
título é conferido pela Organização das Nações Unidas para a  
10 Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Bumba Meu Boi é uma apresentação que mistura  
brincadeira, música, dança e artes cênicas. Os participantes  
13 dramatizam a história dos personagens Pai Francisco e sua  
mulher grávida, Mãe Catirina. Pai Francisco rouba a língua de  
um dos bois da fazenda onde trabalhava para satisfazer os  
16 desejos de Catirina. O dono da fazenda, porém, perdoa o  
trabalhador após os participantes do folguedo recuperarem a  
saúde do boi. A história termina com uma festa para celebrar  
19 o final feliz de todos.

Internet: <www.brasil.gov.br> (com adaptações)

**54-** Em relação ao texto **CG4A1FFF**, assinale a opção correta.

- a) O texto é referencial e denotativo, pois não há múltiplos sentidos.
- b) O texto apresenta algumas expressões conotativas e outras denotativas.
- c) A informação é ambígua porque o título ainda não foi conferido pela UNESCO.
- d) Como focaliza um folguedo popular, há predomínio da conotação.
- e) O autor do texto pressupõe que o leitor sabe o que é o Bumba Meu Boi.

**Texto CG4A1DDD**

Oh, pedaço de mim  
Oh, metade exilada de mim  
Leva os teus sinais  
Que a saudade dói como um barco  
Que aos poucos descreve um arco  
E evita atracar no cais  
(...)

Chico Buarque Internet: <<https://www.lettras.mus.br>>

**55-** No texto **CG4A1DDD**, que é parte da letra de uma música, os três últimos versos apresentam uma

- a) comparação.
- b) antítese.
- c) ironia
- d) eufemismo.
- e) aliteração.

**56-** O texto CG4A1FFF é um(a)

- a) conto.
- b) crônica.
- c) ensaio.
- d) artigo de opinião.
- e) notícia informativa.

**Texto CG4A1CCC**

1 Relatório do Ministério da Justiça mostra que a  
quantidade de solicitações de refúgio atingiu número recorde  
em 2017. No total, foram 33.866 pedidos, na maioria de  
4 venezuelanos (17.865), revelou o documento **Refúgio em  
Números**.

De acordo com a legislação nacional, refugiados são  
7 pessoas que fogem devido a perseguição política, racial ou  
religiosa em seus países e a violações graves aos direitos  
humanos. Há, no momento, mais de 86 mil pedidos de  
10 reconhecimento de refúgio pendentes.

Nos últimos vinte anos, o Brasil reconheceu  
10.145 solicitações. Desse total, permanecem no país  
13 5.134 refugiados, sendo 35% deles sírios, que enfrentam uma  
guerra civil desde 2011. Segundo o relatório, mais da metade  
dos que ficaram no Brasil (52%) moram em São Paulo; 17%,  
16 no Rio de Janeiro; e 8%, no Paraná.

Internet: <www.brasil.gov.br> (com adaptações)

**57-** O paralelismo sintático e a correção gramatical do texto **CG4A1CCC** seriam preservados se o segmento “a perseguição política, racial ou religiosa” (l. 7 e 8) fosse substituído por

- a) a perseguição política, de raça, ou por religião.
- b) a perseguição por política, de raça ou pela religião.
- c) ser perseguido politicamente, por raça, e de religião.
- d) a perseguição por posição política, por raça ou por religião.
- e) a perseguição politicamente, de raça e de religiosidade.

**Texto CG4A1BBB**

1 A história do Instituto Federal Fluminense começou  
no início do século passado. Foi Nilo Peçanha, o então  
presidente da República, que criou, por meio do Decreto  
4 n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, as escolas de aprendizes  
e artífices, com o propósito de educar e proporcionar  
oportunidades de trabalho aos jovens.

7 A princípio, a intenção era implantar as escolas nas  
capitais dos estados, cidades com maior capacidade de  
absorção de mão de obra, destino certo daqueles que buscavam  
10 novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos.  
Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, a escola não foi  
instalada na capital, e sim na cidade de Campos dos  
13 Goytacazes. No dia 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em  
funcionamento; era a nona a ser criada no Brasil, com cinco  
cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e  
16 eletricidade.

Com a crescente industrialização do país, tornava-se  
cada vez mais importante a formação de profissionais para  
19 suprir as demandas do mercado e, doze anos depois, as escolas  
de aprendizes e artífices de nível primário foram transformadas  
em escolas industriais e técnicas, equiparando-se às de ensino  
22 médio e secundário.

Internet: <<http://portal1.iff.edu.br>> (com adaptações)

**58-** Nas linhas 21 e 22 do texto **CG4A1BBB**, o sinal indicativo de crase no trecho “equiparando-se às de ensino médio e secundário” foi empregado porque

a) a regência de “transformadas” (l.20) exige que a oração subsequente tenha o complemento “ensino médio e secundário” antecedido por sinal indicativo de crase.

b) o termo “às” é elemento coesivo que retoma o antecedente “escolas industriais e técnicas” (l.21).

c) a regência do verbo **equiparar** exige preposição a, e “escolas”, palavra que está subentendida antes de “de ensino médio”, exige o artigo definido feminino plural as.

d) o termo “às” é elemento coesivo que retoma o antecedente “escolas de aprendizes e artífices” (l. 19 e 20).

e) o segmento “ensino médio e secundário” é composto de dois elementos, o que exige que o artigo antecedente apresente sinal indicativo de crase.

**Texto CG4A1AAA**

1 Acho muito simpática a maneira da Rádio Jornal do  
Brasil de anunciar a hora: “onze e meia” no lugar de “vinte e  
três e trinta”; “um quarto para as cinco” em vez de “dezesseis  
4 e quarenta e cinco”. Mas confesso minha implicância com  
aquele “meio-dia e meia”.

Sei que “meio-dia e meio” está errado. Mas a língua  
7 é como a mulher de César: não lhe basta ser honesta, convém  
que o pareça.

Lembrando um conselho que me deu certa vez um  
10 amigo boêmio quando lhe perguntei se certa frase estava certa  
 (“Olhe, Rubem, faça como eu, não tope parada com a  
gramática: dê uma voltinha e diga a mesma coisa de outro  
13 jeito”), eu preferiria dizer “doze e meia” ou “meio-dia e trinta”,  
sem nenhuma afetação. Aliás, a língua da gente não tem apenas  
regras: tem um espírito, um jeito, uma pequena alma que  
16 aquele “meio-dia e meia” faz sofrer.

Rubem Braga Recado de primavera Rio de Janeiro, Record, 1984, p. 58 (com adaptações)

**59-** Conforme o trecho “Mas a língua é como a mulher de César: não lhe basta ser honesta, convém que o pareça” (l. 6 a 8) do texto **CG4A1AAA**, subentende-se que, para o autor, a expressão ‘meio-dia e meia’ (l.5 e (l.16)

- a) parece estar de pleno acordo com a gramática.
- b) indica que o falante desconhece as regras da língua.
- c) desobedece às exigências gramaticais da concordância.
- d) provoca no ouvinte erro de interpretação e compreensão.
- e) parece estar em desacordo com o espírito da língua.

**Texto CG4A1BBB**

1 A história do Instituto Federal Fluminense começou  
no início do século passado. Foi Nilo Peçanha, o então  
presidente da República, que criou, por meio do Decreto  
4 n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, as escolas de aprendizes  
e artífices, com o propósito de educar e proporcionar  
oportunidades de trabalho aos jovens.

7 A princípio, a intenção era implantar as escolas nas  
capitais dos estados, cidades com maior capacidade de  
absorção de mão de obra, destino certo daqueles que buscavam  
10 novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos.  
Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, a escola não foi  
instalada na capital, e sim na cidade de Campos dos  
13 Goytacazes. No dia 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em  
funcionamento; era a nona a ser criada no Brasil, com cinco  
cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e  
16 eletricidade.

Com a crescente industrialização do país, tornava-se  
cada vez mais importante a formação de profissionais para  
19 suprir as demandas do mercado e, doze anos depois, as escolas  
de aprendizes e artífices de nível primário foram transformadas  
em escolas industriais e técnicas, equiparando-se às de ensino  
22 médio e secundário.

Internet: <<http://portal1.iff.edu.br>> (com adaptações)

**60-** De acordo com o segundo parágrafo do texto **CG4A1BBB**, o segmento “A princípio, a intenção era implantar as escolas nas capitais dos estados” (l. 7 e 8) tem como pressuposto a ideia de que

- a) a intenção inicial foi cumprida à risca na implantação do projeto.
- b) todas as escolas foram realmente implantadas nas capitais.
- c) todo o previsto foi realizado imediatamente ao planejamento.
- d) a intenção inicial foi alterada no caso do estado do Rio de Janeiro.
- e) houve mais demanda em outras cidades que na capital.

#### Texto CG4A1BBB

1 A história do Instituto Federal Fluminense começou  
no início do século passado. Foi Nilo Peçanha, o então  
presidente da República, que criou, por meio do Decreto  
4 n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, as escolas de aprendizes  
e artífices, com o propósito de educar e proporcionar  
oportunidades de trabalho aos jovens.

7 A princípio, a intenção era implantar as escolas nas  
capitais dos estados, cidades com maior capacidade de  
absorção de mão de obra, destino certo daqueles que buscavam  
10 novas alternativas de empregabilidade nos espaços urbanos.  
Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, a escola não foi  
instalada na capital, e sim na cidade de Campos dos  
13 Goytacazes. No dia 23 de janeiro de 1910, a escola entrou em  
funcionamento; era a nona a ser criada no Brasil, com cinco  
cursos: alfaiataria, marcenaria, tornearia, sapataria e  
16 eletricidade.

Com a crescente industrialização do país, tornava-se  
cada vez mais importante a formação de profissionais para  
19 suprir as demandas do mercado e, doze anos depois, as escolas  
de aprendizes e artífices de nível primário foram transformadas  
em escolas industriais e técnicas, equiparando-se às de ensino  
22 médio e secundário.

Internet: <<http://portal1.iff.edu.br>> (com adaptações)

**61-** Nas linhas 2 e 3 do texto **CG4A1BBB**, as vírgulas empregadas no trecho “Foi Nilo Peçanha, o então presidente da República, que criou”

- a) isolam um aposto.
- b) indicam um adjunto adverbial deslocado.
- c) separam uma oração de natureza temporal.
- d) isolam itens de uma enumeração
- e) indicam a ocorrência de discurso indireto livre.

**Texto CG4A1AAA**

1 Acho muito simpática a maneira da Rádio Jornal do  
Brasil de anunciar a hora: “onze e meia” no lugar de “vinte e  
três e trinta”; “um quarto para as cinco” em vez de “dezesseis  
4 e quarenta e cinco”. Mas confesso minha implicância com  
aquele “meio-dia e meia”.

Sei que “meio-dia e meio” está errado. Mas a língua  
7 é como a mulher de César: não lhe basta ser honesta, convém  
que o pareça.

Lembrando um conselho que me deu certa vez um  
10 amigo boêmio quando lhe perguntei se certa frase estava certa  
 (“Olhe, Rubem, faça como eu, não tope parada com a  
gramática: dê uma voltinha e diga a mesma coisa de outro  
13 jeito”), eu preferiria dizer “doze e meia” ou “meio-dia e trinta”,  
sem nenhuma afetação. Aliás, a língua da gente não tem apenas  
regras: tem um espírito, um jeito, uma pequena alma que  
16 aquele “meio-dia e meia” faz sofrer.

Rubem Braga *Recado de primavera* Rio de Janeiro, Record, 1984, p. 58 (com adaptações)

**62-** A expressão ‘meio-dia e meio’ (l.6) está errada porque

- a) a repetição de ‘meio’ deve ser evitada na mesma frase.
- b) o emprego do hífen na expressão contraria o novo acordo ortográfico.
- c) a concordância deve ser feita com a ideia de hora — meia hora
- d) a única forma correta é ‘meio-dia e trinta’ (l.13).
- e) ‘meio’ provoca erro de regência.

**63-** A correção gramatical e as ideias do texto **CG4A1AAA** seriam mantidas se o trecho “o pareça” (l.8) fosse substituído por

- a) lhe parecesse.
- b) pareça ser honesta.
- c) ele parecesse.
- d) lhe pareça.
- e) pareceria ser honesta.

**Texto CG1A1BBB**

1 Xaveco, mulato, brevílineo de canelas arqueadas,  
revela imediatamente a sua classe de grande artilheiro: tem  
fôlego, tem velocidade, tem cada tiro direito ou canhoto —  
4 tanto faz — que arranca aplausos frenéticos da torcida. Outra  
grande figura em campo é o goleiro dos visitantes. E o jogo vai  
indo muito bem, bola para lá e para cá, passe, cabeçada, chute  
7 a gol, gol — não, gol não, passou por cima da trave. O couro  
vai para Bira, Bira perde para um galalau amarelo dos  
“estrangeiros”, o galalau perde para Zico, Zico passa para  
10 Lucas, que perde para o capitão dos visitantes, um louro de  
gorro de meia. Aí Xaveco interfere na raça, toma a bola, o  
louro tranca, Xaveco dá-lhe uma carga, o louro acha ruim,  
13 revida, o juiz apita, os dois se agarram e por trás chega Bira,  
que é gordo e violento, e larga um pontapé no terço inferior da  
coluna vertebral do louro. Fecha-se o tempo, o juiz apita, a  
16 assistência pula a cerca e invade o campo, o pau começa a  
comer, mormente nas costas dos forasteiros, o juiz retira-se e  
se encosta à cerca, aguardando aparentemente que os ânimos  
19 serenem. O jogo recomeça.

O time local perde terreno, o galalau passa a marcar  
Xaveco, que não dá mais uma dentro. E o diabo do louro  
22 tornou-se proprietário do balão, marca um gol de saída, depois  
o seu “secretário”, um crioulinho ligeiro que é uma fâisca,  
marca o segundo tento; e aí Xaveco, desesperado (talvez dentro  
25 da área penal), atira uma canelada terrível no galalau,  
derruba-o, avança no crioulo, larga-lhe o salto da chuteira por  
cima do dedão, o crioulo grita, o louro acode, Xaveco já  
28 completamente louco lhe dá um tapa na cara, o juiz apita, uns  
gritam *foul*, outros gritam *penalty*, e um engraçado diz que foi  
só *hands*, já que Xaveco apenas meteu a mão na lata do  
31 loureba.

O juiz continua apitando, parece que vai mesmo  
marcar o *penalty*. E um torcedor local puxa o revólver, dizendo  
34 que aquele *penalty* só se for passando por cima de algum  
cadáver. O juiz nessa altura se declara cheio com a partida e  
larga o apito ali mesmo. Um paredro fala que ele será expulso  
37 do quadro de árbitros e o juiz dá troco, quadro de árbitros uma  
ova! Mas um dos bandeirinhas voluntários logo se apossa do  
apito, passa a dirigir o pessoal com surpreendente autoridade  
40 e, quando se vê, o jogo começa outra vez. Vai macio, vai de  
valsa, é um minueto, até que, consultados os cronômetros,  
verifica-se que acabou o primeiro *half time*.

Rachel de Queiroz. O amistoso. Internet: <www.releituras.com> (com adaptações)

**64-** No texto **CG1A1BBB**, para transmitir a fala de uma personagem, o narrador adota o discurso direto no trecho

- a) “o louro acha ruim” (l.12).
- b) “um engraçado diz que foi só *hands*” (l. 29 e 30).
- c) “dizendo que aquele *penalty* só se for passando por cima de algum cadáver” (l. 33 a 35 ).
- d) “O juiz nessa altura se declara cheio com a partida” (l.35).
- e) “o juiz dá troco, quadro de árbitros uma ova!” (l. 37 e 38).

**65-** Assinale a opção correta acerca do emprego de vírgulas no texto **CG1A1BBB**.

- a) A vírgula empregada logo após “visitantes” (l.10) pode ser substituída por travessão, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido do texto.
- b) Caso fosse suprimida a vírgula empregada logo após “comer” (l.17), seriam preservados a correção gramatical e o sentido do texto.
- c) Caso a vírgula empregada após “hands” (l.30) fosse omitida, seria preservada a correção gramatical, mas haveria prejuízo ao sentido do texto.
- d) A vírgula empregada logo após “revólver” (l.33) poderia ser substituída por ponto e vírgula sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido do texto.
- e) As vírgulas que isolam o trecho “consultados os cronômetros” (l.41) são de uso facultativo.

#### Texto CG1A1AAA

1           Volto hoje às minhas criaturas, aos rudes homens do  
cangaço, às mulheres, aos sertanejos castigados, às terras  
tostadas de sol e tintas de sangue, ao mundo fabuloso do meu  
4 romance, já no meio do caminho.

Os dias de França me deram uma sensação de pausa,  
de espanto, de novos contatos sonhados desde menino.  
7 Vi terras por onde andaram os doze pares de França, os heróis  
do meu Carlos Magno, lido e relido como história de Trancoso.  
Vi terras do sul, o mar Mediterrâneo, o mar da história, o mar  
10 dos gregos, dos egípcios, dos fenícios, dos romanos. Mas o  
nordestino tinha que voltar à sua realidade, à realidade maior  
que a história do mundo, isto é, à história dos seus homens, dos  
13 cangaceiros brutais, carregados de vida bárbara, de instintos  
cruéis de uma força, porém, que não se extingue nunca, porque  
é a energia de uma raça de homens mais duros do que as pedras  
16 dos seus lajedos.

Volto aos “Cangaceiros” e desde logo tudo o que vi e  
senti se refugia no fundo da sensibilidade, para que a narrativa  
19 corra, como em leito de rio que a estiagem secara, mas que as  
águas novas enchem, outra vez, de correntezas.

Volto ao terrível Aparício, que mata igual a um flagelo  
22 de Deus, ao monstruoso Negro Vicente, ao triste Bentinho, ao  
místico Domicio, aos umbuzeiros carregados de frutos, aos  
mandacarus de floração de sangue, aos cantadores de estrada,  
25 às mulheres sofredoras, às noites de lua, aos tiroteios, ao crime  
e ao amor, à poesia barbaresca e vigorosa de um povo que é  
maior do que a terra que o criou.

28           Volto contente e disposto a tudo.

Adeus, doce França. Agora os espinhos me arranham  
o corpo e as tristezas me cortam a alma.

José Lins do Rego Adeus, doce França Internet: <www.releituras.com> (com adaptações)

**66-** No que se refere aos sentidos do texto **CG1A1AAA** e às suas estruturas linguísticas, é correto inferir que a expressão ‘Cangaceiros’ (l.17)

- a) é usada para designar os heróis de Carlos Magno, que repovoam as memórias do autor, como se lhe fossem próximos, após sua visita à França.
- b) faz referência a indivíduos que, para o narrador, aparentam ser, embora não o sejam, cangaceiros, cujos nomes ele lista no antepenúltimo parágrafo do texto.
- c) faz referência ao título do romance cujos personagens e ambientes são descritos no primeiro parágrafo.
- d) é empregada para designar, de modo geral, a atividade dos sertanejos nordestinos à semelhança de nomes de profissões.
- e) é utilizada para destacar a importância do cangaço na vida dos homens nordestinos.

**67-** Com relação às ideias do texto **CG1A1AAA**, assinale a opção correta.

- a) O narrador apresenta sua experiência na França como insignificante para o seu ofício.
- b) Infere-se do texto que a história dos povos da Antiguidade é inferior à história do Nordeste brasileiro.
- c) O narrador retrata o povo nordestino como um povo duro, insensível, cuja realidade se caracteriza por experiências de angústia e tristeza.
- d) No último parágrafo do texto, verifica-se um contraste entre as impressões do narrador sobre a vida na França e a vida no Nordeste brasileiro.
- e) No texto, apresenta-se uma descrição objetiva da paisagem natural nordestina, que destaca os efeitos nocivos do clima seco sobre a natureza.

**68-** A respeito dos recursos coesivos e da coerência do texto **CG1A1AAA**, assinale a opção correta.

- a) As expressões “meu” (l.8) e “Trancoso” (l.8) indicam que, em sua infância, o narrador atribuía sentido equivocado às histórias de Carlos Magno, por ignorar seu contexto original.
- b) O pronome possessivo “seus” (l.16) refere-se a “mundo” (l.12).
- c) O vocábulo “energia” (l.15) retoma o sentido de “vida bárbara” (l.13).
- d) A locução conjuntiva “para que” (l.18) introduz uma consequência do trecho “desde logo tudo o que vi e senti se refugia no fundo da sensibilidade” (l. 17 e 18).
- e) Por meio da expressão “igual a” (l.21), compara-se o modo como “Aparício” (l.21) mata à maneira como “Deus” (l.22) pune.

**69-** Tendo em vista que, no texto **CG1A1AAA**, algumas expressões têm a função de acrescentar uma explicação ao conteúdo de outras, assinale a opção em que o primeiro trecho apresentado é uma explicação do segundo.

- a) “de novos contatos sonhados desde menino” (l.6) — “de pausa” (l.5)
- b) “o mar da história, o mar dos gregos, dos egípcios, dos fenícios, dos romanos” (l. 9 e 10) — “o mar Mediterrâneo” (l.9)
- c) “à história dos seus homens” (l.12) — “a história do mundo” (l.12)
- d) “como em leito de rio que a estiagem secura” (l.19) — “no fundo da sensibilidade” (l.18)
- e) “que é maior do que a terra que o criou” (l. 26 e 27) — “à poesia barbaresca e vigorosa” (l.26)

**70-** Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita do trecho “Agora os espinhos me arranham o corpo e as tristezas me cortam a alma.” (l. 29 e 30). Assinale a opção em que a reescrita, além de manter o sentido da informação originalmente apresentada, também preserva a correção gramatical, a coesão e a coerência do texto **CG1A1AAA**.

- a) Meu corpo foi a pouco arranhado por espinhos, e minha alma está dilacerada em tristeza.
- b) Estou arranhado, espinhos por meu corpo agora; e, ante tristezas cortada minha alma.
- c) Agora, em mim, arranha-se o corpo com espinhos; corta-se, pois, minha alma de tristezas.
- d) Agora, pelos espinhos é arranhado meu corpo; pelas tristezas, cortada minha alma.
- e) O meu corpo, agora arranham-lhe os espinhos; a minha alma, cortam-lhe as tristezas.

**Texto CG1A1BBB**

1 Xaveco, mulato, brevílineo de canelas arqueadas,  
revela imediatamente a sua classe de grande artilheiro: tem  
fôlego, tem velocidade, tem cada tiro direito ou canhoto —  
4 tanto faz — que arranca aplausos frenéticos da torcida. Outra  
grande figura em campo é o goleiro dos visitantes. E o jogo vai  
indo muito bem, bola para lá e para cá, passe, cabeçada, chute  
7 a gol, gol — não, gol não, passou por cima da trave. O couro  
vai para Bira, Bira perde para um galalau amarelo dos  
“estrangeiros”, o galalau perde para Zico, Zico passa para  
10 Lucas, que perde para o capitão dos visitantes, um louro de  
gorro de meia. Aí Xaveco interfere na raça, toma a bola, o  
louro tranca, Xaveco dá-lhe uma carga, o louro acha ruim,  
13 revida, o juiz apita, os dois se agarram e por trás chega Bira,  
que é gordo e violento, e larga um pontapé no terço inferior da  
coluna vertebral do louro. Fecha-se o tempo, o juiz apita, a  
16 assistência pula a cerca e invade o campo, o pau começa a  
comer, mormente nas costas dos forasteiros, o juiz retira-se e  
se encosta à cerca, aguardando aparentemente que os ânimos  
19 serenem. O jogo recomeça.

O time local perde terreno, o galalau passa a marcar  
Xaveco, que não dá mais uma dentro. E o diabo do louro  
22 tornou-se proprietário do balão, marca um gol de saída, depois  
o seu “secretário”, um crioulinho ligeiro que é uma faísca,  
marca o segundo tento; e aí Xaveco, desesperado (talvez dentro  
25 da área penal), atira uma canelada terrível no galalau,  
derruba-o, avança no crioulo, larga-lhe o salto da chuteira por  
cima do dedão, o crioulo grita, o louro acode, Xaveco já  
28 completamente louco lhe dá um tapa na cara, o juiz apita, uns  
gritam *foul*, outros gritam *penalty*, e um engraçado diz que foi  
só *hands*, já que Xaveco apenas meteu a mão na lata do  
31 loureba.

O juiz continua apitando, parece que vai mesmo  
marcar o *penalty*. E um torcedor local puxa o revólver, dizendo  
34 que aquele *penalty* só se for passando por cima de algum  
cadáver. O juiz nessa altura se declara cheio com a partida e  
larga o apito ali mesmo. Um paredro fala que ele será expulso  
37 do quadro de árbitros e o juiz dá troco, quadro de árbitros uma  
ova! Mas um dos bandeirinhas voluntários logo se apossa do  
apito, passa a dirigir o pessoal com surpreendente autoridade  
40 e, quando se vê, o jogo começa outra vez. Vai macio, vai de  
valsa, é um minueto, até que, consultados os cronômetros,  
verifica-se que acabou o primeiro *half time*.

Rachel de Queiroz. O amistoso. Internet: <www.releituras.com> (com adaptações)

**71-** O narrador do texto **CG1A1BBB** conta a história com tom subjetivo, demonstrando interesse pelos fatos narrados, o que se constata no trecho

- a) “O couro vai para Bira” (l. 7 e 8).
- b) “o juiz apita, a assistência pula a cerca e invade o campo” (l. 15 e 16).
- c) “E o diabo do louro tornou-se proprietário do balão, marca um gol de saída” (l. 21 e 22).
- d) “O juiz nessa altura se declara cheio com a partida e larga o apito ali mesmo” (l. 35 e 36).

e) "Mas um dos bandeirinhas voluntários logo se apossa do apito"(l. 38 e 39).

**72-** Como elemento coesivo, verifica-se várias vezes, no texto **CG1A1BBB**, o recurso da substituição lexical, em que uma palavra substitui outra para retomar o mesmo referente. São exemplos desse recurso

- a) "tiro" (l.3) e "passe" (l.6).
- b) "visitantes" (l.5) e "forasteiros" (l.17).
- c) "pontapé" (l.14) e "tento" (l.24).
- d) "coluna vertebral" (l.15) e "costas" (l.17).
- e) "terreno" (l.20) e "área penal" (l.25).

### Texto CG2A1CCC

1 O desenvolvimento de salas de aula virtuais avança a  
passos largos, e a interatividade é o ponto-chave das pesquisas  
na área. A criação de programas de computador voltados para  
4 a educação a distância facilita o surgimento de novos cursos,  
mas é preciso preparar os alunos para o uso das tecnologias.

De acordo com Claudete Paganucci, pedagoga, a  
7 integração da equipe responsável por administrar os cursos é  
crucial para o sucesso da educação a distância. "Tanto  
professores quanto alunos precisam de oficinas de capacitação  
10 para que o acesso às novas tecnologias seja um facilitador do  
ensino e não gere frustração na hora de aprender ou ensinar",  
ela esclarece.

13 Além de participar das oficinas, é preciso ter  
dedicação. A pedagoga acrescenta que a maioria dos alunos é  
composta por adultos, que, diferentemente das crianças, têm  
16 maior capacidade de concentração ao estudar em casa. Apesar  
das exigências, o método de ensino permite que o aluno  
organize seu próprio horário de estudos e concilie a graduação  
19 com um emprego.

Novos rumos da educação a distância. Internet: <www.cienciahoje.org.br> (com adaptações)

**73-** No texto **CG2A1CCC**, a oração "ao estudar em casa" (l.16) tem sentido equivalente ao da oração

- a) ao passo que estudam em casa.
- b) ainda que estudem em casa.
- c) quando estudam em casa.
- d) porque estudam em casa.
- e) por estudarem em casa.

**Texto CG2A1AAA**

1 O acesso à educação é fundamental para que todos  
possam intervir de modo consciente na esfera pública,  
participar plenamente da vida cultural e contribuir com seu  
4 trabalho para a satisfação das necessidades básicas e a melhoria  
das condições de vida da sociedade. Entretanto, em pleno  
século XXI, o Brasil ainda possui um enorme contingente de  
7 cidadãos privados do mais elementar direito: a educação. O  
censo demográfico de 2010 contabilizou 13,9 milhões de  
jovens e adultos com idade superior a quinze anos que  
10 declararam não saber ler ou escrever.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou  
uma consciência social do direito à educação na infância, mas  
13 ainda não construiu uma cultura do direito à educação ao longo  
de toda a vida. Assim, é comum que pais com baixa  
escolaridade lutem para que os filhos tenham acesso a um  
16 ensino de qualidade, sem reivindicar para si mesmos o direito  
que lhes foi violado. Entretanto, não é raro que pessoas com  
escolaridade elevada permaneçam alheias ao fato de que estão  
19 cercadas por adultos que a pobreza e o trabalho precoce  
afastaram da escola, ou que têm precário manejo da leitura, da  
escrita e do cálculo matemático.

Maria Clara Di Pierro - Os desafios para garantir a educação de jovens  
e adultos Internet: <<https://gestaoescolar.org.br/>> (com adaptações)

**74-** A coerência e o sentido do texto **CG2A1AAA** seriam mantidos se a conjunção “mas” (l.12) fosse substituída por

- a) embora.
- b) logo.
- c) porque.
- d) todavia.
- e) portanto.

**Texto CG2A1BBB**

1 O alemão Max Weber, um dos mais renomados  
pensadores sociais, fundador e expoente da teoria sociológica  
clássica, elaborou um conceito de burocracia baseado em  
4 elementos jurídicos do século XIX, concebidos por teóricos do  
direito.

A divisão e distribuição de funções, a seleção de  
7 pessoal especializado, os regulamentos e a disciplina  
hierárquica são fatores que fazem da burocracia moderna o  
modo mais eficiente de administração, tanto na esfera privada  
10 (em uma empresa capitalista) quanto na administração pública.

O leigo, em geral, costuma criticar o aparelho  
burocrático da administração pública devido à sua rigidez  
13 administrativa, inadequação das normas e grande quantidade de  
regulamentos. Esses aspectos produzem resultados contrários  
aos esperados pelo cidadão, como, por exemplo, a lentidão dos  
16 processos.

De fato, a crescente racionalidade do sistema  
burocrático tende a gerar efeitos negativos, que podem  
19 diminuir drasticamente a eficiência de uma organização ou  
sociedade. Em contrapartida, novos modelos de estruturas  
burocráticas, alternativos ao modelo weberiano, têm sido  
22 experimentados.

Burocracia: Max Weber e o significado de 'burocracia'  
Internet: <<https://educacao.uol.com.br/>> (com adaptações)

**75-** Relativamente à pontuação, a correção do texto **CG2A1BBB** seria mantida caso o período "Esses aspectos produzem resultados contrários aos esperados pelo cidadão, como, por exemplo, a lentidão dos processos." (l. 14 a 16) fosse reescrito como

- a) Esses aspectos produzem resultados contrários aos esperados pelo cidadão, como por exemplo, a lentidão dos processos.
- b) Esses aspectos produzem resultados contrários aos esperados pelo cidadão, como a lentidão dos processos, por exemplo.
- c) Esses aspectos produzem resultados contrários aos esperados pelo cidadão, como a lentidão dos processos por exemplo.
- d) Esses aspectos produzem resultados contrários aos esperados pelo cidadão, como, por exemplo a lentidão dos processos.
- e) Esses aspectos, produzem resultados contrários aos esperados, pelo cidadão, como, por exemplo, a lentidão dos processos.

**76-** Segundo o texto **CG2A1BBB**, o modelo burocrático

- a) é incompreendido por leigos.
- b) apresenta mais pontos positivos do que negativos.
- c) vem sendo substituído por novos modelos de administração.
- d) é um conceito jurídico antiquado formulado por Max Weber.
- e) constitui o modelo mais eficiente de administração na modernidade.

### Texto CG2A1CCC

1 O desenvolvimento de salas de aula virtuais avança a  
passos largos, e a interatividade é o ponto-chave das pesquisas  
na área. A criação de programas de computador voltados para  
4 a educação a distância facilita o surgimento de novos cursos,  
mas é preciso preparar os alunos para o uso das tecnologias.

7 De acordo com Claudete Paganucci, pedagoga, a  
integração da equipe responsável por administrar os cursos é  
crucial para o sucesso da educação a distância. “Tanto  
professores quanto alunos precisam de oficinas de capacitação  
10 para que o acesso às novas tecnologias seja um facilitador do  
ensino e não gere frustração na hora de aprender ou ensinar”,  
ela esclarece.

13 Além de participar das oficinas, é preciso ter  
dedicação. A pedagoga acrescenta que a maioria dos alunos é  
composta por adultos, que, diferentemente das crianças, têm  
16 maior capacidade de concentração ao estudar em casa. Apesar  
das exigências, o método de ensino permite que o aluno  
organize seu próprio horário de estudos e concilie a graduação  
19 com um emprego.

Novos rumos da educação a distância Internet: <www.cienciahoje.org.br> (com adaptações)

**77-** De acordo com o texto **CG2A1CCC**, a educação a distância

- a) é uma tendência mundial.
- b) concilia estudo e trabalho.
- c) exige dedicação por parte dos aprendizes.
- d) requer integração entre alunos e professores.
- e) oferece a mesma qualidade de ensino que o ensino presencial.

**Texto CG2A1AAA**

1 O acesso à educação é fundamental para que todos  
possam intervir de modo consciente na esfera pública,  
participar plenamente da vida cultural e contribuir com seu  
4 trabalho para a satisfação das necessidades básicas e a melhoria  
das condições de vida da sociedade. Entretanto, em pleno  
século XXI, o Brasil ainda possui um enorme contingente de  
7 cidadãos privados do mais elementar direito: a educação. O  
censo demográfico de 2010 contabilizou 13,9 milhões de  
jovens e adultos com idade superior a quinze anos que  
10 declararam não saber ler ou escrever.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil consolidou  
uma consciência social do direito à educação na infância, mas  
13 ainda não construiu uma cultura do direito à educação ao longo  
de toda a vida. Assim, é comum que pais com baixa  
escolaridade lutem para que os filhos tenham acesso a um  
16 ensino de qualidade, sem reivindicar para si mesmos o direito  
que lhes foi violado. Entretanto, não é raro que pessoas com  
escolaridade elevada permaneçam alheias ao fato de que estão  
19 cercadas por adultos que a pobreza e o trabalho precoce  
afastaram da escola, ou que têm precário manejo da leitura, da  
escrita e do cálculo matemático.

Maria Clara Di Pierro Os desafios para garantir a educação de jovens  
e adultos Internet: <<https://gestaoescolar.org.br>> (com adaptações)

**78-** A oração “para que os filhos tenham acesso a um ensino de qualidade” (l. 15 e 16) expressa circunstância de

- a) finalidade.
- b) causa.
- c) modo.
- d) proporção.
- e) concessão.

### Texto CG2A1BBB

1 O alemão Max Weber, um dos mais renomados  
pensadores sociais, fundador e expoente da teoria sociológica  
clássica, elaborou um conceito de burocracia baseado em  
4 elementos jurídicos do século XIX, concebidos por teóricos do  
direito.

A divisão e distribuição de funções, a seleção de  
7 pessoal especializado, os regulamentos e a disciplina  
hierárquica são fatores que fazem da burocracia moderna o  
modo mais eficiente de administração, tanto na esfera privada  
10 (em uma empresa capitalista) quanto na administração pública.

O leigo, em geral, costuma criticar o aparelho  
burocrático da administração pública devido à sua rigidez  
13 administrativa, inadequação das normas e grande quantidade de  
regulamentos. Esses aspectos produzem resultados contrários  
aos esperados pelo cidadão, como, por exemplo, a lentidão dos  
16 processos.

De fato, a crescente racionalidade do sistema  
burocrático tende a gerar efeitos negativos, que podem  
19 diminuir drasticamente a eficiência de uma organização ou  
sociedade. Em contrapartida, novos modelos de estruturas  
burocráticas, alternativos ao modelo weberiano, têm sido  
22 experimentados.

Burocracia: Max Weber e o significado de 'burocracia'  
Internet: <<https://educacao.uol.com.br/>> (com adaptações)

**79-** O texto **CG2A1BBB** tem, predominantemente, a função de

- a) divertir o leitor.
- b) informar o leitor.
- c) dialogar com o leitor.
- d) convencer o leitor de algo.
- e) narrar um fato ao leitor.

### Texto CG2A1CCC

1 O desenvolvimento de salas de aula virtuais avança a  
passos largos, e a interatividade é o ponto-chave das pesquisas  
na área. A criação de programas de computador voltados para  
4 a educação a distância facilita o surgimento de novos cursos,  
mas é preciso preparar os alunos para o uso das tecnologias.

De acordo com Claudete Paganucci, pedagoga, a  
7 integração da equipe responsável por administrar os cursos é  
crucial para o sucesso da educação a distância. “Tanto  
professores quanto alunos precisam de oficinas de capacitação  
10 para que o acesso às novas tecnologias seja um facilitador do  
ensino e não gere frustração na hora de aprender ou ensinar”,  
ela esclarece.

13 Além de participar das oficinas, é preciso ter  
dedicação. A pedagoga acrescenta que a maioria dos alunos é  
composta por adultos, que, diferentemente das crianças, têm  
16 maior capacidade de concentração ao estudar em casa. Apesar  
das exigências, o método de ensino permite que o aluno  
organize seu próprio horário de estudos e concilie a graduação  
19 com um emprego.

Novos rumos da educação a distância Internet: <[www.cienciahoje.org.br/](http://www.cienciahoje.org.br/)> (com adaptações)

**80-** No texto **CG2A1CCC**, a forma verbal "têm" (l.15) concorda com o termo

- a) "pedagoga" (l.14).
- b) "maioria" (l.14).
- c) "alunos" (l.14).
- d) "adultos" (l.15).
- e) "crianças" (l.15).

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

**01-** Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito auferir vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade na administração direta, e notadamente

- a) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda.
- b) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei.
- c) conceder benefício administrativo ou fiscal sem observar as formalidades legais.
- d) permitir a aquisição ou locação de bem por preço superior ao de mercado.
- e) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou a aplicação de verba pública.

**02-** Servidor público que, no exercício do cargo, tratar mal um contribuinte, sob o ponto de vista das regras atinentes à ética no serviço público, praticará

- a) ato ilegal.
- b) ato injusto.
- c) ato gerador de dano moral.
- d) conduta de má-fé.
- e) conduta atentatória à cidadania.

**03-** Os conceitos de ética e moral estão relacionados a noções de certo e errado, bem e mal. Embora, às vezes, os conceitos sejam usados de forma intercambiável, representam preceitos filosóficos diferentes, porque a ética

- a) consiste em princípios gerais definidos pelo grupo
- b) é governada por normas sociais e culturais.
- c) é regida por normas legais ou profissionais aplicadas aos indivíduos.
- d) tende a variar de uma sociedade para outra e depende de fatores como religião e cultura.
- e) é estruturada pelo grupo, não deixando margem de escolha individual.

**04-** Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- a) à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- b) à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- c) à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- d) ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- e) à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.

**05-** Visando garantir a cobertura assistencial da população, o Sistema Único de Saúde (SUS) pode lançar mão de serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada. Sabendo disso, um secretário de saúde estadual, detentor de cargo comissionado, transferiu recursos públicos a uma entidade privada sem fins lucrativos, para a prestação de serviços na área de saúde, sem prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.

Nessa situação hipotética, o referido secretário de saúde está

- a) sujeito a sanção da Lei de Improbidade Administrativa, se a conduta tiver sido realizada de forma dolosa, uma vez que atentou contra os princípios da administração pública.
- b) sujeito a sanção da Lei de Improbidade Administrativa, independentemente de a conduta ter sido dolosa ou culposa, uma vez que praticou ato que causa lesão ao erário.
- c) imune à Lei de Improbidade Administrativa, por ser detentor de cargo em esfera estadual.
- d) imune à Lei de Improbidade Administrativa, por não ser detentor de cargo efetivo.
- e) sujeito a sanção da Lei de Improbidade Administrativa somente se a conduta tiver sido realizada de forma culposa, uma vez que praticou ato que importou em enriquecimento ilícito.

**06-** De acordo com a legislação pertinente, contra a decisão de juiz federal que tenha recebido a inicial em ação de improbidade administrativa caberá

- a) mandado de segurança por ausência de previsão de recurso específico.
- b) recurso ordinário ao tribunal.
- c) agravo de instrumento.
- d) apelação dirigida ao juiz, que poderá reconsiderar a decisão.
- e) reclamação, se houver jurisprudência dominante contrária ao fundamento.

**07-** Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à

fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- a) à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- b) à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- c) ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- d) à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- e) à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.

**08-** Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- a) à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- b) ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- c) à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- d) à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- e) à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.

**09-** De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, agente público que pratique dolosamente ato de improbidade administrativa estará sujeito, entre outras, às penalidades de

- a) detenção e ressarcimento integral do dano, no caso de utilização, em proveito próprio, de bens integrantes do acervo patrimonial de autarquia estadual.
- b) reclusão e pagamento de multa, no caso de omissão do dever de prestar contas.

c) suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, no caso de concessão indevida de benefício tributário.

d) ressarcimento integral do dano e perda da função pública, no caso de ordenação de despesas não autorizadas por lei.

e) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e proibição de receber benefícios fiscais, no caso de ato que frustra a licitude de concurso público.

**10-** Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

a) ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.

b) à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.

c) à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.

d) à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.

e) à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.

**11-** No que se refere a ação de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

**I** Segundo entendimento do STJ, pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de ação de improbidade administrativa.

**II** Em ação de improbidade administrativa, embora se admita a concessão de tutela provisória para o bloqueio de bens, não é possível o afastamento cautelar do agente, o que somente poderá ocorrer após o trânsito em julgado da sentença que o reconhecer como autor do ato de improbidade.

**III** É imprescritível a pretensão de ressarcimento de danos causados ao erário pela prática de ato doloso e tipificado na legislação que regula a ação de improbidade administrativa.

**IV** Agentes que pratiquem ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito estarão sujeitos às cominações de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

**12-** Acerca de comportamentos vedados pela Lei n.º 8.429/1992, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

- a) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens quando legalmente exigida pela administração será punido com suspensão.
- b) O gestor público será punido se cometer ato de improbidade com o elemento subjetivo da desonestidade, mas não por mera inabilidade ou culpa.
- c) O ato do agente público que acarrete concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário caracterizará improbidade administrativa se houver sido praticado com dolo, ainda que genérico.
- d) A representação por ato de improbidade contra agente público constitui crime na hipótese de o autor da denúncia supor que o denunciado seja inocente.
- e) O responsável por ato de improbidade que conceda ou aplique indevidamente benefício financeiro ou tributário estará sujeito a sanções que devem ser aplicadas necessariamente de maneira cumulativa.

**13-** De acordo com a Lei n.º 8.429/1992, agente público que pratique dolosamente ato de improbidade administrativa estará sujeito, entre outras, às penalidades de

- a) suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público, no caso de concessão indevida de benefício tributário.
- b) ressarcimento integral do dano e perda da função pública, no caso de ordenação de despesas não autorizadas por lei.
- c) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio e proibição de receber benefícios fiscais, no caso de ato que frustra a licitude de concurso público.
- d) detenção e ressarcimento integral do dano, no caso de utilização, em proveito próprio, de bens integrantes do acervo patrimonial de autarquia estadual.
- e) reclusão e pagamento de multa, no caso de omissão do dever de prestar contas.

**14-** O prefeito de determinado município contratou diretamente empresa prestadora de serviços à prefeitura, dispensando indevidamente a licitação e causando prejuízos ao erário, razão pela qual respondeu a ação civil por ato de improbidade administrativa. O

juízo competente, anteriormente à citação do prefeito e sem sua prévia manifestação, deferiu medida cautelar de bloqueio de bens e, ao término da instrução processual, julgou procedentes os pedidos condenatórios formulados na ação.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando o disposto na Lei n.º 8.429/1992 e o entendimento jurisprudencial.

- a) Em razão do cargo que ocupa, o prefeito deveria ter sido submetido à legislação específica referente à prática de crimes de responsabilidade em vez de responder a ação de improbidade administrativa.
- b) Dada a comprovação de concreta dilapidação patrimonial, o deferimento da medida cautelar de indisponibilidade de bens deveria ter sido condicionado à prévia citação do prefeito.
- c) No curso da instrução processual, a demonstração do dolo enquanto elemento subjetivo é fundamental para a caracterização da conduta imputada ao prefeito como ato de improbidade administrativa.
- d) O ressarcimento integral do dano, a perda da função pública e a cassação dos direitos políticos são sanções aplicáveis ao prefeito da situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.429/1992.
- e) Eventual reconhecimento de prescrição da ação de improbidade administrativa não impedirá o prosseguimento da demanda relativa ao pedido de ressarcimento do prejuízo ao erário.

**15-** Com base na legislação de regência e na jurisprudência do STJ, é correto afirmar que a ação de improbidade administrativa

- a) pode ser ajuizada tanto em caráter preventivo como em caráter repressivo.
- b) exige a formação de litisconsórcio passivo necessário entre o réu agente público e os particulares beneficiados pelo ato ímprobo.
- c) pode ser encerrada por meio de acordo firmado entre as partes e devidamente homologado pelo juízo.
- d) admite a utilização de prova emprestada colhida na persecução penal, desde que assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- e) deve ser ajuizada e processada nas instâncias ordinárias, salvo se a conduta ímproba tiver sido praticada por agente público com foro privilegiado.

**16-** Conforme a Lei de Improbidade Administrativa, configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, em especial,

- a) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública de qualquer natureza.
- b) utilizar, em obra particular, máquinas de propriedade de entidades da administração pública indireta estadual.
- c) frustrar a licitude de processo seletivo para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos.
- d) realizar operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares.
- e) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.

**17-** À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.
- b) O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.
- c) A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.
- d) A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.
- e) Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

**18-** A Lei de Improbidade Administrativa elenca as penas aplicáveis àqueles que praticarem atos de improbidade. O agente público que, atentando contra os princípios da administração pública, for condenado em ação de improbidade por ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício, estará sujeito à pena de

- a) suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.
- b) suspensão da função pública pelo período de cinco a oito anos.
- c) ressarcimento integral do dano, ainda que este seja presumido.
- d) proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.
- e) multa, limitada a vinte vezes o valor da sua remuneração.

**19-** À luz da CF, os atos de improbidade administrativa poderão acarretar o(a)

- a) suspensão dos direitos políticos.

- b) disponibilidade dos bens.
- c) cassação de direitos políticos.
- d) suspensão da função pública.
- e) ressarcimento ao erário, o que inviabiliza a persecução penal.

**20-** À luz da Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992 —, julgue os itens a seguir.

**I** Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

**II** A representação, por carecer de formalismo, será escrita ou reduzida a termo e assinada, devendo conter somente a qualificação do representante e as informações sobre o fato.

**III** Comissão processante poderá representar ao Ministério Público para que este requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou de terceiro que tenha enriquecido ilicitamente.

**IV** A rejeição da representação pela autoridade administrativa impede a representação ao Ministério Público no mesmo caso.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

**01-** A Lei de Acesso à Informação obriga todos os municípios com até dez mil habitantes a divulgar

- a) sua estrutura organizacional e suas competências.
- b) seus programas, seus projetos e suas ações.
- c) a remuneração e subsídios recebidos pelos ocupantes de cargo público.
- d) as licitações realizadas e as em andamento.
- e) informações relativas à execução orçamentária e financeira.

**02-** A Lei de Acesso à Informação classifica as informações que possam colocar em risco a segurança dos filhos do presidente da República como

- a) reservadas.
- b) secretas.
- c) ultrassecretas.
- d) de sigilo condicionado.
- e) indisponíveis temporariamente.

**03-** A Lei de Acesso à Informação considera como qualidade da informação não modificada

- a) o tratamento da informação.
- b) a integridade.
- c) a autenticidade.
- d) a disponibilidade.
- e) o documento.

**04-** Assinale a opção que indica o modelo que, no âmbito da gestão de pessoas, reconhece motivação profissional nos fatores salário, metas, satisfação pessoal e qualidade de vida.

- a) modelo de banco de horas
- b) modelo de plano de carreiras
- c) modelo do homem complexo
- d) modelo de gestão baseada em competências
- e) modelo do *homo economicus*

**05-** A gestão por resultados preconiza na provisão de serviços públicos

- a) o controle *ex ante*.
- b) o foco nos *inputs*.

- c) a priorização de processos.
- d) a importância das parcerias.
- e) a aversão a riscos.

**06-** Uma organização pública fará recrutamento interno para servidores interessados em participar de um novo programa governamental em vias de implantação. Para isso, o gestor incumbido deverá selecionar auxiliares administrativos a fim de compor a nova equipe, adotando uma técnica de recrutamento de baixo custo, capaz de atingir grande número de pessoas no órgão e adequada ao perfil desejado.

Assinale a opção que indica uma ferramenta de recrutamento adequada para atender as necessidades dessa organização.

- a) caça-talentos
- b) anúncios em portais de empregos
- c) recomendação
- d) cartazes nas dependências da organização
- e) agências de recrutamento

**07-** Um órgão de controle federal, ao ter finalizado uma auditoria, recomendou que a organização pública auditada adotasse medidas para aprimorar seu controle financeiro, a fim de mensurar a percepção da qualidade do serviço prestado e elevar a eficiência de seus processos.

A ferramenta gerencial adequada para atender às três recomendações apresentadas à organização auditada é

- a) o *balanced scorecard*.
- b) o planejamento estratégico.
- c) o planejamento tático.
- d) a matriz SWOT.
- e) o planejamento operacional.

**08-** As opções a seguir apresentam características diversas de uma organização. Entre elas, a cultura organizacional construtiva é aquela em que

- a) o controle hierárquico e a tomada de decisão centralizada predominam.
- b) a confrontação e o negativismo das pessoas são recompensados.
- c) a vitória é valorizada e as pessoas que têm desempenho superior às demais são recompensadas.
- d) a persistência e o trabalho árduo são valorizados.
- e) a gerência é realizada de modo participativo e com foco nas pessoas.

**09-** Assinale a opção correspondente à sequência correta das etapas de desenvolvimento de grupo, segundo Bruce W. Tuckman em **Teoria de Desenvolvimento de Grupo**, de 1965, revisitada em 1977.

- a) formação / adiamento / turbulência / normatização / desempenho
- b) turbulência / adiamento / formação / normatização / desempenho
- c) formação / turbulência / normatização / desempenho / adiamento
- d) turbulência / formação / normatização / desempenho / adiamento
- e) formação / turbulência / adiamento / normatização / desempenho

**10-** A função da administração, definida por Fayol, relacionada à análise dos resultados obtidos com os padrões predeterminados, é denominada

- a) controle.
- b) planejamento.
- c) organização.
- d) direção.
- e) comando.

**11-** De acordo com a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow, o autodesenvolvimento e o crescimento profissional são necessidades

- a) econômicas.
- b) de estima.
- c) sociais.
- d) de segurança.
- e) de autorrealização.

**12-** O diagnóstico estratégico, em seu processo de análise externa e interna, apresenta pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) A identificação dos pontos fortes e dos pontos fracos bem como das ameaças e das oportunidades são suficientes para subsidiar o processo de tomada de decisão.
- b) Nas análises internas, a facilidade de se obter informações precisas faz que seja possível classificar todo fator como ponto forte ou como ponto fraco.
- c) A organização como um todo pode não ser parte integrante de seu ambiente, sendo o conhecimento efetivo do ambiente fundamental para o processo estratégico.
- d) Embora sejam variáveis externas, as oportunidades podem ser controladas pela organização, o que, por sua vez, possibilita que sejam criadas condições favoráveis para usufruí-las.
- e) Diferentemente dos pontos fortes e dos pontos fracos, as oportunidades e as ameaças representam as variáveis não controláveis pela organização.

**13-** A participação popular, importante instrumento para a promoção da transparência dos atos administrativos, pode se dar por meio de

- a) inspeção.
- b) avaliação de competências.
- c) processo administrativo disciplinar.
- d) audiência pública.
- e) sindicância.

**14-** Em uma delegacia de polícia, Aldo, delegado titular, sempre estimula sua equipe para o exercício do melhor trabalho, e ela, em contrapartida, o respeita e o considera uma pessoa justa, de caráter admirável e com grandes qualidades éticas. Paulo, agente de polícia na mesma delegacia, procura sempre cumprir com suas obrigações, e isso requer que, muitas vezes, assuma o comando de equipes compostas por outros agentes de polícia, os quais, apesar de seguirem suas orientações por vê-lo como um servidor com grande conhecimento acerca do serviço, não possuem uma grande admiração por ele.

Nessa situação hipotética, de acordo com os conceitos de poder e liderança,

- a) Paulo apresenta os poderes de coerção e de competência.
- b) Aldo apresenta os poderes de recompensa e de competência.
- c) Aldo apresenta os poderes legítimo e de referência.
- d) Aldo apresenta os poderes de competência e de referência.
- e) Paulo apresenta os poderes de coerção e de referência.

**15-** Em uma delegacia de polícia, Aldo, delegado titular, sempre estimula sua equipe para o exercício do melhor trabalho, e ela, em contrapartida, o respeita e o considera uma pessoa justa, de caráter admirável e com grandes qualidades éticas. Paulo, agente de polícia na mesma delegacia, procura sempre cumprir com suas obrigações, e isso requer que, muitas vezes, assuma o comando de equipes compostas por outros agentes de polícia, os quais, apesar de seguirem suas orientações por vê-lo como um servidor com grande conhecimento acerca do serviço, não possuem uma grande admiração por ele.

Nessa situação hipotética, de acordo com os conceitos de poder e liderança,

- a) Aldo apresenta os poderes de competência e de referência.
- b) Paulo apresenta os poderes de coerção e de referência.
- c) Paulo apresenta os poderes de coerção e de competência.
- d) Aldo apresenta os poderes de recompensa e de competência.
- e) Aldo apresenta os poderes legítimo e de referência.

**16-** Se conflitos internos entre servidores de um órgão público, de conhecimento exclusivo da administração, prejudicarem a qualidade do atendimento prestado ao cidadão, o trabalho em equipe estará comprometido no tocante à

- a) compreensão mútua entre servidores e cidadãos.
- b) eficácia no comportamento interpessoal.
- c) opinião pública sobre os servidores.
- d) personalidade dos servidores.
- e) opinião pública sobre a eficiência do órgão.

**17-** O método gerencial de tomada de decisão denominado ciclo PDCA — do inglês *plan, do, check, act* — constitui elemento basilar do sistema de gerenciamento pela qualidade nos processos. De acordo com essa perspectiva, coletar dados e definir metas são atividades a serem realizadas, respectivamente, nas fases de

- a) planejamento e verificação.
- b) execução e verificação.
- c) planejamento e correção.
- d) execução e planejamento.
- e) verificação e correção.

**18-** A governança na gestão pública envolve o gerenciamento de recursos humanos, econômicos e sociais com o propósito de gerar

- a) controle social.
- b) economicidade.
- c) transparência.
- d) *accountability*.
- e) desenvolvimento.

**19-** Entre os princípios norteadores da gestão por resultados na administração pública incluem-se a tomada de decisão

- a) centralizada e a cobrança de responsabilidade dos gestores, mas não dos agentes.
- b) centralizada e o foco no processo de gestão.
- c) descentralizada e o foco no processo de gestão.
- d) descentralizada e o foco nos resultados.
- e) descentralizada e a cobrança de responsabilidade dos agentes, mas não dos gestores.

**20-** A cultura de uma organização é expressa em níveis distintos e suas manifestações podem ser visíveis ou explícitas, ou invisíveis ou tácitas. São exemplos de artefatos de comunicação organizacional visíveis

- a) crenças e símbolos.
- b) símbolos e *slogans*.

- c) *slogans* e valores organizacionais.
- d) código de vestimenta e crenças.
- e) cerimônias organizacionais e valores organizacionais.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**01-** Assinale a opção que apresenta o atributo pelo qual determinados atos administrativos podem ser executados direta e imediatamente pela própria administração pública, independentemente de intervenção do Poder Judiciário.

- a) presunção de legitimidade
- b) imperatividade
- c) autoexecutoriedade
- d) tipicidade
- e) presunção de veracidade

**02-** A responsabilização de servidor público que tenha negado publicidade a atos oficiais terá como fundamento os poderes

- a) disciplinar e hierárquico.
- b) de polícia e disciplinar.
- c) hierárquico e de polícia.
- d) regulamentar e de polícia.
- e) hierárquico e regulamentar.

**03-** Assinale a opção que indica entidades que apresentam personalidade jurídica de direito privado, são criadas mediante autorização por lei, desempenham atividade econômica e estão sujeitas ao controle estatal.

- a) autarquia e fundação
- b) sociedade de economia mista e fundação
- c) fundação e empresa pública
- d) empresa pública e sociedade de economia mista
- e) autarquia e empresa pública

**04-** Assinale a opção que indica o atributo conforme o qual o ato administrativo deve corresponder a uma figura definida previamente pela lei como apta a produzir determinados resultados.

- a) presunção de legitimidade
- b) autoexecutoriedade
- c) imperatividade
- d) coercibilidade
- e) tipicidade

**05-** Uma vez que o direito administrativo brasileiro foi influenciado pelo direito estrangeiro, é correto afirmar que exprime a força do direito alemão no direito administrativo pátrio

- a) a submissão da administração pública ao controle jurisdicional.
- b) o conceito nacional de serviço público.
- c) o conceito nacional de autarquia e de entidade paraestatal.
- d) a forma de aplicação do princípio da segurança jurídica.
- e) o mandado de segurança.

**06-** Um técnico tributário da secretaria de fazenda de determinado estado, no exercício de suas atividades regulares, verificou, em um veículo transportador, carga sem o devido documento fiscal obrigatório para o seu transporte. Por esse motivo, descarregou todas as mercadorias que estavam no veículo, para averiguar se havia outras irregularidades.

Nessa situação, o servidor público exerceu o poder

- a) disciplinar, que consiste em atos preventivos, de caráter concreto e de natureza vinculada, e que se caracteriza pela coercibilidade.
- b) de polícia, que consiste em atos repressivos, normativos e gerais, e que se caracteriza pela coercibilidade.
- c) disciplinar, que consiste em atos repressivos, normativos e concretos, e que se caracteriza pela coercibilidade e pela autoexecutoriedade.
- d) de polícia, que consiste em atos preventivos e repressivos, normativos e concretos, e que se caracteriza pela autoexecutoriedade e pela coercibilidade.
- e) de polícia, que consiste em atos repressivos, concretos e discricionários, e que se caracteriza pela delegabilidade.

**07-** O direito administrativo é formado por muitos conceitos, princípios, elementos, fontes e poderes. As principais fontes formais do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, são

- a) os princípios gerais de direito, a jurisprudência, a lei e os atos normativos da administração.
- b) os costumes, a lei e os atos normativos da administração.
- c) a Constituição, a lei e os costumes.
- d) a doutrina, a jurisprudência e a Constituição.
- e) a Constituição, a lei e os atos normativos da administração pública.

**08-** As agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito público interno cuja finalidade é regular e fiscalizar a atividade de determinado setor da economia do país, são criadas a partir do processo de

- a) concessão.
- b) descentralização.
- c) desconcentração.
- d) autorização.
- e) permissão.

**09-** A propósito da administração indireta, assinale a opção correta.

- a) As empresas públicas gozam de privilégio fiscal, uma vez que são extensões do ente político instituidor.
- b) A CF permite que uma pessoa ocupe função administrativa em uma sociedade de economia mista e, concomitantemente, outra em empresa pública, desde que haja compatibilidade de horário.
- c) Não depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista.
- d) Depende de autorização legislativa a participação de sociedade de economia mista em empresa privada.
- e) Sociedades de economia mista são isentas da obrigação de realizar procedimento licitatório.

**10-** A revogação de ato administrativo

- a) decorre de vício de legalidade.
- b) opera efeitos *ex tunc*.
- c) não repristina ato já revogado, salvo se houver disposição expressa em contrário.
- d) não pode ser objeto de revisão judicial.
- e) não demanda observância ao contraditório e à ampla defesa, caso gere efeitos favoráveis ao administrado.

**11-** As agências reguladoras possuem

- a) poder normativo técnico, que consiste na possibilidade de editar atos regulamentares, desde que não criem obrigação nova.

- b) autonomia decisória, com a possibilidade de recursos hierárquicos próprios e impróprios.
- c) independência administrativa, mas são submetidas a supervisão ministerial.
- d) responsabilidade civil subjetiva com culpa presumida.
- e) regime especial de autarquias, mas também podem constituir-se em fundações de direito público.

**12-** O fenômeno conhecido como deslegalização consiste

- a) no excesso de decretos regulamentares existentes.
- b) na edição indiscriminada de medidas provisórias.
- c) na possibilidade de o Poder Executivo editar normas de caráter geral.
- d) na permissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo de editar normas de caráter técnico, de maneira inovadora.
- e) na edição de ato regulamentar que extrapole a norma regulamentada.

**13-** Os serviços sociais autônomos

- a) integram a administração indireta.
- b) não dependem de lei autorizativa para serem criados.
- c) não recebem recursos derivados de contribuições compulsórias.
- d) podem visar ao lucro.
- e) são submetidos a supervisão ministerial.

**14-** Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- a) É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- b) O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.
- c) A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- d) O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

e) A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.

**15-** No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- a) representação.
- b) fiscalização hierárquica.
- c) pedido de reconsideração.
- d) reclamação.
- e) recurso administrativo.

**16-** Os órgãos de controle externo fiscalizarão as empresas públicas e as sociedades de economia mista a elas relacionadas, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial. Na realização dessa atividade fiscalizatória, os órgãos de controle terão acesso aos documentos e às informações que forem necessárias à realização dos trabalhos.

Conforme a legislação pertinente, o acesso de que trata o texto precedente é

- a) irrestrito, abrangendo até mesmo documentos classificados como ultrassecretos pelo presidente da República.
- b) restrito ao conteúdo do sítio eletrônico da estatal fiscalizada.
- c) restrito aos bancos de dados eletrônicos internos e externos da estatal fiscalizada.
- d) irrestrito, ressalvados documentos e informações classificados como sigilosos.
- e) irrestrito, abrangendo até mesmo documentos e informações classificados como sigilosos pela entidade estatal fiscalizada.

**17-** Conforme a classificação das formas de controle administrativo, ao realizar auditoria de despesas efetuadas pelo Poder Executivo durante a execução do orçamento, o tribunal de contas exerce controle

- a) externo e posterior.
- b) interno e prévio.
- c) interno e concomitante.
- d) interno e posterior.
- e) externo e concomitante.

**18-** Caso não compareça interessado em certame licitatório na modalidade tomada de preços, a administração pública poderá firmar contratação direta, desde que

motivadamente demonstre o potencial de prejuízo para a realização de nova licitação e desde que sejam mantidas as condições constantes do instrumento convocatório.

Essa situação retrata a licitação

- a) fracassada.
- b) dispensada.
- c) dispensável.
- d) inexigível.
- e) proibida.

**19-** No termo de referência de uma licitação da modalidade pregão eletrônico, o objeto da contratação — serviço de informática — foi devidamente enquadrado como bem comum.

Nessa situação, o tipo de licitação cabível é

- a) melhor técnica.
- b) técnica e preço.
- c) maior lance.
- d) maior oferta.
- e) menor preço.

**20-** No exercício da sua função, o analista de controle externo

- a) poderá, motivadamente, invocar a reserva administrativa do possível quando não puder fazer determinado empreendimento.
- b) levará o ato administrativo à anulação caso o tenha realizado com abuso de poder.
- c) terá de restituir diretamente o particular contra o qual tiver cometido ato caracterizado como abuso de poder.
- d) tem a opção de utilizar ou dispensar o poder administrativo para agir.
- e) poderá renunciar, em caso concreto, ao poder-dever de agir na hipótese de omissão específica.

**21-** O regulamento editado por autoridade competente da administração pública, em atendimento a norma legal, para prover matéria reservada a lei é um regulamento

- a) subordinado.
- b) autônomo.
- c) executivo.
- d) delegado.
- e) independente.

**22-** Assinale a opção correta a respeito da extinção de atos administrativos.

- a) O ato administrativo será anulado caso o administrado deixe de atender condição necessária para permanência de uma vantagem.
- b) O ato de delegação é revogável a qualquer tempo somente por autoridade superior.
- c) O ato passível de revogação por conselheiro do TCE/MG não apresenta vícios.
- d) O ato revocatório assinado por auditor do TCE/MG é primário e vinculado.
- e) O ato anulatório determinado por conselheiro do TCE/MG tem eficácia *ex nunc*.

**23-** O ato administrativo adequado para se instituir comissão encarregada de elaborar proposta de edital de concurso público para provimento de vagas em cargos públicos é o(a)

- a) alvará.
- b) aviso.
- c) resolução.
- d) portaria.
- e) decreto.

**24-** Caso deixe de emitir ato obrigatório no prazo fixado em lei, o analista de controle externo

- a) terá o prazo de até noventa dias para se manifestar.
- b) deverá aguardar que seja proferida decisão judicial para que se manifeste.
- c) cometerá abuso de poder pelo descumprimento do poder-dever de agir.
- d) estará necessariamente declarando a aceitação tácita de eventual pedido formulado.
- e) não incidirá em qualquer penalidade, porque o silêncio administrativo não produz efeitos jurídicos.

**25-** Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, assinale a opção correta.

- a) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.
- b) O direito administrativo disciplina direitos consolidados e estáveis.
- c) O objeto do direito administrativo é o estudo da função administrativa.

d) O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.

e) As leis e normas do direito administrativo encontram-se consolidadas em código específico.

**26-** As tarefas precípuas da administração pública incluem

- a) a prestação de serviços públicos e a fiscalização contábil.
- b) a realização de atividades de fomento e a prestação de serviços públicos.
- c) a rejeição normativa e a aprovação orçamentária.
- d) o incentivo setorial e a solução de conflitos normativos.
- e) o exercício do poder jurisdicional e do poder de polícia.

**27-** Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- a) administrativo.
- b) parlamentar.
- c) judicial.
- d) interno.
- e) prévio.

**28-** O controle externo da administração pública

- a) avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.
- c) pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- d) pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- e) é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.

**29-** Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- a) anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- b) anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- c) revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.
- d) anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- e) anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.

**30-** No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- a) pedido de reconsideração.
- b) reclamação.
- c) recurso administrativo.
- d) representação.
- e) fiscalização hierárquica.

**31-** Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- a) judicial.
- b) interno.
- c) prévio.
- d) administrativo.
- e) parlamentar.

**32-** Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

a) anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.

b) anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.

c) anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.

d) anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.

e) revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.

**33-** O dono de uma construtora, engenheiro civil, apresentou, na fase de habilitação da licitação de uma obra pública, acervo técnico próprio para comprovar capacidade técnica profissional. Entretanto, durante a obra, apesar de ter emitido uma ART de execução, o dono não comparecia ao canteiro. Questionado pela fiscalização, ele alegou que havia, na obra, um preposto com formação profissional igual à dele, o que justificaria a sua ausência. Alegava também estar consciente da responsabilidade por qualquer questão técnica relacionada à obra e que tomava as decisões a distância.

Com referência a essa situação hipotética, é correto afirmar que o dono da empresa

a) deve atuar diretamente na execução do objeto contratado: não pode ser substituído sem justificativa aceita pela fiscalização.

b) tem o direito de ser substituído sem a anuência da fiscalização, desde que o seu substituto possua uma ART de corresponsabilidade técnica da obra.

c) tem a obrigação de estar presente na obra; a sua substituição é legalmente proibida.

d) pode continuar ausente na obra, sendo dispensável até mesmo a permanência de preposto no local de execução.

e) pode, desde que continue sendo o único responsável técnico pela execução, manter preposto na obra.

**34-** No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- a) fiscalização hierárquica.
- b) pedido de reconsideração.
- c) reclamação.
- d) recurso administrativo.
- e) representação.

**35-** Para a contratação de uma obra pública cujo objeto era a duplicação de rodovia, o edital previa a adoção do regime diferenciado de contratações públicas (RDC). O regime de execução previsto foi a contratação integrada e, durante a sua execução, a construtora apresentou o projeto executivo com mudanças na metodologia prevista no anteprojeto, mas com melhoras nas características da pista e aumento da vida útil inicialmente definida. Nesse caso, o fiscal da obra poderá aceitar a alteração, desde que o

- a) prazo de execução seja acrescido proporcionalmente ao benefício gerado pelas alterações.
- b) valor contratado não seja alterado.
- c) prazo de execução seja reduzido com a mudança de solução.
- d) valor a ser aditivado seja inferior ou igual a 10% do valor contratado.
- e) valor a ser aditivado seja inferior ou igual a 25% do valor contratado.

**36-** De acordo com a legislação vigente, contrato de obra pública poderá ser reajustado, conforme definido em edital e previsto no contrato, após um ano da(o)

- a) homologação da licitação.
- b) última data de entrega da proposta.
- c) início da obra.
- d) assinatura do contrato.
- e) primeira data de divulgação do edital.

**37-** O tribunal de justiça, ao requisitar a inclusão na lei orçamentária anual dos valores decididos judicialmente a título de precatório, exerce atividade de natureza

- a) administrativa decorrente de decisão judicial provisória ou definitiva.
- b) judicial, mas, ainda assim, se submete à fiscalização pelos tribunais de contas.
- c) judicial decorrente de decisão judicial definitiva ou provisória.
- d) administrativa, submetendo-se, assim, à fiscalização pelos tribunais de contas.
- e) judicial, razão por que não se sujeita à fiscalização pelos tribunais de contas.

**38-** Conforme a Lei n.º 8.666/1993, o regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de

- a) optar pelo contrato verbal nos casos de serviços prestados de forma continuada.
- b) rescindi-los, unilateralmente, no caso de a contratada paralisar a obra sem justo motivo e sem prévia comunicação à administração pública.
- c) alterá-los, unilateralmente, para aumentar em mais de 50% o valor do contrato no caso de ser necessário ampliar a quantidade do objeto contratado.
- d) aplicar a sanção de suspensão permanente de participação em licitações públicas à empresa contratada no caso de inexecução total do ajuste.
- e) ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, independentemente da essencialidade do serviço.

**39-** De acordo com a Lei n.º 13.303/2016, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, é a

- a) organização social.
- b) sociedade de economia mista.
- c) empresa pública.
- d) autarquia.
- e) fundação.

**40-** O governo do estado de Minas Gerais pretende celebrar parceria com determinada pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O ajuste administrativo envolve o repasse de recursos financeiros estaduais para a capacitação de professores da rede pública estadual.

No caso apresentado, para atrair o regime jurídico aplicável às OSCIP, o instrumento jurídico a ser celebrado entre as partes deverá ser o

- a) termo de parceria.
- b) contrato de direito privado.
- c) convênio.
- d) contrato de gestão.
- e) contrato administrativo de concessão patrocinada.

**41-** No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- a) recurso administrativo.
- b) representação.
- c) fiscalização hierárquica.

- d) pedido de reconsideração.
- e) reclamação.

**42-** Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- a) interno.
- b) prévio.
- c) administrativo.
- d) parlamentar.
- e) judicial.

**44-** Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- a) anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.
- b) anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- c) anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- d) revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.
- e) anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.

**44-** João foi furtado nas dependências de uma entidade que é pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a qual deixou de agir com o cuidado necessário à vigilância.

Nessa situação hipotética, considerando-se os dispositivos constitucionais e o entendimento do STF, a entidade

- a) deverá ser responsabilizada civilmente, com base na legislação civilista, pelo dano suportado por João.
- b) deverá ser responsabilizada civilmente, de forma objetiva e nos termos da CF, pelo dano suportado por João.
- c) deverá ser responsabilizada civilmente, de forma subjetiva e nos termos da CF, pelo dano suportado por João.
- d) não deverá ser responsabilizada civilmente, porque a segurança pública é dever do Estado.
- e) não deverá ser responsabilizada civilmente nos termos da CF, porque não integra a administração pública.

**45-** Foi encaminhado para análise de determinada procuradoria municipal um edital de pregão que visa à contratação de empresa especializada na manutenção de veículos do município.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei n.º 10.520/2002.

- a) O objeto da contratação não permite a utilização da modalidade licitatória pregão, uma vez que essa modalidade não se enquadra nas hipóteses de bens e serviços comuns.
- b) A modalidade licitatória pregão poderá ser utilizada, sendo as propostas dos licitantes válidas por noventa dias para o caso de necessidade de convocação de outro licitante por recusa de assinatura contratual do vencedor.
- c) No pregão, a autoridade competente designará o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, a qual deverá ser integralmente composta por servidores ocupantes de cargo efetivo e pertencentes ao quadro permanente do órgão.
- d) No pregão, são permitidos a exigência de garantia da proposta e o pagamento de taxas e emolumentos, para se resguardar o resultado útil do processo licitatório.
- e) Declarado o resultado do pregão, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, importando a não manifestação na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação.

**46-** A administração pública instaurou processo administrativo contra determinado cidadão, para apurar suposta irregularidade no uso de área pública verificada por fiscal. No referido processo, será necessário expedir intimações para o administrado.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta, com base apenas nas disposições da Lei n.º 9.784/1999.

- a) A intimação deverá ser feita com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de comparecimento.
- b) Em caso de desatendimento da intimação, serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela administração.
- c) A Lei determina expressamente que as intimações deverão ser realizadas por meio eletrônico, salvo absoluta impossibilidade.
- d) A grafia dos nomes das partes não deve conter abreviaturas, sob pena de nulidade do ato intimatório.
- e) Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem, para o administrado, em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades.

**47-** Acerca do processo administrativo, dos poderes-deveres da administração e do abuso de poder, assinale a opção correta, com base na Lei n.º 9.784/1999, na doutrina e na jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A Lei n.º 9.784/1999 trata de normas gerais do processo administrativo aplicáveis ao Poder Executivo federal, não vinculando estados, municípios e Poderes Legislativo e Judiciário quando do exercício de função administrativa.
- b) Autoridade competente para apreciar recursos administrativos poderá, em seu período de férias, delegar essa atribuição ao órgão colegiado hierarquicamente superior, em atenção aos princípios da eficiência e da impessoalidade.
- c) Autoridade competente agirá com excesso de poder caso pratique ato administrativo com finalidade diversa do interesse público.
- d) O poder disciplinar, exercido quando um servidor comete falta funcional, é discricionário não só quanto à obrigatoriedade de punição, mas também quanto à seleção e à aplicação da sanção.
- e) Para o STJ, é possível a delegação de atos de fiscalização de sociedade de economia mista, mas não a delegação de atos de imposição de sanções a essas entidades.

**48-** O sistema de registro de preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços referentes a prestação de serviços e aquisição de bens, com o objetivo de viabilizar futuras contratações pela administração pública.

Acerca desse tema, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto n.º 7.892/2013.

- a) O SRP configura uma modalidade especial e autônoma de licitação prevista em norma específica.

b) Para a realização do procedimento de registro de preços, é indispensável à administração indicar no processo a dotação orçamentária, sob pena de nulidade do ato.

c) As compras públicas, sempre que possível, serão processadas por meio de SRP.

d) A órgãos e entidades da administração pública federal é excepcionalmente permitida a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual, desde que devidamente justificada a vantagem.

e) O prazo máximo de validade da ata de registro de preços será de sessenta meses, já incluídas nesse prazo eventuais prorrogações legalmente autorizadas.

**49-** A respeito de atos administrativos, controle da administração pública, e improbidade administrativa, assinale a opção correta, considerando o entendimento dos tribunais superiores.

a) Para o STJ, nos processos relativos a improbidade administrativa, a demonstração de indícios razoáveis da autoria e da prática de atos ímprobos não basta para que se determine o recebimento da petição inicial, em obediência ao princípio do *in dubio pro reo*.

b) A revogação de ato administrativo é fundada em razões de interesse público — conveniência e oportunidade —, podendo ser efetivada pelo Poder Judiciário no exercício de sua função típica.

c) Para o STF, é inconstitucional lei estadual que imponha a análise de validade prévia de contratos administrativos pela corte de contas local.

d) **Situação hipotética:** Particulares foram beneficiários de transferências bancárias de um município sem comprovar a prestação de serviços à prefeitura. **Assertiva:** Nessa situação, para o STJ, em eventual ação de improbidade administrativa na qual o município figure como autor, e os particulares, como réus, o processo poderá ser extinto, se firmado um acordo compensatório.

e) O Tribunal de Contas da União tem competência para realizar o controle dos Poderes Legislativo e Executivo, quanto à utilização de recursos públicos, mas não do Poder Judiciário, cujo órgão de controle é o Conselho Nacional de Justiça.

**50-** Acerca de organização administrativa, órgãos e pessoas jurídicas que a compõem, assinale a opção correta.

a) Na desconcentração, órgão integrante da estrutura de determinada autarquia exerce atividades administrativas sem controle hierárquico.

b) **Situação hipotética:** Determinado estado da Federação, para aprovação pelo Poder Legislativo, encaminhou projeto de lei que regulamenta instituição de autarquia e alterações orçamentárias e administrativas de determinada secretaria.

**Assertiva:** Nessa situação, esse projeto de lei, apesar de multitemático, deverá ser aprovado à luz do princípio da reserva legal.

c) Agências reguladoras são instituídas para disciplinar e fiscalizar a prestação de serviços públicos e, apesar de deterem poder normativo, não dispõem de legitimidade para impor sanções.

d) Fundação vinculada a partido político e voltada para fomento ao desenvolvimento econômico e social não poderá ser classificada como organização da sociedade civil de interesse público.

e) Os serviços sociais autônomos são criados mediante autorização legislativa, têm como destinação a prestação de serviços públicos sem fins lucrativos e são executados por pessoas jurídicas de direito privado.

**51-** Determinada autarquia federal publicou edital de licitação para contratação de serviços de limpeza nas instalações da sua sede. No referido edital, consta a exigência de que a licitante vencedora contrate um percentual mínimo de mão de obra egressa do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização.

Nesse caso, a exigência constante do certame é

- a) legal, devendo ser observada a forma estabelecida em regulamento.
- b) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- c) legal, mas contrária ao princípio da vantajosidade da contratação do serviço.
- d) ilegal, por restringir o caráter competitivo da licitação.
- e) legal, independentemente da sua previsão em regulamento.

**52-** O tribunal de justiça, ao requisitar a inclusão na lei orçamentária anual dos valores decididos judicialmente a título de precatório, exerce atividade de natureza

- a) judicial, mas, ainda assim, se submete à fiscalização pelos tribunais de contas.
- b) judicial decorrente de decisão judicial definitiva ou provisória.
- c) administrativa, submetendo-se, assim, à fiscalização pelos tribunais de contas.
- d) judicial, razão por que não se sujeita à fiscalização pelos tribunais de contas.
- e) administrativa decorrente de decisão judicial provisória ou definitiva.

**53-** O governo do estado de Minas Gerais pretende celebrar parceria com determinada pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). O ajuste administrativo envolve o repasse de recursos financeiros estaduais para a capacitação de professores da rede pública estadual.

No caso apresentado, para atrair o regime jurídico aplicável às OSCIP, o instrumento jurídico a ser celebrado entre as partes deverá ser o

- a) convênio.

- b) contrato de gestão.
- c) contrato administrativo de concessão patrocinada.
- d) termo de parceria.
- e) contrato de direito privado.

**54-** Conforme a Lei n.º 8.666/1993, o regime jurídico dos contratos administrativos confere à administração pública a prerrogativa de

- a) aplicar a sanção de suspensão permanente de participação em licitações públicas à empresa contratada no caso de inexecução total do ajuste.
- b) ocupar provisoriamente bens imóveis vinculados ao objeto do contrato, independentemente da essencialidade do serviço.
- c) optar pelo contrato verbal nos casos de serviços prestados de forma continuada.
- d) rescindi-los, unilateralmente, no caso de a contratada paralisar a obra sem justo motivo e sem prévia comunicação à administração pública.
- e) alterá-los, unilateralmente, para aumentar em mais de 50% o valor do contrato no caso de ser necessário ampliar a quantidade do objeto contratado.

**55-** De acordo com a Lei n.º 13.303/2016, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, é a

- a) sociedade de economia mista.
- b) empresa pública.
- c) autarquia.
- d) fundação.
- e) organização social.

**56-** A secretaria de educação de um estado da Federação resolveu realizar licitação na modalidade convite com a finalidade de contratar empresa para a construção de novas escolas. Encerrada a licitação, com a habilitação das empresas e a classificação das propostas, o processo administrativo foi enviado ao secretário de educação do estado, autoridade competente para a aprovação do procedimento. Após examinar o processo, o secretário identificou que, devido ao valor da licitação, a modalidade juridicamente adequada seria a concorrência.

À luz da Lei n.º 8.666/1993 e da Lei Estadual n.º 14.184/2002, a autoridade competente

- a) poderá anular a licitação por razões de ilegalidade, desde que provocada por alguma das empresas convidadas e assegurada a correspondente indenização pelos prejuízos causados.

- b) poderá revogar a licitação por razões de interesse público, desde que o fato superveniente identificado esteja comprovado no processo administrativo.
- c) deverá anular de ofício a licitação, por motivo de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- d) poderá optar pela convalidação da licitação para atender ao princípio da economicidade, desde que observado o prazo decadencial de três anos.
- e) deverá revogar a licitação por razões de conveniência e oportunidade, desde que a decisão não acarrete lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.

**57-** José, servidor público do estado do Ceará, por preencher os requisitos legais, requereu a concessão de sua aposentadoria por tempo de serviço, o que foi deferido pelo respectivo órgão público no qual era lotado. Após mais de cinco anos do ato concessivo, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará julgou ilegal aquele ato, em procedimento no qual José não havia sido intimado a se manifestar.

Considerando o entendimento do STF acerca do ato concessivo de aposentadoria, o tribunal de contas estadual, na situação hipotética apresentada, agiu

- a) corretamente, pois se trata de ato administrativo complexo, o qual somente se aperfeiçoa pelo exame de legalidade do tribunal de contas, não havendo necessidade, portanto, de prévia intimação de José.
- b) incorretamente, pois, em que pese se tratar de ato administrativo complexo, transcorrido o prazo decadencial de cinco anos sem a apreciação da legalidade do ato pelo tribunal de contas, eventual ilegalidade existente deveria ser convalidada.
- c) incorretamente, pois, em que pese se tratar de ato administrativo complexo, transcorrido lapso temporal superior a cinco anos, em nome da segurança jurídica, deveria José ter sido previamente intimado a se manifestar.
- d) incorretamente, pois se trata de ato administrativo simples e, salvo comprovação de má-fé, o prazo decadencial de cinco anos para anulação de eventual ilegalidade existente já havia se operado.
- e) corretamente, pois se trata de ato administrativo simples e a autotutela administrativa autoriza o tribunal de contas a apreciar a legalidade do ato concessivo de aposentadoria a qualquer tempo.

**58-** Com relação aos princípios que regem os processos administrativos, assinale a opção correta.

- a) Conforme o princípio do formalismo moderado, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, salvo por exigência legal.
- b) O princípio da ampla defesa impõe a participação de advogado em todas as fases do procedimento administrativo disciplinar.

- c) Por força do princípio da verdade material, admite-se a utilização, em processo administrativo, de provas obtidas por meio ilícito, desde que produzidas de boa-fé.
- d) A exigência de depósito de valores como condição de admissibilidade de recurso administrativo não viola o princípio da pluralidade de instâncias.
- e) A adoção da chamada fundamentação *per relationem* em atos administrativos viola o princípio da motivação.

**59-** Relativamente às entidades da administração pública indireta, assinale a opção correta.

- a) Autarquias e fundações públicas podem receber, por meio de lei específica, a qualificação de agência executiva, para garantir o exercício de suas atividades com maior eficiência e operacionalidade.
- b) São traços distintivos do regime jurídico especial das agências reguladoras: a investidura especial de seus dirigentes; o mandato por prazo determinado; e o período de quarentena após o término do mandato diretivo.
- c) A instituição de fundação pública de direito público, diferentemente das autarquias, cuja criação se dá por meio de edição de lei, exige, além de previsão legal, a inscrição de seu ato constitutivo junto ao registro civil das pessoas jurídicas.
- d) Embora seja reconhecida a natureza autárquica dos conselhos de classe, em razão da natureza privada dos recursos que lhes são destinados, essas entidades não se submetem ao controle externo exercido pelo TCU.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, ressalvando-se, em relação às empresas públicas, a obrigatoriedade de que o capital social seja exclusivamente público.

**60-** A modalidade licitatória restrita aos interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas no cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas é denominada

- a) convite.
- b) tomada de preços.
- c) concorrência.
- d) pregão.
- e) registro de preços.

**61-** À luz da Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta com relação à competência administrativa e à relação hierárquica existente no âmbito da administração pública.

- a) A competência administrativa pode ser renunciada em hipótese de acordo entre os órgãos públicos envolvidos.
- b) A relação de subordinação hierárquica entre os órgãos públicos envolvidos é condição imprescindível para a delegação da competência administrativa.
- c) A delegação de competência de órgãos colegiados é possível, desde que não se trate de matéria de competência exclusiva, de decisão de recursos administrativos ou de edição de atos de caráter normativo.
- d) O ato de delegação retira a competência da autoridade delegante e confere competência exclusiva ao órgão delegado.
- e) A avocação temporária de competência é permitida, em caráter excepcional e por motivos justificados, entre órgãos da administração pública, independentemente da relação hierárquica estabelecida entre eles.

**62-** A licitação de obra de construção de determinado edifício público pode ser realizada sem a apresentação

- a) do projeto básico.
- b) de orçamento detalhado por custo unitário.
- c) do projeto executivo.
- d) de recursos orçamentários suficientes.
- e) da inclusão do projeto no plano plurianual.

**63-** Para o julgamento e a classificação das propostas no pregão, será adotado o critério de

- a) melhor qualidade.
- b) melhor preço e técnica.
- c) maior lance.
- d) menor preço.
- e) melhor técnica e maior lance.

**64-** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações e Contratos —, é dispensável a licitação

- a) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) para aquisição, por empresas públicas e autarquias, de bens produzidos por órgãos públicos.
- c) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.

d) para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo.

e) se, na modalidade convite, não for alcançado o número mínimo legalmente exigido de empresas qualificadas no certame.

**65-** Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos, em nome próprio, sob a forma de fundação, associação ou cooperativa, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado e que mantêm vínculo jurídico com entidades da administração direta ou indireta, em regra por meio de convênio, denominam-se

a) entidades de apoio.

b) serviços sociais autônomos.

c) organizações sociais.

d) autarquias em regime especial.

e) organizações da sociedade civil de interesse público.

**66-** O controle externo da atividade financeira da administração pública compreende as funções de fiscalização financeira propriamente dita, de consulta, de informação, de julgamento, corretivas, de ouvidor e sancionatórias. No que se refere ao controle externo pelo Poder Judiciário, assinale a opção correta.

a) O Poder Judiciário não pode realizar controle externo, já que o Brasil adotou o sistema da jurisdição una, em que, paralelamente ao Poder Judiciário, atuam os órgãos do contencioso administrativo fiscal que exercem, como aquele, função jurisdicional sobre lides de que a administração pública seja parte interessada.

b) O Poder Judiciário pode realizar controle externo, já que o Brasil adotou o sistema da jurisdição dual, em que cabe ao Poder Judiciário atuar em casos excepcionais de decisão teratológica ou de flagrante inconstitucionalidade.

c) O Poder Judiciário pode realizar controle externo, já que o Brasil adota o sistema da jurisdição una, em que o Poder Judiciário tem o monopólio da função jurisdicional, cabendo-lhe apreciar, com força de coisa julgada, lesões ou ameaças a direitos individuais e coletivos.

d) O Poder Judiciário pode realizar controle externo somente em casos excepcionais, já que o Brasil adotou o sistema da jurisdição una, em que a decisão emanada de órgão financeiro da administração pública faz coisa julgada, a qual somente pode ser revista mediante ação rescisória.

e) O Poder Judiciário não pode realizar controle externo, já que o Brasil adotou o sistema da jurisdição dual, em que, paralelamente ao Poder Judiciário, atuam os órgãos do contencioso administrativo fiscal que exercem, como aquele, função jurisdicional sobre lides de que a administração pública seja parte interessada.

**67-** A empresa X, contratada após processo licitatório na modalidade de concorrência, com o objetivo de reformar imóvel pertencente à administração pública, deixou de realizar 30% da obra licitada, o que equivale a R\$ 250.000, em decorrência de graves problemas financeiros.

Nessa situação hipotética, conforme previsão da Lei n.º 8.666/1993, para a contratação de nova empresa para finalizar a obra remanescente

- a) pode-se dispensar a licitação, desde que contratada a empresa classificada em segundo lugar no processo licitatório original.
- b) deve-se realizar novo processo licitatório na modalidade de concorrência.
- c) deve-se realizar novo processo licitatório na modalidade convite.
- d) pode-se optar pela contratação direta, por configurar hipótese de inexigibilidade de licitação.
- e) pode-se dispensar de licitação, desde que obedecida a ordem de classificação e mantidos os termos oferecidos ao licitante vencedor.

**68-** João, servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, foi exonerado *ad nutum* pela administração pública sob a justificativa de falta de verba, motivo que constou expressamente do ato administrativo que determinou sua exoneração. Logo em seguida, João descobriu que o mesmo órgão havia contratado outro servidor para substituí-lo, tendo-o investido na mesma vaga por ele ocupada.

Nessa situação, João

- a) não poderá reclamar o seu retorno, tendo em vista que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.
- b) poderá reclamar o seu retorno, independentemente do motivo apresentado pela administração pública para a exoneração.
- c) não poderá reclamar o seu retorno, pois os motivos invocados no ato exoneratório não se comunicam com a nova investidura do servidor, ainda que para o mesmo cargo.
- d) poderá reclamar o seu retorno em razão da teoria dos motivos determinantes se comprovar a não ocorrência da situação declarada.
- e) não poderá reclamar seu retorno, pois a teoria dos motivos determinantes somente poderia ser aplicada nos casos de servidores públicos estáveis.

**69-** Assinale a opção que apresenta o poder da administração pública que limita o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

- a) poder hierárquico

- b) poder de disciplinar
- c) poder de polícia
- d) poder regulamentar
- e) poder discricionário

**70-** A responsabilidade por ato comissivo do Estado está sujeita à teoria

- a) subjetiva, o que significa ser imprescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar em face de comportamentos lícitos ou ilícitos.
- b) objetiva, o que significa ser imprescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar em face de comportamentos lícitos ou ilícitos.
- c) subjetiva, o que significa ser prescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar apenas em face de comportamentos ilícitos.
- d) objetiva, o que significa ser prescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar em face de comportamentos ilícitos e lícitos.
- e) objetiva, o que significa ser prescindível a demonstração de dolo ou culpa e ser possível reconhecer o dever de indenizar apenas em face de comportamentos ilícitos.

**71-** O controle jurisdicional da administração pública

- a) ocorre apenas em relação aos atos e contratos realizados pela própria administração.
- b) reavalia os critérios de conveniência e oportunidade dos atos que sejam privativos do administrador público.
- c) pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- d) desencadeia-se por provocação e é realizado por juízes dotados de independência.
- e) acompanha a realização do ato para verificar a regularidade da formação deste.

**72-** O controle da administração pública pelos tribunais de contas

- a) compreende, para fins de registro, a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, salvo os de nomeações para os cargos em comissão, bem como os atos de concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- b) alcança os órgãos integrantes da administração direta, exceto aqueles que executam atividades meio do Poder Legislativo e do Judiciário.
- c) abrange o julgamento anual das contas prestadas pelo presidente da República e a apreciação dos relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- d) envolve a aplicação de sanções em casos de ilegalidades ou irregularidades de contas, à exceção das multas, que devem ser aplicadas pelo Judiciário.

e) compreende a legalidade dos atos de que resultem a previsão da receita e a fixação da despesa.

**73-** O controle exercido pelo TCU

a) é constituído por ações como o levantamento, a auditoria, a inspeção bem como o julgamento dos atos considerados ilegais.

b) ocorre unicamente por meio de ofício, se executado na fiscalização de editais de licitação de bens.

c) é complementado pelo controle interno exercido pelos órgãos de fiscalização próprios.

d) estende-se a todas as atividades realizadas pelas agências reguladoras, exceto a avaliação dos atos praticados em relação às concessões de serviço público.

e) abrange os atos do executivo, se exercido de modo prévio, a fim de verificar a legalidade de tais atos.

**74-** O exercício direto do controle parlamentar pode ser exercido

a) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

b) pelo Poder Judiciário, com a autorização do Senado.

c) pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Ministério Público.

d) pelo Poder Judiciário, com o apoio da Controladoria Geral da República.

e) pelos próprios órgãos do Congresso Nacional, a exemplo das comissões parlamentares.

**75-** No que concerne ao controle administrativo, o meio utilizado para denunciar irregularidades feitas na própria administração é denominado

a) pedido de reconsideração.

b) representação.

c) recurso administrativo.

d) revisão.

e) reclamação administrativa.

**76-** O controle destinado a investigar a atividade administrativa bem como o resultado alcançado pelo ato praticado de acordo com a conveniência e oportunidade da administração é denominado controle

- a) administrativo.
- b) legislativo.
- c) de legalidade.
- d) de mérito.
- e) interno.

**77-** De acordo com a Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações), é inexigível a licitação na hipótese de

- a) guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) não acudirem interessados à licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a administração.
- c) compras de gêneros perecíveis no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.
- d) aquisição de materiais e equipamentos que só possam ser fornecidos por produtor ou empresa comercial exclusivos.
- e) contratação de serviços de publicidade, de natureza singular, com profissionais de notória especialização.

**78-** Considere que a administração pública deseje desfazer ato administrativo porque determinado destinatário descumpriu condições obrigatórias para que continuasse a desfrutar de determinada situação jurídica. Nessa situação, a administração deverá adotar a seguinte modalidade de desfazimento do ato:

- a) invalidação.
- b) revogação.
- c) cassação.
- d) convalidação.
- e) ratificação.

**79-** Segundo o entendimento do STF, a responsabilidade civil do Estado pela morte de detento sob sua custódia é

- a) objetiva, com base na teoria do risco integral, sem a possibilidade de aplicação de causas excludentes de responsabilidade.
- b) subjetiva, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.
- c) objetiva, com base na teoria do risco administrativo, mas apenas em relação às condutas estatais comissivas.
- d) subjetiva, com base na teoria da falta do serviço, no caso de omissão estatal.

e) objetiva, com base na teoria do risco administrativo, em caso de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas.

**80-** Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

**I** No caso de atrasos dos pagamentos devidos pela administração contratante, superiores a noventa dias, é possível a aplicação, pelo contratado, da exceção do contrato não cumprido, salvo em casos excepcionais, como calamidade pública ou guerra.

**II** A modificação do regime de execução da obra para melhor adequação técnica constitui hipótese de alteração unilateral do contrato.

**III** Aos contratos administrativos de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra aplica-se o reajuste por índices.

**IV** É cláusula necessária dos contratos administrativos a que estabelece as penalidades cabíveis para as situações de sua inexecução parcial ou total.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**81-** À luz da jurisprudência dos tribunais superiores sobre o poder de polícia, o poder disciplinar, o poder normativo e o dever de probidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) Cabe aos conselhos regionais de farmácia, no exercício do poder de polícia, licenciar e fiscalizar as condições de funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos.
- b) O pagamento de multa resultante de autuação por agente de trânsito não implica a desistência da discussão judicial da infração.
- c) A configuração de ato de improbidade administrativa requer que haja enriquecimento ilícito ou dano ao erário.
- d) A ocorrência do ato de improbidade administrativa, em regra, viabiliza a reparação por dano moral coletivo.
- e) Em razão do poder disciplinar da administração pública, é admissível que edital de concurso público proíba a participação de candidatos tatuados.

**82-** No que diz respeito à administração indireta e ao regime jurídico das agências reguladoras e executivas, assinale a opção correta.

- a) A autonomia técnica das agências reguladoras é compatível com a criação de instâncias administrativas revisoras de seus atos.
- b) Embora as agências reguladoras disponham de poder normativo técnico, as normas que resultam do seu poder regulamentar não introduzem direito novo no ordenamento.
- c) Desde que apresentem plano de reestruturação e celebrem contrato de gestão com o órgão supervisor, as associações civis podem ser qualificadas como agências executivas.
- d) Embora a estabilidade seja a regra para o mandato dos dirigentes das agências reguladoras, a lei instituidora da agência pode estabelecer condições distintas para a perda de cargo de seus dirigentes.
- e) De acordo com o STF, é viável condicionar a demissão de conselheiro de agência reguladora estadual durante o mandato a decisão exclusiva da assembleia legislativa local.

**83-** Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico das empresas estatais e das sociedades de economia mista.

- a) Em razão da posição preponderante da administração pública, aplicam-se as normas de direito público aos contratos de obras celebrados por sociedades de economia mista.
- b) A aquisição de bens e serviços pelas empresas estatais prestadoras de serviço público deve seguir o procedimento estabelecido na Lei Geral de Licitações e Contratos.
- c) Uma empresa pública pode celebrar contrato de patrocínio com pessoa física para a promoção de atividade cultural, ainda que tal atividade seja desvinculada de sua marca.
- d) É dispensável às empresas públicas a realização de licitação para a compra de ações, títulos de crédito e bens que elas comercializem.
- e) Por ser atribuição do chefe do Poder Executivo, a extinção de sociedade de economia mista independe de autorização legislativa.

**84-** À luz da doutrina e da jurisprudência, assinale a opção correta acerca de atos administrativos.

- a) Admite-se a convalidação de ato administrativo por meio de decisão judicial, desde que não haja dano ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- b) A nomeação dos ministros de tribunais superiores no Brasil é um ato administrativo complexo.

c) Por ser a competência administrativa improrrogável, atos praticados por agente incompetente não se sujeitam a convalidação.

d) Por serem os ocupantes de cargo em comissão demissíveis *ad nutum*, é sempre inviável a anulação do ato de exoneração de ocupante de cargo em comissão com fundamento na teoria dos motivos determinantes.

e) Independentemente de novo posicionamento judicial, havendo modificação da situação de fato ou de direito, a administração poderá suprimir vantagem funcional incorporada em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

**85-** Considerando a doutrina, a jurisprudência e o disposto na Lei n.º 9.784/1999, assinale a opção correta acerca do processo administrativo.

a) Ao administrado não é permitido alegar em instância superior fato ou prova não trazida na fase inicial do processo administrativo.

b) No processo administrativo, configura vício insanável a prática de ato administrativo por agente público sob suspeição ou impedimento.

c) Admite-se a tutela cautelar no processo administrativo, desde que haja a prévia manifestação do interessado no sentido de sua necessidade.

d) É de dez anos o prazo decadencial para se rever ato administrativo praticado antes da promulgação da Lei n.º 9.784/1999.

e) Órgão competente para o julgamento de recursos no processo administrativo poderá agravar a situação do recorrente, desde que lhe seja garantida a oportunidade para a apresentação de alegações.

**86-** Assinale a opção correta acerca da organização administrativa.

a) Ocorre descentralização por serviços quando o poder público contrata empresa privada para desempenhar atividade acessória à atividade finalística da administração.

b) A autorização, a permissão e a concessão de serviços públicos a empresas privadas caracterizam desconcentração administrativa.

c) O ente titular do serviço público pode interferir na execução do serviço público transferido a outra pessoa jurídica no caso descentralização por serviços.

d) A descentralização por colaboração resulta na transferência da titularidade e da execução do serviço público para empresas públicas ou sociedades de economia mista.

e) No caso de descentralização por colaboração, a alteração das condições de execução do serviço público independe de previsão legal específica.

**87-** Assinale a opção que apresenta característica comum às sociedades de economia mista e às empresas públicas.

- a) Estão sujeitas ao regime de precatórios, como regra.
- b) Não gozam de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado.
- c) Não precisam realizar procedimento licitatório, a fim de viabilizar a atuação no mercado competitivo.
- d) São criadas por lei.
- e) Não estão sujeitas à fiscalização dos tribunais de contas.

**88-** Vencedora em regular processo licitatório, determinada sociedade empresária assinou contrato com a administração pública para a execução de determinada obra. No início dos trabalhos, constatou-se a presença de muitas rochas, fator que dificultaria e encareceria a fixação das fundações. Essa informação não foi indicada no projeto apresentado pela administração pública.

Nessa situação hipotética, a presença das rochas

- a) permite ao contratado rescindir o contrato.
- b) permite ao contratado a revisão do contrato, em razão de sujeição imprevista.
- c) é considerada caso fortuito, o que afasta a necessidade de revisão do preço contratual.
- d) é considerada força maior, o que afasta a necessidade de revisão do preço contratual
- e) é um fato da administração, que dá ensejo à revisão do preço contratual.

**89-** Determinado prefeito exarou ato administrativo autorizando o uso de bem público em favor de um particular. Pouco tempo depois, lei municipal alterou o plano diretor, no que tange à ocupação do espaço urbano, tendo proibido a destinação de tal bem público à atividade particular.

Nessa situação hipotética, o referido ato administrativo de autorização de uso de bem público extingue-se por

- a) revogação.
- b) anulação.
- c) contraposição.
- d) caducidade.
- e) cassação.

**90-** No que se refere ao pregão, regulado pela Lei n.º 10.520/2002, assinale a opção correta.

- a) A realização do pregão pode se dar em até três dias úteis a partir da publicação do ato convocatório.
- b) Para a realização do pregão, é imprescindível que seja constituída uma comissão de licitação.
- c) As disposições da Lei n.º 8.666/1993 não se aplicam ao pregão, nem mesmo de forma subsidiária.
- d) Em se tratando da modalidade pregão, avalia-se somente a habilitação do licitante vencedor.
- e) É possível a alienação de bens públicos por pregão.

**91-** A respeito dos poderes administrativos, assinale a opção correta.

- a) O exercício do poder disciplinar não admite delegação ou avocação de atribuições.
- b) O exercício do poder disciplinar pode ser observado na imposição de multas de trânsito.
- c) O poder regulamentar é o poder de a administração pública editar leis em sentido estrito.
- d) A possibilidade de a administração pública restringir o gozo da liberdade individual em favor do interesse da coletividade decorre do poder de polícia.
- e) O poder hierárquico pode ser exercido pela União sobre uma sociedade de economia mista da qual ela seja acionista.

**92-** Na administração pública, uma entidade criada por lei específica, com personalidade de direito público e patrimônio próprio, que desempenha atribuições públicas típicas e tem capacidade de autoadministração sob controle estatal é denominada

- a) ente de cooperação.
- b) consórcio público.
- c) autarquia.
- d) fundação pública.
- e) empresa governamental.

**93-** De acordo com a doutrina majoritária, os elementos fundamentais do ato administrativo são o(a)

- a) forma, a competência, a atribuição, a finalidade e o objeto.
- b) objeto, a finalidade, o motivo, a competência e a tipicidade.
- c) competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade.
- d) motivo, o objeto, a finalidade, a autoexecutoriedade e a força coercitiva.
- e) objeto, o motivo, a competência, a finalidade e a abrangência.

**94-** Caracteriza-se como unilateral e vinculado o ato da administração denominado

- a) permissão.
- b) aprovação.
- c) parecer.
- d) autorização.
- e) licença.

**95-** Em relação ao poder de polícia, julgue os itens a seguir.

**I** O poder de polícia não tem relação com o direito do consumidor.

**II** O poder de polícia será sempre exercido em caráter vinculado, nos estritos termos da lei que autoriza o seu exercício.

**III** A polícia judiciária é privativa de corporações especializadas — polícias civis e militares —, enquanto a polícia administrativa se distribui entre diversos órgãos da administração.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas o item III está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens II e III estão certos.

**96-** A revisão, de ofício, pela administração pública, de decisões sancionatórias aplicadas a servidor público por meio de regular processo administrativo é

- a) vedada, em razão da necessidade de provocação do servidor público.
- b) permitida, ainda que tenha ocorrido a preclusão administrativa, em razão do princípio da autotutela.
- c) permitida, em decorrência do princípio da oficialidade.

d) permitida apenas se as alegações da revisão coincidirem com as suscitadas pela parte no decorrer do processo.

e) vedada, em obediência ao princípio da economia processual.

**97-** Com relação à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

**I** As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas ao controle hierárquico pela administração pública direta.

**II** As sociedades de economia mista e empresas públicas são entidades de direito privado integrantes da administração indireta, criadas por autorização legal, para o desempenho de atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, prestação de serviços públicos.

**III** Por meio da contratação de consórcios públicos, poderão ser constituídas associações públicas para a realização de objetivos de interesse comum, adquirindo tais entidades personalidade jurídica de direito público e passando a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.

**IV** Por serem entes despersonalizados, os órgãos públicos não detêm capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

**98-** É possível a convalidação de atos administrativos quando apresentarem defeitos relativos aos elementos

- a) objeto e finalidade.
- b) motivo e competência.
- c) motivo e objeto.
- d) competência e forma.
- e) finalidade e forma.

**99-** Pedro interpôs recurso administrativo visando reverter decisão administrativa que havia determinado a interdição de estabelecimento comercial de sua propriedade, com aplicação de multa.

Nessa situação hipotética, com base nas disposições legais concernentes aos processos administrativos,

- a) se do julgamento do recurso administrativo puder decorrer gravame à situação de Pedro, este deverá ser cientificado para apresentar nova manifestação antes da decisão.
- b) salvo disposição legal em sentido contrário, o recurso interposto por Pedro terá efeito devolutivo e suspensivo.
- c) interposto o recurso administrativo, o acesso de Pedro ao Poder Judiciário somente poderá ocorrer após o julgamento definitivo na esfera administrativa.
- d) o recolhimento do valor da multa aplicada é condição de admissibilidade do recurso administrativo.
- e) julgado improcedente o recurso administrativo e mantidas as penalidades administrativas aplicadas, não haverá necessidade de motivação da decisão da instância superior.

**100-** Com relação aos poderes administrativos, a prerrogativa da administração pública de editar atos normativos para ordenar a atuação de órgãos subordinados decorre do exercício do poder

- a) discricionário.
- b) disciplinar.
- c) de polícia.
- d) regulamentar.
- e) hierárquico.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**01** - Acerca da organização dos estados, é correto afirmar que:

- a) a criação de um território federal é regulada por lei ordinária.
- b) aos estados-membros compete explorar os serviços locais de gás canalizado.
- c) a iniciativa popular no processo legislativo estadual não é admitida.
- d) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos estados-membros para legislar.
- e) o texto constitucional autoriza a criação de tribunais de contas municipais.

**02** - De acordo com a Constituição Federal de 1988, a avaliação periódica da funcionalidade do sistema tributário nacional, em sua estrutura e em seus componentes, e do desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios compete privativamente

- a) ao Conselho da República.
- b) ao Tribunal de Contas da União.
- c) ao Senado Federal.
- d) à Câmara dos Deputados.
- e) ao Conselho Nacional de Justiça.

**03** - Com relação ao direito à associação, assinale a opção correta.

- a) As atividades das associações somente poderão ser suspensas por decisão judicial.
- b) A liberdade de associação é plena, mesmo para associação de caráter paramilitar.
- c) A criação de associação depende de autorização do poder público.
- d) A associação pode prever, em seu estatuto, hipóteses para compelir alguém a permanecer associado.
- e) As associações, ainda quando não autorizadas expressamente, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

**04** - Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, depois de aprovados internamente em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, são considerados equivalentes a

- a) leis federais.
- b) súmulas vinculantes.
- c) medidas provisórias.
- d) leis complementares.
- e) emendas constitucionais.

**05** - Um município de determinado estado da Federação apresentava graves dificuldades com transportes, o que resultava em problemas no cotidiano da população, especialmente pela dificuldade de entrega de documentos e encomendas via postal. Atenta a essa demanda, a assembleia legislativa municipal editou lei para regulamentar o serviço postal no município, considerando as especificidades locais da comunidade, em nome do interesse público, e buscando atender adequadamente à população.

Conforme os dispositivos constitucionais referentes à organização do Estado, a lei editada pela assembleia legislativa desse município é

- a) inconstitucional, porque é da União a competência privativa para legislar sobre serviço postal.
- b) constitucional, porque a assembleia legislativa municipal detém autonomia e legitimidade para legislar privativamente sobre demandas específicas locais.
- c) inconstitucional, porque é do respectivo estado a competência privativa para legislar sobre serviço postal em seus municípios.
- d) constitucional, porque a assembleia legislativa municipal detém legitimidade para legislar concorrentemente com a União e com o respectivo estado sobre serviço postal.
- e) constitucional, porque a assembleia legislativa municipal detém competência comum com os demais entes da Federação para legislar sobre serviço postal.

**06** - Emenda à Constituição consiste em uma

- a) reforma, oriunda do poder constituinte decorrente.
- b) reforma, atribuída ao presidente da República, que tem o poder de vetar ou sancionar a proposta que a originou.
- c) revisão, oriunda do poder constituinte originário.

d) revisão, atribuída ao Supremo Tribunal Federal, que tem o poder de julgar a proposta que a originou.

e) reforma, oriunda do poder constituinte derivado.

**07** - Autoridade pública do tribunal de justiça de determinado estado vetou, durante um mês, a retirada de autos dos processos em trâmite naquele tribunal por advogados atuantes nas causas, alegando que tal medida seria necessária para melhorar a organização dos servidores do órgão, que estavam realocando os autos dos processos nas salas do tribunal. Considerando que a medida tomada por essa autoridade foi ilegal, a Ordem dos Advogados do Brasil local ajuizou ação constitucional a fim de proteger direito líquido e certo da classe de advogados, que foram prejudicados ao terem sido impedidos de exercer suas atividades profissionais.

Nessa situação hipotética, a OAB impetrou

- a) *habeas corpus*.
- b) *habeas data*.
- c) mandado de injunção.
- d) mandado de segurança coletivo.
- e) ação civil pública.

**08** - A respeito do mandado de segurança, julgue os itens a seguir.

**I** Entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança, mesmo que a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

**II** Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

**III** Concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.

**IV** Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de correição.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**09** - É fundamento da República Federativa do Brasil

- a) a igualdade entre homens e mulheres.
- b) a defesa da paz.
- c) o valor social da livre iniciativa.
- d) o repúdio ao racismo.
- e) a solução pacífica de conflitos.

**10** - A União e o estado do Rio Grande do Sul poderão legislar concorrentemente sobre

- a) direito marítimo.
- b) direito econômico.
- c) trânsito.
- d) sorteios.
- e) informática.

**11** - No que tange a bens públicos, assinale a opção correta.

- a) As terras devolutas pertencem à União, que poderá cedê-las aos estados e municípios para fins de gestão ou afetação pública.
- b) Ilhas costeiras são de propriedade da União, salvo aquelas que contêm sede de município.
- c) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, nos termos da lei, bem como estão sujeitos a usucapião.
- d) As ilhas lacustres estaduais, enquanto terras tradicionalmente ocupadas por indígenas, são de propriedade dos estados.
- e) As ilhas que consistam em terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são de propriedade da comunidade indígena.

**12** - Com relação a agentes públicos, assinale a opção correta, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- a) Pessoa indevidamente investida em cargo público deve ser exonerada e obrigada a devolver os recursos que tiver recebido em razão do desempenho irregular da função.

b) O teto remuneratório previsto na CF aplica-se a agentes públicos das sociedades de economia mista que recebam recursos do Estado para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

c) Nos casos em que a CF permite a cumulação de cargos, empregos e funções públicas, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório das remunerações acumuladas.

d) A CF permite, em regra, a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

**13** - O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

a) promover a consolidação das contas nacionais.

b) elaborar e executar a programação financeira da União.

c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.

d) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

e) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

**14** - Determinada prefeitura decidiu realizar um concurso público para o provimento de vagas para o cargo de professor da rede municipal de ensino, com a finalidade de atenuar os prejuízos decorrentes da grande rotatividade dos professores municipais. O edital, que foi publicado no Diário Oficial, indicava a validade do certame pelo período de cinco anos.

Nesse caso, o edital do concurso

a) obedece à CF, porque os princípios da publicidade e da eficiência foram atendidos.

b) viola a CF, pois o prazo máximo de validade do certame deveria ser de três anos, prorrogável pelo mesmo período.

c) viola a CF, pois o prazo máximo de validade do concurso deveria ser de dois anos, prorrogável pelo mesmo período.

d) obedece à CF, pois é de competência municipal a definição dos aspectos de concurso público municipal.

e) viola a CF, pois o prazo máximo de validade do certame deveria equivaler ao tempo de mandato do prefeito, ou seja, quatro anos.

**15** - A controladoria interna de determinado estado identificou o desvio de cinco milhões de reais e apurou a responsabilidade do secretário de direitos humanos local pelo ilícito. O servidor foi demitido. Além da responsabilidade administrativa, o estado pretende buscar em juízo reparação dos danos causados aos cofres públicos estaduais.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica o órgão de função essencial da justiça que detém a competência para representar judicialmente o estado em juízo.

- a) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- b) ministério público estadual
- c) defensoria pública estadual
- d) Advocacia-Geral da União
- e) procuradoria do estado

**16** - Determinada câmara municipal aprovou um projeto de lei que estabelece, além da localização daquele município onde deverá ser instalada uma usina nuclear brasileira, os cuidados a serem tomados com relação aos rejeitos nucleares decorrentes dessa atividade. Na justificativa do projeto de lei, afirmou-se que a competência para regulamentar matéria ambiental é comum e que a medida disposta na lei é importante para a geração de empregos e para a arrecadação de tributos para o município. O projeto de lei foi sancionado pelo prefeito e transformou-se em lei municipal.

Nessa situação, a lei municipal em questão é

a) constitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear é questão local, de competência municipal, e a competência comum ambiental permite a regulamentação legislativa por todos os entes federativos.

b) inconstitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear e a definição legislativa da localização da usina são de competência privativa da União.

c) inconstitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear só pode ser realizada por lei complementar.

d) inconstitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear só pode ser realizada por lei estadual, a ser editada pela assembleia legislativa local.

e) constitucional, desde que exista lei federal prévia estabelecendo aquela localidade como endereço de uma das usinas nucleares a serem construídas no Brasil.

**17** - A câmara legislativa de determinado estado aprovou, por maioria simples, projeto de lei que estabelece como competência do tribunal de contas estadual a realização de exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.

Ao apreciar o referido projeto, o governador desse estado deverá

a) vetar a lei, porque não cabe aos tribunais de contas realizar previamente o exame da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.

b) vetar a lei, pois a matéria é reservada a lei federal, não sendo uma atribuição da assembleia legislativa local.

c) vetar a lei, porque a matéria é reservada a lei complementar, exigindo-se um quórum de aprovação de 2/3 dos deputados estaduais da assembleia legislativa local.

d) sancionar a lei, pois é uma medida constitucional que está em conformidade com o interesse público, visto que a implementação do controle prévio atende ao princípio da moralidade.

e) sancionar a lei, caso a Constituição do estado determine que a matéria seja regulamentada por lei estadual.

**18** - Rafael, brasileiro, regular em seus direitos políticos, cursa mestrado em determinada universidade federal mineira. Juan, amigo de Rafael, é chileno e cursa mestrado sanduíche nessa mesma instituição de ensino de Minas Gerais. Ambos fazem parte da Associação Amigos da Universidade Pública, que é formada por estudantes universitários e que tem como finalidade a averiguação de irregularidades no uso de recursos públicos da universidade. Em uma dessas ações de controle, Rafael e Juan constataram que um secretário de pós-graduação da referida universidade havia desviado dois milhões de reais destinados ao apoio de eventos internacionais de pesquisa, para reformar o seu apartamento funcional. Por ser ato lesivo ao patrimônio público, a transação irregular feita pelo secretário de pós-graduação poderá ser impugnada por meio de ação popular.

Nessa situação, a legitimidade para propor a ação popular será

a) de Rafael, apenas.

b) de Rafael ou da Associação Amigos da Universidade Pública.

c) da Associação Amigos da Universidade Pública, apenas.

d) da Associação Amigos da Universidade Pública, de Rafael e de Juan, em litisconsórcio.

e) de Rafael ou de Juan.

**19** - Com relação aos vencimentos dos servidores públicos, a administração

a) não deverá observar limite nenhum, por inexistir previsão constitucional nesse sentido.

b) não deverá observar limite nenhum, cabendo a cada um dos Poderes da União estabelecer o próprio teto de vencimentos.

c) deverá respeitar um limite: os vencimentos dos servidores não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

d) deverá respeitar um limite: os vencimentos dos servidores não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

e) deverá respeitar um limite: os vencimentos dos servidores não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

**20** - Determinado município apresentou, por cinco anos seguidos, graves problemas na sua prestação de contas, em razão de desvios de recursos públicos por parte de seus gestores. Tendo constatado a recorrência desse problema, o servidor do tribunal de contas local responsável pelo controle dessas contas propôs a criação de um tribunal de contas municipal para garantir melhor controle dos gastos do município.

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), a proposta do servidor do tribunal de contas é

a) viável somente para as capitais dos estados, porque sua estrutura administrativa, mais complexa, justifica a criação desse órgão de controle.

b) inconstitucional, pois é vedada expressamente pelo texto da CF.

c) inconstitucional, uma vez que a CF, quando da sua promulgação, determinou a extinção dos tribunais de contas municipais existentes.

d) recomendada para municípios com mais de vinte mil habitantes.

e) recomendada para estados que tenham muitos municípios, para que o controle de contas seja mais eficiente e transparente.

**21** - Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

a) A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.

b) É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.

c) O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.

d) A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.

e) O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

**22** - O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

a) elaborar e executar a programação financeira da União.

b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.

c) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

d) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

e) promover a consolidação das contas nacionais.

**23** - A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais das seguintes carreiras que exercem funções essenciais à justiça:

a) Ministério Público e auditoria dos tribunais de contas.

b) Ministério Público e advocacia pública.

c) Defensoria Pública e advocacia pública.

d) Ministério Público e Defensoria Pública.

e) advocacia pública e auditoria dos tribunais de contas.

**24** - As leis delegadas, elaboradas pelo presidente da República, são medidas que

a) serão apreciadas pelo Congresso Nacional — separadamente, em cada uma das casas que compõem esse órgão.

b) poderão ser estendidas para além do período da legislatura.

c) impedirão que o Congresso Nacional legisle acerca de matéria que já seja objeto de lei delegada.

d) poderão tratar dos planos plurianuais.

e) terão a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

**25** - A Constituição Federal de 1988 dispõe que são bens da União

a) as águas superficiais fluentes.

b) as águas subterrâneas em depósito.

c) as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.

d) as ilhas fluviais e lacustres.

e) as ilhas oceânicas e costeiras.

**26** - De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

a) a utilização de organização paramilitar.

b) a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.

c) a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.

d) a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.

e) a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

**27** - Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

a) A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.

b) O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

c) A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.

d) É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.

e) O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.

**28** - Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

**I** O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.

**II** É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.

**III** A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

**29** - O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- a) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- b) promover a consolidação das contas nacionais.
- c) elaborar e executar a programação financeira da União.
- d) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- e) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

**30** - A Constituição Federal de 1988 veda expressamente a edição de medida provisória que

- a) verse sobre a seguridade social.
- b) trate das diretrizes e bases da educação nacional.
- c) regulamente a concessão de serviços locais de gás canalizado.
- d) implique a instituição ou majoração de impostos.
- e) regulamente o regime de portos e a navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.

**31** - Determinado estado-membro se desfez de parte de seu território, e a população ali residente foi unida a outro estado-membro, sem que aquele perdesse a sua identidade originária.

Nessa situação, ocorreu a modalidade de formação de estados federados denominada

- a) incorporação.
- b) subdivisão.
- c) desmembramento por anexação.
- d) desmembramento por formação.
- e) fusão.

**32** - Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.

b) Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.

c) Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.

d) Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.

e) Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.

**33** - À luz das disposições constitucionais e do entendimento do STF sobre a competência legislativa concorrente, é correto afirmar que os municípios

a) podem suplementar legislação federal ou estadual no que lhes couber.

b) não podem suplementar legislação estadual, por expressa proibição constitucional.

c) não podem suplementar legislação federal, pois apenas os estados têm essa atribuição.

d) não podem suplementar qualquer legislação, pois não estão incluídos entre os entes que possuem tal competência, os quais são elencados expressamente no texto constitucional.

e) podem suplementar lei federal, mas a superveniência de nova lei de âmbito nacional que trate de normas gerais invalidará a lei municipal.

**34** - A reforma trabalhista aprovada em 2017 extinguiu a obrigatoriedade de contribuição sindical e condicionou seu pagamento à prévia e expressa autorização

dos filiados ao sindicato. De acordo com o entendimento do STF, a referida reforma é

- a) incompatível com a CF, uma vez que fere a autonomia sindical.
- b) incompatível com a CF, uma vez que é necessária lei específica para a concessão de benefício fiscal.
- c) incompatível com a CF, pois, por tratar de normas gerais de direito tributário, o assunto deveria ser regulamentado por lei complementar.
- d) compatível com a CF, porque assegura a livre associação profissional ou sindical.
- e) compatível com a CF, porquanto o poder público é livre para interferir no sistema de organização sindical.

**35** - Com base na CF, assinale a opção correta, acerca das funções essenciais à justiça.

- a) Os membros da Defensoria Pública e do Ministério Público gozam de vitaliciedade após dois anos de exercício da função, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública.
- c) O advogado geral da União, chefe da Advocacia Geral da União, é selecionado entre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos de idade e livremente nomeado pelo presidente da República.
- d) Às defensorias públicas é assegurada a iniciativa de leis que tratem da criação e da extinção de cargos, da remuneração de servidores e da fixação do subsídio dos defensores públicos.
- e) Aos membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública é vedado o exercício de atividade político-partidária.

**36** - Com relação à competência legislativa dos municípios, é correto afirmar que é constitucional lei municipal que

- a) discipline o regime jurídico dos servidores e dos empregados públicos municipais.
- b) disponha sobre tempo máximo de espera de clientes em filas em estabelecimentos comerciais e bancários.

c) trate sobre trânsito e transporte, nos limites autorizados por lei complementar federal.

d) normatize, concorrentemente com legislação federal e estadual, procedimentos em matéria processual em geral.

e) institua regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

**37** - Conforme o entendimento do STF e a legislação pertinente, a função constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça inclui

a) o controle interno da atuação administrativa, financeira e disciplinar do Poder Judiciário.

b) o controle de legalidade de atos normativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, o que não implica a possibilidade de afastar, por inconstitucionalidade, a aplicação de lei.

c) o recebimento e conhecimento de reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, assim como o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, incluídos os do STF.

d) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, exceto os do STF.

e) a revisão, de ofício ou mediante provocação, a qualquer tempo, dos processos disciplinares contra serviços auxiliares do Poder Judiciário, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro.

**38** - De acordo com a CF, os partidos políticos são

a) pessoas jurídicas de direito público às quais é vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

b) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.

c) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

d) pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

e) pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.

**39** - À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos e das garantias fundamentais.

**I** A interceptação de comunicações telefônicas, submetida a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, é admitida, na forma da lei, para fins de investigação criminal e apuração de ato de improbidade administrativa.

**II** Não viola o direito à intimidade a requisição, pelo Ministério Público, de informações bancárias de titularidade de órgão e entidades públicas, a fim de proteger o patrimônio público.

**III** Mesmo em caso de flagrante delito, o ingresso forçado de autoridade policial em domicílio, independentemente de autorização judicial, é condicionado à demonstração de fundada suspeita de ocorrência de crime no local.

**IV** A inviolabilidade domiciliar não afasta a possibilidade de agentes da administração tributária, no exercício da autoexecutoriedade, ingressarem em estabelecimento comercial ou industrial, independentemente de consentimento do proprietário ou de autorização judicial.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

**40** - A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais das seguintes carreiras que exercem funções essenciais à justiça:

- a) Ministério Público e Defensoria Pública.
- b) advocacia pública e auditoria dos tribunais de contas.
- c) Ministério Público e auditoria dos tribunais de contas.
- d) Ministério Público e advocacia pública.
- e) Defensoria Pública e advocacia pública.

**41** - As leis delegadas, elaboradas pelo presidente da República, são medidas que

a) terão a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

b) serão apreciadas pelo Congresso Nacional — separadamente, em cada uma das casas que compõem esse órgão.

c) poderão ser estendidas para além do período da legislatura.

d) impedirão que o Congresso Nacional legisle acerca de matéria que já seja objeto de lei delegada.

e) poderão tratar dos planos plurianuais.

**42** - No auxílio a comissão parlamentar de inquérito, o tribunal de contas poderá

a) sustar o pagamento de despesa executiva irregular que possa causar dano irreparável à economia pública.

b) determinar o arresto de bens do investigado.

c) julgar as contas do presidente da República que tenham sido reprovadas.

d) solicitar que membro do tribunal de contas seja inquirido em local, dia e hora previamente ajustados.

e) julgar a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública.

**43** - A Constituição Federal de 1988 dispõe que são bens da União

a) as águas subterrâneas em depósito.

b) as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental.

c) as ilhas fluviais e lacustres.

d) as ilhas oceânicas e costeiras.

e) as águas superficiais fluentes.

**44** - Compete aos tribunais de contas estaduais

a) apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, incluídas as nomeações para cargos de provimento em comissão.

b) fiscalizar os recursos federais repassados pela União às pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos localizadas no território estadual.

c) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens ou valores públicos de entidade da administração pública indireta estadual.

d) suspender, de forma cautelar e unilateral, a execução de contrato administrativo celebrado irregularmente por autarquia estadual.

e) exercer o controle interno do poder executivo estadual quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

**45** - De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

a) a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

b) a utilização de organização paramilitar.

c) a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.

d) a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.

e) a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.

**46** - A respeito da organização, das funções e das decisões do CNJ, assinale a opção correta.

a) Cabe ao CNJ zelar pela legalidade dos atos administrativos do Poder Judiciário, o que exclui a competência do TCU para fiscalizá-los.

b) Compete aos juízes estaduais e federais o julgamento de ações ordinárias ajuizadas contra decisões do CNJ.

c) Segundo o STF, pode o CNJ realizar controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo, desde que no exame de ato concreto e no exercício de sua competência.

d) O prévio ajuizamento de ação que questione ato de concurso público para a magistratura não impede o conhecimento de pedido de providências sobre o tema pelo CNJ.

e) É concorrente a competência da corregedoria do CNJ para o exercício do poder correicional e disciplinar.

**47** - A respeito das competências das CPI e do controle jurisdicional, assinale a opção correta, segundo o entendimento doutrinário e a jurisprudência do STF.

- a) A CPI tem poder para requisitar de operadoras de telefonia acesso a informações que estejam sob sigilo de justiça em processo judicial.
- b) Eventual decretação da quebra de sigilo telefônico por CPI está isenta de posterior controle judicial.
- c) Concluídos os trabalhos, a CPI poderá encaminhar o seu relatório circunstanciado à autoridade policial.
- d) O fornecimento de informações resguardadas sob sigilo bancário independe de aprovação pelo plenário da CPI.
- e) Busca e apreensão domiciliar podem ser determinadas pela CPI, independentemente de ordem judicial.

**48** - Acerca do mandado de segurança relativamente à tutela de interesses individuais, difusos e coletivos, assinale a opção correta.

- a) O exercício do direito de petição e o pedido de reconsideração interrompem o prazo para a impetração do mandado de segurança.
- b) Salvo nos procedimentos regulados pela lei dos juizados especiais, não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso.
- c) É cabível mandado de segurança para arguição de inconstitucionalidade de veto presidencial.
- d) Não cabe mandado de segurança contra decretos do Poder Executivo, salvo aqueles que sejam materialmente atos administrativos.
- e) O parlamentar tem legitimidade ativa para impetrar mandado de segurança em defesa de prerrogativa do Congresso Nacional.

**49** - O prefeito de determinado município recebeu recursos da União para ampliar o acesso ao ensino fundamental e valorizar o magistério das escolas municipais por meio de ações de capacitação. Contudo, ultrapassado o prazo fixado no cronograma de aplicação dos recursos, verificou-se que as atividades planejadas não haviam sido executadas e que a verba transferida pela União havia sido utilizada no fundo de campanha eleitoral do vereador que era filho do referido prefeito.

Conforme entendimento do STF acerca do regime constitucional da responsabilidade do chefe do Poder Executivo, o julgamento do crime praticado pelo prefeito compete ao

- a) tribunal de justiça, por se tratar de crime comum contra bens e interesses do município.
- b) respectivo tribunal regional federal, já que a aplicação do recurso desviado está sujeita à fiscalização do TCU.
- c) juiz de direito da comarca local investido da jurisdição eleitoral, pois se trata de crime conexo com o abuso de poder econômico no processo eleitoral.
- d) juízo federal de primeiro grau, em virtude da origem federal dos recursos desviados.
- e) tribunal regional eleitoral local, em virtude da conexão entre as condutas e da prerrogativa de foro do prefeito.

**50** - De acordo com a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Síndico de condomínio não está obrigado a oportunizar o direito de defesa a morador para o qual aplicará multa por comportamento antissocial.
- b) As relações especiais de sujeição a que estão vinculados os militares justificam a restrição da possibilidade de crítica pública veiculada por associação de praças do exército.
- c) A exclusão de sócio de associação privada sem fins lucrativos independe do contraditório e da ampla defesa, desde que haja previsão estatutária.
- d) O efeito horizontal indireto obriga o Poder Judiciário a observar a normatividade dos direitos fundamentais ao decidir conflitos interindividuais.
- e) A eficácia horizontal imediata impõe a igualdade de tratamento dos direitos fundamentais entre particulares, tal como ocorre nas relações entre indivíduos e o Estado.

**51** - Com relação à disciplina constitucional acerca do pacto federativo e da repartição de competências entre as entidades federadas, assinale a opção correta, com base na jurisprudência do STF.

- a) A previsão, em lei estadual, de proibição de revista íntima em empregados de estabelecimentos comerciais é constitucional.
- b) A inscrição de estado-membro em cadastro de inadimplência da União em sede de convênio não implica conflito federativo.

c) Lei estadual que reproduza o conteúdo de lei federal sobre licitações e contratos não ofenderá a competência privativa da União de legislar sobre o assunto.

d) Lei estadual que obrigue prestadoras do serviço de Internet móvel a apresentar a velocidade média da conexão na fatura mensal é constitucional.

e) Lei federal que fixe piso remuneratório nacional para professores da educação básica é inconstitucional, por ser competência comum proporcionar meios de acesso à educação.

**52** - De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a perda do cargo de servidor público que cometer alguma irregularidade no exercício de sua função poderá ocorrer

a) mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa, desde que ele não tenha estabilidade.

b) em procedimento de avaliação periódica de desempenho, desde que ele não tenha estabilidade.

c) em procedimento de avaliação periódica de desempenho, ainda que ele tenha estabilidade.

d) se houver sentença judicial passível de recurso, desde que ele não tenha estabilidade.

e) se houver sentença judicial passível de recurso, ainda que ele tenha estabilidade.

**53** - Com relação à organização político-administrativa do Estado Federal, é correto afirmar que

a) os territórios brasileiros são excluídos da composição da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

b) os recursos minerais do subsolo são de propriedade do município em que forem encontrados.

c) os estados podem incorporar-se entre si ou desmembrar-se para formarem novos territórios estaduais.

d) a organização e a prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e local são de competência dos estados.

e) as cavidades naturais subterrâneas são patrimônio do estado onde se localizarem.

**54** - A respeito do Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

**I** O Congresso Nacional é responsável pela escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.

**II** A fiscalização externa contábil e financeira da União é feita pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que analisará as contas do presidente da República.

**III** Os ministros dos tribunais de contas terão as mesmas prerrogativas e os mesmos vencimentos que os dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

**IV** Os três poderes da União mantêm sistema de controle interno, e os responsáveis por tal controle devem dar ciência de qualquer ilegalidade ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**55** - O princípio fundamental da Constituição que consiste em fundamento da República Federativa do Brasil, de eficácia plena, e que não alcança seus entes internos é

- a) o pluralismo político.
- b) a soberania.
- c) o conjunto dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) a prevalência dos direitos humanos.
- e) a dignidade da pessoa humana.

**56** - No regime geral de precatórios, têm preferência sobre os demais débitos

- a) as indenizações por invalidez.
- b) as requisições de pequeno valor.
- c) os débitos referentes à indenização patrimonial.
- d) as indenizações por desapropriação.

e) os débitos falimentares.

**57** - Acerca dos direitos individuais e coletivos, julgue os itens a seguir.

**I** O exercício do direito de reunião em locais abertos ao público depende de prévia autorização da autoridade competente.

**II** As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial com trânsito em julgado.

**III** As entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**58** - Após emenda constitucional, a Constituição de determinado estado da Federação passou a definir os crimes de responsabilidade do governador e as respectivas normas de processo e julgamento. A referida emenda é

- a) constitucional, devido à autonomia do estado Federado.
- b) inconstitucional, por vício de competência.
- c) inconstitucional, pois a matéria é reservada ao poder constituinte originário.
- d) inconstitucional quanto à definição de crimes de responsabilidade do governador, mas constitucional quanto à definição das normas de processo e julgamento.
- e) constitucional quanto à definição de crimes de responsabilidade do governador, mas inconstitucional quanto à definição das normas de processo e julgamento.

**59** - O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo e pelo tribunal de contas compreende

- a) a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa.
- b) a economicidade, a fim de verificar a boa utilização dos recursos públicos sem envolver questões de mérito.

c) os sistemas de controle externo, o qual compete ao Poder Legislativo com o auxílio da Controladoria Geral da União.

d) a legitimidade das despesas independentemente da ordem de prioridade estabelecida no plano plurianual.

e) a avaliação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

**60** - À luz das disposições constitucionais e doutrinárias a respeito de cargos e funções públicas, julgue os itens a seguir.

**I** Os cargos e as funções públicas são acessíveis a brasileiros e estrangeiros, na forma da lei.

**II** Função é o conjunto de atribuições exercidas pelo servidor, sem que lhe corresponda um cargo ou emprego público.

**III** Assim como ocorre com o cargo, o exercício da função exige a prévia realização de concurso público.

**IV** Os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargo efetivo.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) III e IV.

d) I, II e IV.

e) II, III e IV.

**61** - Conforme disposição expressa da Constituição Federal de 1988 (CF), os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de ilegalidades, devem comunicar ao

a) Conselho Nacional de Justiça, sob pena de responsabilização administrativa pela omissão funcional.

b) Conselho Nacional de Justiça, sob pena de responsabilidade subsidiária pelas ilegalidades.

c) Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária pelas ilegalidades.

d) Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária pelas ilegalidades.

e) Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilização administrativa pela omissão funcional, mas sem responsabilização vinculada à do infrator pelas ilegalidades.

**62** - No que se refere ao exercício da competência privativa do presidente da República para dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, assinale a opção correta.

a) O presidente, como chefe de Estado, pode dispor sobre tal matéria mediante medida provisória nos casos de relevância e urgência.

b) O presidente, como chefe de governo, pode dispor sobre tal matéria mediante medida provisória se não houver aumento de despesa.

c) O presidente, como chefe de Estado, pode dispor sobre tal matéria mediante decreto regulamentar de lei prévia, desde que não extrapole os limites da lei e não haja aumento de despesa.

d) O presidente, como chefe de governo, pode dispor sobre tal matéria mediante decreto autônomo, desde que não haja aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

e) O presidente, como chefe de governo, pode dispor sobre tal matéria mediante decreto autônomo em caso de urgência, mesmo que a proposta implique aumento de despesa.

**63** - As comissões parlamentares de inquérito

a) podem promover diretamente a responsabilidade civil dos infratores, mas não a criminal.

b) têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, vedada a previsão de outros poderes nos regimentos das casas parlamentares.

c) devem remeter suas conclusões ao Ministério Público se for necessário responsabilizar penal ou civilmente os infratores.

d) podem ser instituídas pelo Senado Federal ou pela Câmara dos Deputados, mas não pelas duas casas conjuntamente.

e) têm poderes para decretar a quebra de sigilo fiscal, mas não bancário.

**64** - Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 a respeito da competência legislativa em matéria de finanças públicas, assinale a opção em que a espécie normativa é adequada à finalidade proposta.

- a) definir valor adicionado objetivando cálculo do repasse de ICMS dos estados aos municípios: lei ordinária
- b) estabelecer normas sobre a entrega de recursos do imposto sobre a renda da União ao fundo de participação dos municípios: lei ordinária
- c) dispor sobre finanças públicas: medida provisória
- d) fixar o orçamento anual: lei delegada
- e) abrir crédito extraordinário: medida provisória

**65** - A Carta Magna, em seu art. 74, determina que o sistema de controle interno deve ser mantido pelos três poderes de forma integrada, tendo como um dos seus principais alvos

- a) promover a padronização e a consolidação das contas nacionais.
- b) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias bem como dos direitos e haveres da União.
- c) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- d) elaborar e executar a programação financeira da União.
- e) aplicar, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei.

**66** - O cidadão que entender que seu direito líquido e certo foi violado por ato de agente do tribunal de contas que atuava no exercício de suas funções poderá se valer do remédio constitucional denominado

- a) mandado de injunção.
- b) ação popular.
- c) mandado de segurança.

d) ação civil pública.

e) ação rescisória.

**67** - A direção superior da administração federal é competência

a) comum do presidente da República, com o auxílio do Congresso Nacional.

b) privativa do presidente da República, com o auxílio dos ministros de Estado e do Tribunal de Contas da União.

c) comum do presidente da República, com o auxílio direto do Tribunal de Contas da União.

d) privativa do presidente da República, com o auxílio do Congresso Nacional.

e) privativa do presidente da República, com o auxílio dos ministros de Estado.

**68** - Acerca dos pagamentos devidos pelas fazendas públicas em razão de sentenças com trânsito em julgado, é correto afirmar que

a) esses pagamentos serão feitos em ordem cronológica de apresentação dos precatórios com a designação dos respectivos casos ou das pessoas nas dotações orçamentárias.

b) as obrigações das fazendas públicas definidas por lei como de pequeno valor dispensam a expedição de precatório.

c) faz-se necessária, para transferência do crédito de precatórios a terceiro, a anuência expressa do devedor.

d) o comprometimento das receitas líquidas com o pagamento de precatórios será auferido semestralmente na base anual da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

e) as entidades de direito público ficam dispensadas de incluir em seus orçamentos a verba necessária ao pagamento dos precatórios judiciais desde que estes sejam apresentados até 1.º de julho.

**69** - No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que

a) a defesa dos denominados interesses sociais e individuais indisponíveis cabe à advocacia pública.

b) o Ministério Público dos estados é integrante do Ministério Público da União.

c) a Advocacia-Geral da União é a instituição responsável pela representação judicial da União, não possuindo competência para representá-la extrajudicialmente.

d) os procuradores dos estados são servidores públicos concursados incumbidos da função de representação judicial e consultoria jurídica às respectivas unidades federadas.

e) a Defensoria Pública, por estar vinculada à procuradoria estadual, encontra-se sujeita às mesmas regras funcionais e administrativas estabelecidas pelo procurador-geral.

**70** - Com base nas disposições constitucionais a respeito da administração pública, assinale a opção correta.

a) As funções de confiança devem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo e limitam-se a atribuições de direção, chefia, apoio e assessoramento.

b) Governadores de estado e desembargadores do tribunal de justiça local não podem receber vencimentos superiores aos de deputado estadual.

c) O Poder Judiciário pode determinar a equiparação salarial de servidores públicos com o aumento de salários para garantir a aplicação do princípio da isonomia.

d) Os direitos políticos do agente público que usa de seu cargo ou função para auferir enriquecimento ilícito poderão ser suspensos e seus bens poderão ser decretados indisponíveis.

e) Servidor público efetivo eleito vereador será, necessariamente, afastado de seu cargo.

**71** - Conforme a CF e a jurisprudência das cortes superiores, o *habeas data* pode ser impetrado

a) para obter certidão de tempo de serviço junto ao INSS em bancos de dados privados cujas informações não sejam restritas ao depositário.

b) somente pela pessoa em cujo nome constar o registro, salvo se for morto, quando, então, o herdeiro legítimo ou cônjuge supérstite poderão impetrá-lo.

c) mesmo que não tenha havido prévia negativa ou inércia no fornecimento da certidão.

d) por sindicato, em nome próprio, em substituição processual, para obter dados de seus associados.

e) para se pleitear o direito ao esquecimento, mediante apagamento de registros em bancos de dados.

**72** - No que se refere à evolução histórica do princípio da separação dos poderes, julgue os itens a seguir.

**I** As primeiras bases teóricas para a tripartição dos poderes foram lançadas na obra **Política**, de Aristóteles, na qual se vislumbrava a existência de três funções estatais, exercidas, entretanto, por um único órgão de poder soberano: a edição de normas gerais, a sua aplicação ao caso concreto e o julgamento.

**II** Na obra **O espírito das leis**, Montesquieu aprimorou o pensamento aristotélico, ao propor que as funções estatais se relacionassem com três órgãos distintos, autônomos e independentes entre si, e não mais se concentrassem em um único órgão soberano.

**III** A teoria da tripartição dos poderes está presente como dogma constitucional na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

**IV** John Locke destacou-se como opositor da teoria da tripartição dos poderes e defensor da soberania estatal e fundador do empirismo.

Estão certos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

**73** - Considere as duas afirmações a seguir.

**I** Em um processo judicial, o Estado deve assegurar a observância do contraditório e da ampla defesa.

**II** Nas relações entre a imprensa e os particulares, a imprensa deve observar o direito à honra, sob pena de consequências como direito de resposta e indenização por dano material ou moral.

As afirmações I e II contemplam situações que exemplificam a

- a) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
- b) eficácia externa dos direitos fundamentais.
- c) eficácia diagonal dos direitos individuais.
- d) eficácia vertical e a eficácia horizontal dos direitos individuais, respectivamente.
- e) eficácia externa e a eficácia vertical dos direitos individuais, respectivamente.

**74** - Os direitos destinados a assegurar a soberania popular mediante a possibilidade de interferência direta ou indireta nas decisões políticas do Estado são direitos

- a) políticos de primeira dimensão.
- b) políticos de terceira dimensão.
- c) políticos de segunda geração.
- d) sociais de segunda geração.
- e) sociais de primeira dimensão.

**75** - A súmula vinculante, aprovada pelo STF e publicada na imprensa oficial, produz efeito vinculante em relação

- a) aos órgãos do Poder Legislativo em todas as esferas federativas.
- b) a todos os órgãos do Poder Judiciário, incluindo-se o próprio STF.
- c) aos órgãos do Poder Judiciário somente.
- d) aos órgãos da administração pública direta e indireta em todas as esferas federativas.
- e) aos órgãos do Poder Judiciário e aos órgãos da administração pública direta somente.

**76** - Se determinado indivíduo impetrar mandado de segurança sobre matéria trabalhista contra ato de governador de estado, tal mandado deverá ser processado e julgado pelo

- a) tribunal de justiça local.
- b) TRT local.
- c) TRF local.
- d) STJ.
- e) STF.

**77** - Maria, ocupante do cargo de assistente social do estado do Rio Grande do Sul, prestou concurso público para o emprego de enfermeira em uma sociedade de economia mista federal. Há compatibilidade de horários no exercício cumulativo das duas funções.

Conforme o entendimento do STF, nessa situação Maria

a) não pode acumular as duas funções, pois a Constituição Federal de 1988 (CF) apenas permite a acumulação remunerada de cargo público quando um deles é de nível médio.

b) não pode acumular as duas funções, pois o cargo de assistente social não é considerado cargo da área da saúde.

c) pode acumular as duas funções, pois a situação está abarcada nas hipóteses excepcionais de acumulação remunerada de cargos e empregos públicos.

d) pode acumular as duas funções, pois a proibição constitucional de acumulação apenas abarca cargos e empregos no âmbito de um mesmo ente federativo.

e) pode acumular as duas funções, uma vez que a Constituição Federal de 1988 (CF) permite a acumulação remunerada de um cargo de profissional de saúde com outro técnico ou científico.

**78** - Emenda à Constituição de determinado estado da Federação que extinga os tribunais de contas dos municípios desse ente federado será

a) inconstitucional, porque a CF proíbe expressamente tanto a criação quanto a supressão desses órgãos, se existentes.

b) inconstitucional, porque a extinção por norma estadual atenta contra o pacto federativo.

c) constitucional, porque a CF não proíbe a extinção de tribunais de contas dos municípios.

d) constitucional, uma vez que não haverá prejuízo ao controle externo, pois o Tribunal de Contas da União assumirá suas funções.

e) inconstitucional, porque, em decorrência do princípio do controle fiscalizatório, financeiro e patrimonial, é proibida a extinção de tribunais de contas dos municípios.

**79** - Assinale a opção que apresenta o entendimento firmado em jurisprudência do STF a respeito do julgamento de governador por crimes comuns e da competência legislativa.

a) É permitido à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao STF dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.

b) É vedado à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao tribunal de justiça local dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.

c) É vedado à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.

d) É permitido às unidades federativas instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao tribunal de justiça local dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.

e) É permitido à unidade federativa instituir norma constitucional que condicione a instauração de ação penal contra o governador por crime comum à prévia autorização da casa legislativa, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça dispor sobre a aplicação de medidas cautelares penais.

**80** - A respeito das funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

**I** O Ministério Público estadual possui legitimidade ativa autônoma para ajuizar reclamação no Supremo Tribunal Federal (STF), desde que haja ratificação da inicial pelo procurador-geral da República.

**II** A Defensoria Pública possui legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública e defender interesses transindividuais — coletivos *stricto sensu* e difusos — e interesses individuais homogêneos.

**III** Os procuradores dos estados, que possuem remuneração estabelecida exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, exercem funções de consultoria jurídica e representação judicial dos respectivos entes federados.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos

**81** - A ação constitucional que tem o cidadão como legitimado ativo e que objetiva defender interesse difuso para anular ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural denomina-se

- a) mandado de segurança.
- b) *habeas data*.
- c) *habeas corpus*.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

**82** - De acordo com o rol de direitos e deveres individuais e coletivos elencados no art. 5.º da Constituição Federal de 1988 (CF),

a) em nenhuma circunstância haverá penas cruéis ou de morte, de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento.

b) a definição do estabelecimento prisional onde será cumprida a pena independe do delito, da idade e do sexo do apenado.

c) será protegida a livre manifestação do pensamento, inclusa a anônima.

d) será ampla a liberdade de associação, independentemente de autorização dos poderes públicos.

e) homens e mulheres são absolutamente iguais em direitos e obrigações.

**83** - Entre os direitos sociais previstos pela Constituição Federal de 1988 (CF) inclui-se o direito à

a) amamentação aos filhos de presidiárias.

b) moradia.

c) propriedade.

d) gratuidade do registro civil de nascimento.

e) assistência jurídica e integral gratuita.

**84** - Acerca dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

**I** O poder que emana do povo será exercido somente por meio de seus representantes eleitos.

**II** O Brasil rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da intervenção e da negativa de asilo político.

**III** São objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais.

**IV** A República Federativa do Brasil visa à formação de uma comunidade latino-americana de nações por meio da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, II e IV.

**85** - Acerca da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens a seguir.

**I** O desmembramento de um município será determinado por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, inexistindo a necessidade de divulgação prévia de estudos de viabilidade municipal na imprensa oficial.

**II** Os estados podem incorporar-se entre si, mediante a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

**III** É permitida somente à União a criação de distinções entre brasileiros.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**86** - O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de

- a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- b) editar medidas provisórias.
- c) conferir condecorações e distinções honoríficas.
- d) prover cargos públicos federais, na forma da lei.
- e) vetar projetos de lei.

**87** - Observada a ordem de nomeação, o ingresso na carreira do Ministério Público se dará mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo,

- a) cinco anos de atividade jurídica.
- b) um ano de atividade jurídica.
- c) dois anos de atividade jurídica.
- d) três anos de atividade jurídica.
- e) quatro anos de atividade jurídica.

**88** - João e Maria são integrantes de uma quadrilha que, mediante o recebimento de propina e com a participação de agentes penitenciários, confeccionava falsos alvarás judiciais de soltura. Após a instauração de inquérito policial, foi determinada a prisão temporária de ambos. Na ocasião, apesar da proibição de uso arbitrário de algemas, editada por súmula vinculante do STF, a autoridade policial, ao cumprir os mandados de prisão temporária, fez uso de algemas, sem qualquer justificativa, portanto de maneira abusiva e arbitrária.

Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições constitucionais acerca das súmulas vinculantes, o ato da autoridade policial poderá ser questionado junto ao Supremo Tribunal Federal mediante a proposição de

- a) reclamação.
- b) recurso extraordinário.
- c) ação direta de inconstitucionalidade.
- d) *habeas corpus*.
- e) mandado de segurança.

**89** - O *habeas corpus* é o instrumento jurídico correto para

- a) impugnar ato monocrático de ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) trancar ação de *impeachment*.
- c) discutir a legalidade de medida protetiva de vítima de violência doméstica.
- d) discutir o direito de ir e vir, desde que o *habeas corpus* seja patrocinado por advogado constituído.
- e) discutir o direito de visita a presidiários.

**90** - De acordo com o entendimento do STF, a polícia judiciária não pode, por afrontar direitos assegurados pela CF, invadir domicílio alheio com o objetivo de apreender, durante o período diurno e sem ordem judicial, quaisquer objetos que possam interessar ao poder público. Essa determinação consagra o princípio do(a)

- a) legalidade.
- b) reserva da jurisdição.
- c) ampla defesa.
- d) contraditório.
- e) direito ao sigilo.

**91** - De acordo com a CF, é função de chefe de governo, exercida pelo presidente da República,

- a) permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- b) controlar a legalidade dos atos normativos e administrativos.
- c) fixar limites globais para o montante da dívida mobiliária dos estados.
- d) requisitar e designar membros do MP, delegando-lhes atribuições.
- e) dispor sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União.

**92** - A instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, à qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis é o(a)

- a) advocacia pública.
- b) Conselho Nacional de Justiça.
- c) polícia judiciária.
- d) Defensoria Pública.
- e) Ministério Público.

**93** - De acordo com a CF, as funções de confiança

- a) devem ser preenchidas exclusivamente por servidores estáveis e ocupantes de cargo efetivo.
- b) destinam-se a atribuições de coordenação que demandem relação de confiança pessoal.
- c) devem ser preenchidas por servidores de carreira nos percentuais mínimos previstos em lei.
- d) podem ser preenchidas indistintamente por servidores ou não servidores, e seus ocupantes são demissíveis *ad nutum*.
- e) destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**94** - O *habeas corpus* pode ser impetrado por

- a) condenado a pena de multa, caso ele considere exorbitante o valor desta.
- b) militar, contra punição disciplinar imposta sem motivação.
- c) pessoa física, para impugnar determinação de suspensão de direitos políticos.
- d) estrangeiro, mas sempre em português.
- e) pessoa jurídica, em seu favor, quando ela for acusada de crime ambiental.

**95** - As medidas de discriminação reversa que, com o objetivo de proteger grupos historicamente discriminados ou vulneráveis, promovem políticas compensatórias focais são denominadas

- a) liberdade de consciência.
- b) ações afirmativas.
- c) movimentos raciais.
- d) segregação positiva.
- e) igualdades materiais.

**96** - A Constituição Federal de 1988 elenca como atribuição do presidente da República

- a) dispor, por decreto, sobre o funcionamento da administração pública federal, ainda que isso implique aumento de despesa.
- b) conceder indulto e comutação de penas.
- c) autorizar empréstimos contraídos pela União no exterior.
- d) celebrar e referendar acordos internacionais, na condição de chefe de Estado.

e) celebrar a paz, com referendo do Senado Federal.

**97** - A Defensoria Pública de determinado estado da Federação encaminhou ao Poder Executivo local proposta de orçamento anual da instituição. Consolidada com cortes de despesas de pessoal e de custeio, a proposta foi inserida no corpo do projeto de lei orçamentária anual do estado, que foi enviado à Assembleia Legislativa para apreciação.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

a) A proposta orçamentária da Defensoria Pública é meramente sugestiva; compete ao Executivo a sua consolidação, adequação e envio ao Poder Legislativo.

b) Os limites da autonomia da Defensoria Pública permitem que o governador decida, unilateralmente, por cortes nas despesas de pessoal previstas na proposta de orçamento anual recebida.

c) O governador poderia propor cortes, unilateralmente, apenas em relação às despesas de custeio.

d) O governador poderia efetuar o corte das despesas indicadas na proposta de orçamento e não previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

e) Na apreciação da proposta de orçamento da Defensoria Pública, a Assembleia Legislativa poderá aprová-la ou rejeitá-la integralmente, não lhe cabendo fazê-lo apenas parcialmente.

**98** - No âmbito do Poder Legislativo Federal, as comissões parlamentares de inquérito

a) podem investigar fatos referentes a questões de interesse de um estado-membro, ou seja, sem relevância nacional.

b) podem determinar medida de arresto e sequestro de bens de investigados.

c) têm poderes para determinar medida de busca e apreensão domiciliar e interceptação telefônica.

d) podem determinar que um investigado não se ausente do país.

e) têm poderes para quebrar sigilo de dados telefônicos.

**99** - Com base no tratamento constitucional conferido à Defensoria Pública e no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens a seguir, relativos à autonomia administrativa e financeira do órgão.

**I** É atribuição concorrente do defensor público-geral e do chefe do respectivo Poder Executivo a iniciativa de lei que trate de alteração no número de membros da Defensoria Pública, da criação e da extinção de cargos e da fixação de subsídio dos defensores públicos.

**II** Lei estadual que vincule a Defensoria Pública à respectiva administração pública direta ou que atribua ao governador de estado competência para a nomeação de ocupantes dos diferentes cargos de sua estrutura administrativa viola a autonomia administrativa do órgão.

**III** Além da elaboração de proposta para a lei orçamentária anual, a iniciativa de proposta orçamentária da Defensoria Pública alcança a necessária participação do órgão na elaboração da lei de diretrizes orçamentárias.

**IV** É privativa do presidente da República a iniciativa de projeto de emenda constitucional que trate de matéria relacionada à autonomia administrativa e financeira das defensorias públicas.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

**100** - A respeito dos mecanismos de proteção aos direitos humanos previstos na Constituição Federal de 1988 e dos remédios constitucionais, assinale a opção correta.

a) A ação popular é remédio constitucional para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

b) O mandado de segurança coletivo caracteriza-se por ter dois ou mais impetrantes, que sejam pessoas físicas ou jurídicas, no polo ativo.

c) O *habeas data* visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa e ao patrimônio histórico e cultural.

d) Mandado de injunção é o instrumento constitucional a ser utilizado na hipótese de a ausência de norma inviabilizar o exercício de direito ou de liberdade constitucional referente à cidadania ou à soberania.

e) A finalidade do *habeas corpus* é proteger direito líquido e certo quando o responsável pela ilegalidade ou pelo abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

## DIREITO CIVIL

**01-** É causa que interrompe a prescrição

- a) manter sociedade conjugal com a vítima do dano.
- b) ser descendente do autor do dano.
- c) realizar ato extrajudicial inequívoco que importe no reconhecimento do direito pelo devedor.
- d) ausentar-se do país enquanto em serviço público da União.
- e) ajuizar ação para apurar o fato no juízo criminal.

**02-** A união de pessoas que, com registro em órgão competente, tenham se organizado para fins não econômicos, ainda que inexistam entre si direitos e obrigações recíprocos, configura

- a) sociedade de fato.
- b) grupo despersonalizado.
- c) sociedade comum.
- d) sociedade simples.
- e) associação.

**03-** O erro que se refere a qualidades secundárias do objeto do negócio jurídico e que não acarreta efetivo prejuízo é denominado

- a) obstativo.
- b) inescusável.
- c) substancial.
- d) acidental.
- e) impróprio.

**04-** Em um contrato, as partes pactuaram livremente o prazo de trinta dias para o exercício de eventual direito de arrependimento.

Esse prazo possui natureza

- a) prescricional e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- b) prescricional e somente pode ser suscitado pelas partes.
- c) decadencial e pode ser reconhecido de ofício pelo juiz.
- d) decadencial e somente pode ser suscitado pelas partes.
- e) diversa da prescricional ou decadencial.

**05-** Maria decidiu alugar um imóvel de sua propriedade para Ana, que, no momento da assinatura do contrato, tinha dezessete anos de idade.

Nessa situação hipotética, o contrato celebrado pelas partes é

- a) nulo, uma vez que foi firmado por pessoa absolutamente incapaz, condição que pode servir de argumento para Ana extinguir o contrato.
- b) anulável, portanto passível de convalidação, ressalvado direito de terceiros.
- c) válido, desde que tenha sido formalizado por escritura pública, visto que tem por objeto um imóvel.
- d) nulo, porque Ana deveria ter sido representada por um de seus genitores.
- e) válido, ainda que Ana não possua capacidade de direito para celebrar o contrato de aluguel.

**06-** Elemento accidental do negócio jurídico, a condição possui, entre outras, as seguintes características:

- a) impositividade e certeza.
- b) acessoriedade e voluntariedade.
- c) legalidade e futuridade.
- d) involuntariedade e incerteza.
- e) legalidade e brevidade.

**07-** Quando alguém obtém lucro exagerado, desproporcional, aproveitando-se da situação de necessidade real e notória do outro contratante, configura-se o vício do negócio jurídico denominado

- a) abuso de direito.
- b) lesão.
- c) dolo de aproveitamento.
- d) coação.
- e) estado de perigo.

**08-** O início da personalidade civil das pessoas físicas e das pessoas jurídicas de direito privado ocorre, respectivamente, com

- a) o nascimento com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.
- b) o registro civil do nascido com vida e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

c) a concepção do nascituro e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

d) o registro civil do nascido com vida e com a autorização ou aprovação do Poder Executivo.

e) a concepção do nascituro e com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, quando necessária.

**09-** Determinado indivíduo tinha direito de usufruto de uma casa. Tal direito era transmissível a seus sucessores que com ele habitassem à época de sua morte. Além disso, ele era proprietário de um pequeno barco. Quando de seu falecimento, foi aberta a sucessão.

De acordo com o Código Civil, os referidos bens — direito real de usufruto; direito real sobre o barco; direito à sucessão aberta — são classificados, respectivamente, como bens

- a) imóvel, móvel e imóvel.
- b) móvel, imóvel e móvel.
- c) imóvel, imóvel e imóvel.
- d) móvel, móvel e móvel.
- e) imóvel, móvel e móvel.

**10-** Em geral, todas as condições do negócio jurídico que não sejam contrárias à lei, à ordem pública e aos bons costumes são lícitas. Entretanto, condição física ou juridicamente impossível imposta por uma das partes do negócio à outra uma

- a) invalidará o negócio jurídico, se for resolutiva.
- b) invalidará o negócio jurídico, caso seja suspensiva.
- c) será considerada inexistente, seja ela suspensiva ou resolutiva.
- d) será considerada anulável, se for resolutiva.
- e) será considerada inexistente, caso seja suspensiva.

**11-** A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

a) O Código de Defesa do Consumidor (CDC) exige a comprovação de confusão patrimonial ou desvio de finalidade para a desconsideração da personalidade jurídica, não sendo suficiente que a pessoa jurídica seja obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.

b) O Código Civil de 2002 adotou a teoria menor: basta o mero prejuízo à parte para que a desconsideração da personalidade jurídica seja deferida.

c) A desconsideração inversa da pessoa jurídica não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.

d) Para aplicar a desconsideração da personalidade jurídica, faz-se necessária a prévia decretação de falência ou insolvência da pessoa jurídica.

e) Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não se pode presumir o abuso da personalidade jurídica diante da mera insolvência ou o encerramento de modo irregular das atividades da pessoa jurídica para justificar a sua desconsideração.

**12-** Nonato ficou desempregado e deixou de pagar as prestações do financiamento de sua única casa. Na iminência de ter a sua residência leiloadada e sem outro local para morar com a família, Nonato procurou Raimundo e a ele vendeu o seu veículo por R\$ 5.000; o valor de mercado do veículo era R\$ 25.000 e Raimundo sabia da desesperada situação financeira de Nonato. Três anos depois, Nonato procurou a Defensoria Pública com o intuito de reaver o seu veículo.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Operou-se a decadência para discutir a venda do veículo: o prazo decadencial para anular o negócio jurídico em virtude de vício de consentimento é de dois anos.

b) O negócio jurídico realizado por Nonato e Raimundo é anulável pelo vício de consentimento da lesão.

c) Trata-se de anulação de negócio jurídico por vício de consentimento, então, dessa forma, não é possível a revisão do contrato para que Raimundo pague pelo veículo o valor de mercado da época da realização do negócio.

d) O negócio jurídico é anulável pelo dolo, já que Raimundo se aproveitou da situação desesperadora de Nonato.

e) O caso é de anulação de negócio jurídico pelo estado de perigo: Nonato, sob premente perigo de perder seu único imóvel, assumiu obrigação excessivamente onerosa.

**13-** Bens que podem ser deslocados de posição sem perda de sua constituição física e não podem ser transformados em produtos finais para o mercado são classificados como bens

a) intangíveis.

b) móveis.

c) semoventes.

d) imóveis.

e) depreciados.

**14-** Jovem de dezesseis anos de idade que se case com indivíduo civilmente capaz e que se torne viúva antes de completar dezoito anos de idade

a) passará, automaticamente, ao estado de relativamente incapaz.

- b) regressará, desde que sentença judicial assim determine, ao estado de incapacidade.
- c) permanecerá, independentemente de sentença judicial, capaz para os atos da vida civil.
- d) permanecerá, desde que sentença judicial assim determine, capaz para os atos da vida civil.
- e) regressará, automaticamente, ao estado de absolutamente incapaz.

**15-** Se, após uma tempestade, uma árvore cair sobre um veículo e causar danos a alguém, esse evento será classificado como

- a) ato fato jurídico.
- b) ato unilateral.
- c) negócio jurídico.
- d) fato jurídico em sentido estrito.
- e) ato jurídico em sentido estrito.

**16-** Assinale a opção que apresenta exemplo de bem imóvel.

- a) tijolo de casa demolida
- b) hipoteca de um navio
- c) penhor de joia rara
- d) energia elétrica de uma fábrica de cimento
- e) maçã pendente de colheita

**17-** Beneficiário de nota promissória nula requereu em juízo que ela fosse aproveitada como confissão de dívida. Seu pedido foi aceito, ante a presença dos elementos objetivos e subjetivos.

Nesse caso, aplicou-se a

- a) teoria da máxima intenção nos negócios jurídicos.
- b) redução equivalente do negócio jurídico.
- c) conversão substancial do negócio jurídico.
- d) confirmação inversa do negócio jurídico.
- e) convalidação elementar subjetiva do negócio jurídico.

**18-** Pedro, recém-chegado a Rio Branco, adquiriu de Ana um apartamento na cidade e, posteriormente, descobriu que havia pagado, pelo imóvel, valor equivalente ao dobro da média constatada no mercado, uma vez que desconhecia a real situação imobiliária local e tinha pressa em adquirir um apartamento para abrigar sua família.

Nessa situação hipotética, o negócio poderá ser anulado, uma vez que apresenta o vício de consentimento denominado

- a) dolo.
- b) lesão.
- c) fraude contra credores.
- d) estado de perigo.
- e) coação.

**19-** Após o naufrágio de embarcação em alto mar, constatou-se a falta de um dos passageiros, que nunca foi encontrado.

Nessa situação, com relação ao desaparecido, será declarada a sua morte presumida

- a) mesmo sem o encerramento das buscas e averiguações.
- b) após a declaração de sua ausência.
- c) após um ano de seu desaparecimento.
- d) mesmo sem a decretação de ausência.

**20-** Com a finalidade de se eximir de pagar as verbas trabalhistas devidas, uma pessoa jurídica simulou a venda dos veículos registrados em seu nome.

Nessa situação hipotética, o negócio jurídico da venda é

- a) nulo.
- b) anulável no todo.
- c) válido.
- d) anulável em parte.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**01-** Gabriel e Mateus envolveram-se em uma colisão no trânsito com seus respectivos veículos. Como eles não chegaram a um acordo, Mateus decidiu ingressar com ação judicial contra Gabriel.

Conforme o Código de Processo Civil, o foro competente para processar e julgar a referida demanda é o do

- a) domicílio de Gabriel.
- b) domicílio de Gabriel ou do local do fato.
- c) domicílio de Gabriel ou de Mateus.
- d) domicílio de Mateus ou do local do fato.
- e) local de registro do veículo de Mateus.

**02-** O pedido de gratuidade da justiça pode ser feito

a) em contestação, apenas, e, se deferido em favor do réu, o eximirá do pagamento de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

b) em recurso, apenas, e, se deferido, afastará a responsabilidade da parte ré pelo pagamento de taxas e custas judiciais.

c) na inicial ou na contestação, porém, mesmo que deferido, não afastará das partes a responsabilidade pelos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

d) na inicial, apenas, porém, mesmo que deferido, não afastará do autor a responsabilidade pelas despesas processuais.

e) na inicial ou em recurso, apenas, e, se deferido, afastará a responsabilidade das partes pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

**03-** Felipe é casado com Ana há cinco anos e pretende ajuizar ação referente a direito real imobiliário.

Nessa situação hipotética, para a propositura da ação, o consentimento de Ana será

- a) dispensável, haja vista o tempo de união do casal.
- b) indispensável, caso eles sejam casados pelo regime de separação absoluta de bens.
- c) dispensável, caso eles sejam casados pelo regime de comunhão universal de bens.
- d) indispensável, caso eles sejam casados em regime matrimonial diverso do de separação absoluta de bens.
- e) dispensável, independentemente do regime matrimonial do casal.

**04-** Às advocacias públicas municipais é garantido que

- a) o prazo para recorrer de decisões inicie-se no dia útil seguinte ao da publicação do ato jurisdicional, que deve ocorrer no diário oficial.
- b) o prazo para recorrer será contado em dobro, e o para contestar, em quádruplo.
- c) o prazo para praticar ato processual será contado em dobro, mesmo em se tratando de prazos próprios que sejam expressamente determinados na legislação.
- d) o prazo para praticar ato processual será de dez dias, desde que inexistir previsão legal ou prazo determinado pelo juiz dispondo de outra forma.
- e) o prazo para recorrer será computado a partir da juntada do mandado de intimação da parte assistida pela advocacia pública aos autos.

**05-** A fixação de calendário para a prática de atos processuais

- a) vincula as partes, mas não o juiz.
- b) torna dispensável intimação para a audiência cuja data esteja designada no calendário.
- c) é uma convenção processual e, portanto, não pode ser firmada pela fazenda pública.
- d) deve assumir a forma determinada em lei para evitar falha que gere nulidade.
- e) é uma convenção processual que, se estipular confidencialidade, permitirá que o processo tramite em segredo de justiça.

**06-** No que concerne ao mandado de injunção, a ação de improbidade administrativa e a ação civil pública, julgue os seguintes itens.

**I** Ao tratar das chamadas condições da ação, o atual CPC expressamente se refere a três espécies distintas denominadas de legitimidade, interesse em agir e possibilidade jurídica do pedido.

**II** Pode ser utilizada a denominada ação declaratória para interpretação de tese ou questão de direito em abstrato, ou ainda para confirmar a ocorrência de qualquer fato ocorrido na vida do autor.

**III** Denomina-se de sucessor processual o terceiro que assume o lugar da parte que vier a falecer no curso de processo que tenha como objeto direito patrimonial transmissível.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**07-** De acordo com norma presente no art. 286, inciso II do Código de Processo Civil (CPC), que trata da prevenção do juízo, devem ser distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza “quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda”. Essa regra objetiva dar efetividade ao princípio

- a) do contraditório.
- b) da inércia
- c) da unidade.
- d) do juiz natural.
- e) da investidura.

**08-** A respeito da fazenda pública em juízo, julgue os itens a seguir.

**I** A participação da fazenda pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do MP como fiscal da ordem jurídica nos autos.

**II** Não se aplica a regra de contagem de prazos em dias úteis do novo diploma processual civil para a oposição dos embargos à execução fiscal.

**III** A suspensão dos prazos processuais no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro não se estende ao MP, à Defensoria Pública e à Advocacia Pública.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

**09-** O CPC prevê a possibilidade de convenção processual em processos que versem sobre direitos que admitam a autocomposição. Conforme o entendimento doutrinário, esse instituto

- a) não poderá ser firmado pela fazenda pública.
- b) não poderá ser celebrado em contrato de convivência.
- c) não poderá ser objeto de controle de ofício pelo juiz.
- d) poderá estipular a interposição de recurso *per saltum* às cortes superiores.

e) poderá estipular a cláusula “sem recurso” bilateralmente.

**10-** Regra geral prevista no Código de Processo Civil determina que os atos processuais sejam realizados em dias úteis, das seis às vinte horas. Com relação aos tempos dos atos processuais, assinale a opção correta, conforme a legislação pertinente.

a) A prática eletrônica de ato processual poderá ocorrer até as vinte e quatro horas do último dia do prazo.

b) Em se tratando de prática eletrônica de ato processual, o horário a ser considerado será aquele vigente no juízo que emitiu o ato.

c) Durante as férias forenses, atos processuais de tutela de evidência podem ser praticados.

d) Ato processual iniciado antes das vinte horas não poderá ser concluído após esse horário, independentemente de o adiamento causar grave dano aos envolvidos no processo.

e) Apenas com autorização judicial as citações poderão ser realizadas durante as férias forenses.

**11-** Em determinado processo, o réu não foi citado nem apresentou contestação. O magistrado, além de não declarar o processo nulo, julgou-o, no mérito, favoravelmente ao réu.

Nessa situação hipotética, a conduta do magistrado foi correta porque

a) ele aproveitou atos que não dependem da citação.

b) ele julgou favoravelmente o mérito da causa para a parte que seria beneficiada caso a nulidade fosse decretada.

c) o autor não requereu a nulidade do processo.

d) o autor foi o causador da nulidade.

e) a declaração de nulidade processual depende de requerimento da parte.

**12-** A respeito da gratuidade da justiça para brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, assinale a opção correta.

a) Alegada a insuficiência de recursos por pessoa jurídica ou natural, presume-se verdadeira a declaração para fins de concessão da gratuidade de justiça.

b) A gratuidade de justiça abrange o pagamento das multas processuais impostas contra o seu beneficiário, que pode ser pessoa natural ou jurídica, nesse último caso, se não tiver havido desconsideração da personalidade jurídica.

c) A gratuidade de justiça afasta a responsabilidade de pagamento dos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência do seu beneficiário.

- d) Como decorre de direito pessoal, a gratuidade de justiça se estende aos sucessores do beneficiário.
- e) A decisão a respeito das custas processuais de agravo de instrumento interposto contra o indeferimento da gratuidade de justiça deve ser tomada preliminarmente ao julgamento do mérito recursal.

**13-** Após ter sido citado em demanda que tramita pelo procedimento comum, Celso, além de se defender quanto ao mérito das alegações, deseja alegar incompetência relativa e incorreção quanto ao valor da causa, bem como apresentar reconvenção.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CPC, devem ser apresentadas

- a) a defesa de mérito, a incompetência relativa e a incorreção do valor da causa, na contestação; e a reconvenção, em peça distinta.
- b) a defesa de mérito, a alegação de incompetência relativa e a reconvenção, na peça de contestação; e a alegação de incorreção do valor da causa, em peça distinta.
- c) a defesa de mérito, a alegação de incompetência relativa, a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em uma única peça processual de contestação.
- d) a defesa de mérito, na contestação; a alegação de incompetência relativa, por meio de exceção; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.
- e) a defesa de mérito e a incompetência relativa, na contestação; a alegação de incorreção do valor da causa e a reconvenção, em peças distintas.

**14-** A procuração geral para o foro, outorgada pela parte a seu patrono no início da fase de conhecimento, habilita o advogado a

- a) assinar declaração de hipossuficiência econômica em nome da parte.
- b) atuar na fase de cumprimento de sentença, salvo disposição contrária na procuração.
- c) receber citação ou intimação.
- d) reconhecer a procedência do pedido.
- e) representar a parte que não possa comparecer à audiência de conciliação.

**15-** De acordo com as regras do Código de Processo Civil (CPC) que tratam da cooperação jurídica internacional, o denominado auxílio direto passivo

- a) depende, para que seja cumprido, da concessão de *exequatur*, exceto quando tiver por objeto ato de instrução processual.

b) deve ser, caso dependa de medida judicial, pleiteado em juízo pelo Ministério Público, independentemente de quem atue como autoridade central no caso.

c) deve ser encaminhado, pelo Estado estrangeiro interessado, diretamente a órgão do Poder Judiciário brasileiro.

d) pode ser utilizado para qualquer medida judicial ou extrajudicial, desde que não vedada pela lei brasileira e não sujeita a juízo de delibação no Brasil.

e) somente pode ser utilizado nos casos previstos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, dependendo a sua efetivação de homologação no STJ.

**16-** Julgue os itens seguintes, a respeito de demandas que envolvam instituição de ensino superior particular.

**I.** Caso a demanda verse sobre inadimplemento de mensalidade, a competência, em regra, é da justiça federal.

**II.** A competência para o processamento do feito que verse sobre credenciamento de entidade perante o MEC é da justiça federal.

**III.** Tratando-se de demanda sobre registro de diploma perante o MEC, a competência da justiça federal pode ser derogada para a justiça comum estadual em decorrência do foro de eleição constante no contrato de prestação de serviços educacionais.

**IV.** Em se tratando de demanda sobre cobrança de taxas escolares oriunda de um mandado de segurança, a competência será da justiça federal.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) II e IV

c) III e IV.

d) I, II e III.

e) I, III, IV.

**17-** Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), julgue os seguintes itens, no que concerne à tutela provisória, à competência e ao cumprimento de sentença.

**I.** Mesmo após o comparecimento espontâneo do réu em juízo, é indispensável sua intimação formal para que se inicie o prazo para a impugnação na fase de cumprimento de sentença.

**II.** A justiça federal possui competência para julgar demanda proposta por estudante acerca de credenciamento de instituição privada de ensino superior junto ao Ministério da Educação, com vistas à expedição de diploma de ensino a distância ao autor.

**III.** Em demanda previdenciária, os valores recebidos por força de tutela provisória de urgência antecipada posteriormente revogada serão irrepetíveis, em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item I está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas o item III está certo.
- e) Todos os itens estão certos.

**18-** Após ser demitido de um órgão federal, Afonso ajuizou ação contra a União, pelo procedimento comum, pedindo sua reintegração à administração pública, sob o argumento de que o ato de sua demissão havia sido nulo. Seu processo foi distribuído a uma vara federal comum. Posteriormente, Afonso ajuizou nova demanda, em sede de juizado especial federal, buscando a condenação da União no valor de vinte mil reais, a título de danos morais, em razão dos mesmos fatos que deram ensejo à sua demissão.

Nessa situação hipotética, os dois processos

- a) deverão ser reunidos na vara federal comum, para que se evitem decisões contraditórias, ainda que não haja conexão pela causa de pedir.
- b) poderão ser reunidos apenas se o juiz da vara federal entender que a reunião não comprometerá a razoável duração do primeiro processo.
- c) não deverão ser reunidos, e o processo distribuído ao juizado especial federal deverá ser extinto sem resolução do mérito.
- d) não poderão ser reunidos para julgamento conjunto, e, por esse motivo, não haverá modificação de competência.
- e) deverão ser reunidos, em razão da conexão pela causa de pedir, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

**19-** No que concerne ao processo de execução contra a fazenda pública, à tutela provisória, ao direito processual intertemporal e aos deveres das partes, assinale a opção correta.

- a) Os preceitos sobre direito probatório do atual CPC se aplicam às provas requeridas em data anterior a sua vigência nos casos em que a produção da prova não havia sido concluída no momento em que a Lei n.º 13.105/2015 entrou em vigor.
- b) Em caso de ação condenatória com pedido único de obrigação de fazer proposta em face da fazenda pública, se o ente público reconhecer a procedência do pedido e cumprir a obrigação, os honorários deverão ser reduzidos pela metade.

c) Cancelamento de precatório, sob qualquer fundamento, em razão de requerimento da administração pública, deverá ser examinado pelo presidente do tribunal responsável pela requisição de pagamento.

d) Caso seja concedida tutela antecipada requerida em caráter antecedente, em sede de ação rescisória, a decisão do magistrado se estabilizará se não for interposto recurso ou impugnação pela parte interessada.

e) Em caso de processo sobrestado no tribunal em razão de afetação de caso paradigma em regime repetitivo, é vedada a apreciação de novo requerimento de tutela provisória de natureza antecipada

**20-** Em uma petição inicial em processo de conhecimento, o autor requereu que sua ação fosse julgada totalmente procedente, para que fosse reconhecida a impenhorabilidade do seu salário. Requereu, ainda, a condenação do réu ao pagamento de honorários sucumbenciais, nos termos da lei.

Nessa situação hipotética, quanto aos pedidos formulados pelo autor da ação, assinale a opção correta.

- a) Os pedidos são próprios de uma ação de execução de sentença.
- b) Os pedidos são, respectivamente, declaratório e condenatório.
- c) O pedido imediato é uma obrigação de fazer.
- d) O pedido mediato não é um bem da vida.
- e) O pedido imediato é uma obrigação de não fazer.

## DIREITO PENAL

**01-** Em relação à aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- a) A lei penal não admite a extraterritorialidade.
- b) A falta de cominação legal não inviabiliza a aplicação de pena.
- c) A lei penal não retroage quando uma conduta deixa de ser considerada crime.
- d) A lei penal retroage quando uma conduta passa a ser considerada crime pelo ordenamento jurídico.
- e) A lei temporária continua aplicável a fato praticado em sua vigência, ainda que decorrido o seu período de duração.

**02-** Em relação a crime culposo, assinale a opção correta.

- a) O agente de conduta culposa assume o risco do resultado produzido por sua conduta.
- b) A conduta culposa é dirigida à prática de um fim ilícito.
- c) O agente com culpa consciente prevê, mas não aceita, a superveniência do resultado de sua conduta.
- d) O agente de crime culposo não tem previsibilidade objetiva do resultado de sua conduta.
- e) A conduta negligente admite, em regra, tentativa no crime culposos.

**03-** O erro sobre elemento do tipo

- a) caracteriza erro na execução.
- b) é uma excludente de ilicitude.
- c) isenta a pena, caso fosse inevitável.
- d) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- e) permite a diminuição de pena, nos parâmetros previstos em lei, caso o erro seja vencível.

**04-** O único tipo de crime que admite tentativa é o

- a) culposos.

- b) permanente.
- c) preterdoloso.
- d) unissubsistente.
- e) habitual.

**05-** A respeito do estado de necessidade, assinale a opção correta.

- a) O estado de necessidade recíproco não é aceito no direito brasileiro.
- b) O Código Penal brasileiro admite o estado de necessidade exculpante como causa excludente de ilicitude.
- c) Considera-se em estado de necessidade aquele que ofende bem jurídico de terceiros, ainda que haja outro modo de evitar a lesão.
- d) Havendo mais de um agente, o estado de necessidade de um se estende aos demais.
- e) No estado de necessidade justificante, o bem jurídico sacrificado é de maior valor que o bem jurídico preservado.

**06-** O único tipo de crime que se consuma com a ocorrência do resultado naturalístico é o crime

- a) material.
- b) de mera conduta.
- c) formal.
- d) omissivo próprio.
- e) habitual.

**07-** Considerando-se o conceito analítico de crime, exclui-se a conduta quando

- a) presente coação moral irresistível.
- b) presentes caso fortuito e força maior.
- c) presente doença mental do agente da conduta.
- d) presente coação física, seja resistível, seja irresistível.
- e) presente embriaguez preordenada.

**08-** É causa de exclusão da culpabilidade

- a) a embriaguez preordenada.
- b) o erro de tipo invencível.
- c) o agir sob violenta emoção.
- d) a embriaguez culposa.
- e) o erro de proibição escusável.

**09-** Um indivíduo agiu prevendo o resultado naturalístico adverso de sua ação, mas esperava que este não viesse a ocorrer.

Nesse caso, a conduta do indivíduo corresponde ao conceito jurídico de

- a) culpa consciente.
- b) dolo eventual.
- c) dolo de segundo grau.
- d) culpa presumida.
- e) dolo de perigo.

**10-** São causas excludentes de ilicitude

- a) a embriaguez e a menoridade.
- b) o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito.
- c) a prescrição e o estado de necessidade.
- d) o perdão judicial e a legítima defesa.
- e) o estado de necessidade e a anistia.

**11-** Um homem, maior de idade e capaz, foi preso em flagrante por ter subtraído duas garrafas de uísque de um supermercado. A observação da ação delituosa por meio do sistema de vídeo do estabelecimento permitiu aos seguranças a detenção do homem no estacionamento e a recuperação do produto furtado. O valor do produto subtraído equivalia a pouco mais de um terço do valor do salário mínimo vigente à época. Na fase investigatória, constatou-se que o agente do delito possuía condenação transitada em julgado por fato semelhante e que respondia por outras três ações penais em curso.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) O acusado poderá ser absolvido com base no princípio da insignificância, já que o valor dos objetos subtraídos era ínfimo e estes foram integralmente restituídos ao supermercado.
- b) Em razão da existência de sistema de monitoramento de vídeo no supermercado, trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio empregado.
- c) Não houve a consumação do furto, porque o homem foi preso em flagrante logo depois de evadir-se do supermercado.
- d) A reincidência do acusado não é motivo suficiente para afastar a aplicação do princípio da insignificância.
- e) Não cabe ao caso a compensação integral da atenuante de confissão espontânea e da agravante de reincidência específica.

**12-** A respeito dos princípios constitucionais penais e das escolas penais, assinale a opção correta.

- a) Legalidade ou reserva legal, anterioridade, retroatividade da lei penal benéfica, humanidade e *in dubio pro reo* são espécies de princípios constitucionais penais explícitos.
- b) O princípio da humanidade assegura o respeito à integridade física e moral do preso na medida em que motiva a vedação constitucional de pena de morte e de prisão perpétua.
- c) O princípio da responsabilidade pessoal impede que os familiares do condenado sofram os efeitos da condenação de ressarcimento de dano causado pela prática do crime.
- d) A posse de um único projétil de arma de fogo de uso permitido não configura crime se o agente não possuir arma que possa ser municada, de acordo com o princípio da ofensividade.
- e) A Escola Clássica adotava a teoria mista, que entende a pena não apenas como retribuição ao infrator pelo mal causado, mas também como medida com finalidade preventiva.

**13-** João e Maria foram casados por cinco anos e, após o divórcio, continuaram a residir no mesmo lote, porém em casas diferentes. Certo dia, João, depois de ingerir bebidas alcoólicas, abordou Maria em um ponto de ônibus e, movido por ciúmes, iniciou uma discussão e a ameaçou de morte. Maria, ao retornar para casa à noite depois do trabalho, encontrou o ex-marido ainda embriagado; ele novamente a ameaçou de morte, acusando-a de traição. Ela foi à delegacia e registrou boletim de ocorrência acerca do acontecido, o que ensejou início de procedimento criminal contra João.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) A embriaguez voluntária de João poderá ser considerada excludente de culpabilidade caso ele comprove que estava em estado de plena incapacidade nos momentos das ameaças.
- b) A conduta de João configura crime continuado, porque ele praticou dois crimes de ameaça, com idêntica motivação e propósito, em condições semelhantes de tempo, lugar e modo de agir.
- c) João não poderá ser submetido à prisão preventiva, dado que a pena máxima para o crime de ameaça é de seis meses de detenção.
- d) A ameaça é um crime formal, que não exige resultado naturalístico, por isso é incabível indenização a título de danos morais a Maria.
- e) Por ser a ameaça um crime de menor potencial ofensivo, João, se condenado, poderá ser beneficiado com a substituição da pena de detenção por pena restritiva de direitos.

**14-** Com a intenção de praticar um golpe, Luiz pagou diversos produtos comprados em determinada loja com um cheque clonado pré-datado. Antes da data do vencimento do cheque, Luiz, arrependido, retornou à loja e trocou o cheque por dinheiro em espécie, tendo quitado o débito integralmente.

A respeito da conduta de Luiz na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) Houve arrependimento eficaz.
- b) Houve desistência voluntária.
- c) Houve arrependimento posterior.
- d) A conduta foi atípica, devido ao fato de o cheque ter sido pré-datado.
- e) A conduta configurou tentativa.

**15-** Luiz cometeu um crime e, em sua defesa, alegou embriaguez. Após as investigações e perícias cabíveis, foi reconhecida a hipótese de exclusão da imputabilidade.

Nessa situação hipotética, a exclusão da imputabilidade deveu-se ao fato de se tratar de uma embriaguez

- a) accidental ou fortuita incompleta.
- b) preordenada.
- c) não accidental culposa.
- d) não accidental voluntária.
- e) accidental ou fortuita completa.

**16-** Admite a modalidade tentada o crime de

- a) instigação ao suicídio sem resultado lesivo.
- b) aborto.
- c) lesão corporal culposa.
- d) omissão de socorro.
- e) difamação cometida verbalmente.

**17-** Durante o cumprimento de um mandado de prisão a determinado indivíduo, este atirou em um investigador policial, o qual, revidando, atingiu fatalmente o agressor.

Nessa situação hipotética, a conduta do investigador configura

- a) legítima defesa própria.
- b) exercício regular de direito.
- c) estrito cumprimento do dever legal.
- d) homicídio doloso.

e) homicídio culposo.

**18-** O princípio da legalidade compreende

a) a capacidade mental de entendimento do caráter ilícito do fato no momento da ação ou da omissão, bem como de ciência desse entendimento.

b) o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável por um fato típico e ilícito, com o propósito de aferir a necessidade de imposição de pena.

c) a oposição entre o ordenamento jurídico vigente e um fato típico praticado por alguém capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.

d) a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.

e) a conformidade da conduta reprovável do agente ao modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

**19-** Para solucionar o conflito aparente de normas, são empregados os princípios da

a) especialidade e da subsidiariedade.

b) especialidade e da proporcionalidade.

c) proporcionalidade e da subsidiariedade.

d) subsidiariedade e da fragmentariedade.

e) fragmentariedade e da especialidade.

**20-** A prática de crime em decorrência de coação moral irresistível configura

a) inexigibilidade de conduta diversa.

b) excludente de antijuridicidade.

c) inimputabilidade penal.

d) circunstância atenuante de pena.

e) atipicidade da conduta.

**21-** Pune-se a tentativa no crime de

a) omissão de socorro.

b) injúria cometida verbalmente.

c) induzimento a suicídio sem resultado lesivo.

d) lesão corporal leve dolosa.

e) homicídio culposo.

**22-** Determinado policial, ao cumprir um mandado de prisão, teve de usar a força física para conter o acusado. Após a concretização do ato, o policial continuou a ser fisicamente agressivo, mesmo não havendo a necessidade.

Nessa situação hipotética, o policial

- a) excedeu o estrito cumprimento do dever legal.
- b) abusou do exercício regular de direito.
- c) prevaleceu-se de condição excludente de ilicitude.
- d) agiu sob o estado de necessidade.
- e) manifestou conduta típica de legítima defesa.

**23-** A aplicação do princípio da retroatividade benéfica da lei penal ocorre quando, ao tempo da conduta, o fato é

- a) típico e lei posterior suprime o tipo penal.
- b) típico e lei posterior provoca a migração do conteúdo criminoso para outro tipo penal.
- c) típico e lei posterior aumenta a pena correspondente ao crime.
- d) típico e lei posterior acrescenta hipótese de aumento de pena.
- e) atípico e lei posterior o torna típico.

**24-** A imputabilidade é definida como

- a) a capacidade mental, inerente ao ser humano, de, ao tempo da ação ou da omissão, entender o caráter ilícito do fato e de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) a contrariedade entre o fato típico praticado por alguém e o ordenamento jurídico, capaz de lesionar ou expor a perigo de lesão bens jurídicos penalmente protegidos.
- c) a reprovabilidade ou o juízo de censura que incide sobre a formação e a exteriorização da vontade do responsável pela conduta criminosa.
- d) a obediência às formas e aos procedimentos exigidos na criação da lei penal e, principalmente, na elaboração de seu conteúdo normativo.
- e) a necessidade de que a conduta reprovável se encaixe no modelo descrito na lei penal vigente no momento da ação ou da omissão.

**25-** O Código Penal estabelece como hipótese de qualificação do homicídio o cometimento do ato com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum. Esse dispositivo legal é exemplo de interpretação

- a) analógica.
- b) teleológica.

- c) restritiva.
- d) progressiva.
- e) autêntica.

**26-** Com relação a lugar do crime e territorialidade e extraterritorialidade da lei penal, conforme previstos no CP, assinale a opção correta.

- a) Nos crimes tentados, o lugar do crime será onde o agente pretendia que tivesse ocorrido a consumação do delito.
- b) Nos crimes conexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, devendo cada crime ser julgado pela legislação penal do país em que for cometido.
- c) No concurso de pessoas, o lugar do crime será somente aquele em que ocorrerem os atos de participação ou coautoria, independentemente do local do resultado.
- d) No crime continuado, somente será aplicada a lei nacional quando todos os fatos constitutivos tiverem sido praticados em território brasileiro, por se tratar de delito unitário.
- e) Nos crimes complexos, não se aplica a teoria da ubiquidade, mesmo que o delito-meio tenha sido cometido em território brasileiro.

**27-** Em relação à lei penal no tempo e à irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que à lei penal mais

- a) severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.
- b) benigna aplica-se o princípio da extra-atividade.
- c) severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.
- d) severa aplica-se o princípio da extra-atividade.
- e) benigna aplica-se o princípio da não ultra-atividade.

**28-** Acerca do direito penal e do poder punitivo, assinale a opção correta.

- a) O garantismo penal impede a intervenção punitiva do Estado, o qual deverá exercer função exclusivamente preventiva e garantidora das liberdades individuais.
- b) O direito penal do autor poderá servir de fundamento para a redução da pena quando existirem circunstâncias pessoais favoráveis ao acusado.
- c) O direito penal do ato tem como característica a ampliação da tipicidade do crime para atingir também os atos preparatórios e os de tentativa.
- d) No direito penal do inimigo, a sanção penal é aplicada com extremo rigor e objetiva punir o inimigo de modo exemplar por atos cometidos, sem, contudo, relativizar ou suprimir garantias processuais.

e) A criminalização secundária tem como características a igualdade e a abstração, uma vez que a lei penal é genérica e a todos dirigida.

**29-** No direito penal, a analogia

a) é uma forma de autointegração da norma penal para suprir as lacunas porventura existentes.

b) é uma fonte formal imediata do direito penal.

c) utiliza, na modalidade jurídica, preceitos legais existentes para solucionar hipóteses não previstas em lei.

d) corresponde a uma interpretação extensiva da norma penal.

e) é uma fonte formal mediata, tal como o costume e os princípios gerais do direito.

**30-** Com relação à punibilidade e às causas de sua extinção, julgue os itens a seguir.

**I** A morte do agente extingue todos os efeitos penais, exceto a cobrança da pena de multa e da pena alternativa pecuniária, que poderão ser cobradas dos herdeiros.

**II** O instrumento normativo para instrumentalizar o indulto e a anistia é o decreto presidencial; enquanto a graça é concedida por lei.

**III** De acordo com o Código Penal, o recebimento de indenização pelo dano resultante do crime caracteriza renúncia tácita ao direito de prestar queixa.

**IV** A retratação, prevista no Código Penal, é admitida nos casos de crimes contra a honra, mas apenas se tratar-se de calúnia e difamação, sendo inadmissível na injúria.

**V** Em se tratando de crimes contra honra, o Código Penal prevê a possibilidade de retratação exclusivamente pessoal, ou seja, ela não se comunica aos demais ofensores.

Estão certos apenas os itens

a) I e II.

b) I e III.

c) II e V.

d) III e IV.

e) IV e V.

**31-** Com relação à tentativa, à desistência voluntária e ao arrependimento, assinale a opção correta.

- a) No arrependimento eficaz, o agente interrompe a execução do crime; na desistência voluntária, o resultado é impedido após o agente ter praticado todos os atos.
- b) O arrependimento posterior pode ser aplicado aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça.
- c) Em se tratando de tentativa branca ou incruenta, a vítima não é atingida e não sofre ferimentos; se tratar-se de tentativa cruenta, a vítima é atingida e é lesionada.
- d) A diferença entre a tentativa e a tentativa abandonada é que, no primeiro caso, o agente diz "eu consigo, mas não quero" e, no segundo, o agente diz "eu quero, mas não consigo".
- e) A desistência voluntária e a tentativa abandonada são espécies de arrependimento eficaz.

**32-** Um açougueiro de uma rede de supermercados subtraiu duas peças de carne avaliadas em R\$ 78,93 e ocultou-as nas vestes, mas a sua ação que foi observada por outro empregado, que comunicou ao chefe da segurança, e este, por sua vez, acionou a polícia. O agente foi preso em flagrante e a *res furtiva* foi restituída. O agente, de cinquenta e cinco anos de idade, tinha registro de outra ocorrência de furto praticado havia mais de cinco anos, sem que o inquérito policial tivesse sido concluído.

Nessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

- a) A reincidência do agente afasta o furto privilegiado.
- b) Houve arrependimento eficaz com a restituição da *res furtiva*.
- c) O agente deverá ser absolvido em razão do princípio da insignificância.
- d) Trata-se de crime impossível por ineficácia absoluta do meio.
- e) A hipótese configura tentativa de furto simples.

**33-** Chegando ao local de onde partira pedido de socorro de uma mulher, os policiais encontraram o ex-marido tentando arrombar a porta da casa e ameaçando-a de morte caso ela não abrisse a porta. Revistado o agressor, os policiais encontraram com ele um revólver calibre 38, municiado, que portava sem autorização. Ele disse que a arma era de um amigo, que havia lhe emprestado pouco antes, sem mencionar a intenção exclusiva de matar a ex-mulher. Vizinhos viram os policiais prendendo o agressor que gritava, exaltado, palavras ofensivas e injuriosas aos policiais.

Com relação à conduta do agressor nessa situação hipotética, julgue os seguintes itens, de acordo com a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

**I** Configuraram-se os crimes de ameaça, tentativa de invasão de domicílio, porte de arma de fogo e desacato.

**II** Configuraram-se os crimes de ameaça, tentativa de homicídio, porte de arma de fogo e de desacato.

**III** Ao injuriar os policiais, o agente apenas manifestou a sua liberdade de expressão, assegurada pela convenção americana sobre direitos humanos, não se configurando o desacato.

**IV** Se fosse consumado o intuito de matar, o delito de porte de arma poderia ser absorvido pelo homicídio, de acordo com a teoria da consunção.

Estão certos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

**34-** Acerca da extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

a) Transitada em julgado a sentença condenatória, a prescrição corre também durante o tempo em que o condenado estiver preso por outro motivo, salvo se a pena estiver sendo cumprida no estrangeiro.

b) A extinção da punibilidade de crime que seja pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro crime não se estende a este e, tratando-se de crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

c) Para fins de prescrição, tratando-se de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente, sendo considerada para efeitos de reincidência a sentença que conceder o perdão judicial.

d) Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a prescrição regula-se pela pena aplicada e, se o crime for hediondo, os prazos aumentam em um terço, ainda que o condenado não seja reincidente.

e) Após o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação ou após o não provimento de seu recurso, a prescrição regula-se pela pena aplicada, podendo o termo inicial ser a data anterior à da denúncia ou à da queixa.

**35-** Jonas descobriu, na mesma semana, que era portador de doença venérea grave e que sua esposa, Priscila, planejava pedir o divórcio. Inconformado com a intenção da companheira, Jonas manteve relações sexuais com ela, com o objetivo de lhe transmitir a doença. Ao descobrir o propósito de Jonas, Priscila foi à delegacia e relatou o ocorrido. No curso da apuração preliminar, constatou-se que ela já estava contaminada da mesma moléstia desde antes da conduta de Jonas, fato que ela desconhecia.

Nessa situação hipotética, considerando-se as normas relativas a crimes contra a pessoa, a conduta perpetrada por Jonas constitui

- a) tentativa de perigo de contágio venéreo.
- b) crime impossível, em razão do contágio anterior.
- c) delito putativo de contágio por moléstia grave.
- d) perigo de contágio por moléstia grave consumado.
- e) tentativa de lesão corporal, devido ao perigo de contágio venéreo.

**36-** Assinale a opção que apresenta causa que acarreta a extinção da punibilidade, extensível aos coautores e partícipes.

- a) morte do agente
- b) perempção
- c) perdão judicial
- d) retração do querelado na calúnia
- e) prescrição ao agente menor de vinte e um anos

**37-** Com relação à ilicitude e às causas de exclusão, julgue os itens a seguir.

**I.** As causas de exclusão de antijuridicidade previstas no CP são taxativas.

**II.** As fontes das causas de justificação são a lei, a necessidade e a falta de interesse.

**III.** Os efeitos das causas excludentes de antijuridicidade se estendem à esfera extrapenal.

**IV.** O consentimento do ofendido é causa de exclusão de ilicitude expressa no CP.

Estão certos apenas os itens

- a) I e III.
- b) I e IV
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

**38-** Assinale a opção que apresenta princípios que devem ser observados pelas leis penais por expressa previsão constitucional.

- a) legalidade, irretroatividade, responsabilidade pessoal, economicidade, individualização da pena
- b) legalidade, irretroatividade, responsabilidade pessoal, presunção da inocência, eficiência da pena

- c) legalidade, irretroatividade, responsabilidade pessoal, presunção da inocência, individualização da pena
- d) legalidade, irretroatividade, moralidade, presunção da inocência, individualização da pena
- e) legalidade, impessoalidade, irretroatividade, presunção da inocência, individualização da pena

**39-** A codelinquência será configurada quando houver

- a) reconhecimento da prática da mesma infração por todos os agentes.
- b) ajuste prévio, na fase preparatória do crime, entre todos os agentes em concurso.
- c) concurso necessário, nas infrações penais, de agentes capazes.
- d) exteriorização da vontade de fazer parte da conduta e consciência da ação de outrem.
- e) prática dos mesmos atos executivos por todos os agentes.

**40-** Com referência ao arrependimento posterior, assinale a opção correta.

- a) O arrependimento posterior é causa obrigatória de diminuição de pena, admitindo-se a reparação do dano ou a restituição da coisa até o trânsito em julgado da ação penal.
- b) O autor da infração, ao arrepender-se, deverá, para que sua pena seja reduzida, reparar voluntariamente danos ou restituir a coisa subtraída, até o recebimento da queixa ou da denúncia.
- c) O arrependimento posterior incide exclusivamente nos crimes contra o patrimônio e impõe a restituição espontânea e integral da coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- d) Intervenção de terceiros na reparação do dano ou na restituição da coisa, desde que ocorra antes do julgamento, não afastará o reconhecimento de arrependimento posterior.
- e) Para que sua pena seja reduzida, o agente deverá, espontaneamente, logo após a consumação do crime, minorar as consequências dele e, até a data do julgamento, reparar danos.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**01-** A respeito dos sujeitos do processo penal, assinale a opção correta.

- a) Os advogados podem ser considerados pessoalmente sujeitos da relação jurídico-processual.
- b) Nas questões relativas à fiança, o terceiro prejudicado e o fiador do réu não podem assumir a condição de sujeitos ou partes secundárias na relação processual penal.
- c) Na excepcional situação da ação pública movida pelo ofendido — ação penal privada subsidiária da pública —, não há intervenção do MP.
- d) As causas de impedimento e de suspeição do juiz estendem-se aos membros do MP.
- e) As pessoas jurídicas, por não praticarem ações físicas intencionais, não podem figurar no polo passivo da relação processual penal.

**02-** No tocante à ação penal, conforme determina a lei processual, assinale a opção correta.

- a) A queixa-crime oferecida pelo ofendido nos crimes de ação penal privada não poderá ser aditada pelo Ministério Público, que atuará no processo apenas como fiscal da lei.
- b) Nos crimes de ação privada, se vários forem os autores da ofensa, o ofendido poderá escolher contra quem oferecerá a denúncia.
- c) A própria vítima do crime, ou seu representante legal, poderá propor a ação nos casos de ação pública incondicionada, se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo legal.
- d) Nos crimes de ação privada ou de ação pública condicionada à representação do ofendido, se este falecer no curso da lide, o juiz terá de nomear substituto processual para prosseguir com a ação.
- e) Depois de iniciada a ação penal condicionada à representação, o processo será extinto se o ofendido, a qualquer tempo, desistir do seu prosseguimento.

**03-** No tocante à ação penal, conforme determina a lei processual, assinale a opção correta.

- a) Nos crimes de ação privada ou de ação pública condicionada à representação do ofendido, se este falecer no curso da lide, o juiz terá de nomear substituto processual para prosseguir com a ação.
- b) Depois de iniciada a ação penal condicionada à representação, o processo será extinto se o ofendido, a qualquer tempo, desistir do seu prosseguimento.

c) A queixa-crime oferecida pelo ofendido nos crimes de ação penal privada não poderá ser aditada pelo Ministério Público, que atuará no processo apenas como fiscal da lei.

d) Nos crimes de ação privada, se vários forem os autores da ofensa, o ofendido poderá escolher contra quem oferecerá a denúncia.

e) A própria vítima do crime, ou seu representante legal, poderá propor a ação nos casos de ação pública incondicionada, se o Ministério Público não apresentar a denúncia no prazo legal.

**04-** Assinale a opção correta acerca das responsabilidades do perito oficial e das exigências técnicas e procedimentais inerentes ao exercício desse cargo.

a) Os peritos oficiais, em cada laudo elaborado, terão de consignar o compromisso de bem e desempenhar fielmente o encargo.

b) O laudo pericial, nos termos da legislação processual penal, deverá ser elaborado no prazo máximo de trinta dias, prorrogável por igual período.

c) A intimação de peritos para oitiva em juízo deverá ser feita com antecedência mínima de dez dias em relação à data do procedimento judicial.

d) No âmbito da investigação policial, o perito oficial deve se subordinar técnica e funcionalmente à autoridade policial que presidir o inquérito policial.

e) A elaboração de laudo pericial por profissional sem a devida habilitação legal tornará nula a prova somente se ficar demonstrada a ocorrência de prejuízo à parte interessada.

**05-** Com referência à ação penal, assinale a opção correta.

a) Nos procedimentos regulados pela Lei Maria da Penha, a renúncia à representação da ofendida é condicionada à realização de audiência prévia para tal fim.

b) No sistema processual penal pátrio, inexistente ação penal que dependa da requisição do ministro da justiça.

c) Na ação penal pública condicionada, a representação deve respeitar rigoroso formalismo, por ser isso condição específica da persecução penal.

d) O ordenamento pátrio não contempla a hipótese de ação privada personalíssima.

e) A renúncia ao direito de queixa e o perdão do ofendido não possuem características diferentes.

**06-** Um garoto de sete anos de idade foi atendido no pronto-socorro de um hospital com quadro de crise asmática. Embora tenha sido regularmente medicado, ele faleceu

trinta e seis horas depois devido a insuficiência respiratória. A médica plantonista foi indiciada por homicídio culposo com imputação de negligência no atendimento. O promotor de justiça, após exaustivas diligências, que incluíram o parecer de renomado pneumologista e outras diligências realizadas pela própria assessoria médica do órgão acusador, pediu o arquivamento da peça inquisitória um mês depois de encerrado o prazo previsto em lei para a propositura da ação penal, a partir da apresentação do relatório final pelo delegado. Nesse ínterim, o pai da criança, inconformado com a demora do MP em promover a denúncia no prazo da lei, ajuizou ação penal privada subsidiária.

Acerca dessa situação hipotética e de aspectos a ela correlatos, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- a) O simples fato de os autos terem ficado sem movimentação externa ao MP por prazo superior a quinze dias não autorizaria a propositura da ação penal privada.
- b) Se os autos tiverem estado em diligência a cargo de órgão auxiliar técnico do MP para análise das questões médicas envolvidas, então não houve omissão e, por isso, esteve suspenso o prazo para o exercício da ação penal privada.
- c) Caso a família da vítima tomasse ciência da realização de diligências no âmbito interno do MP para esclarecimento dos fatos e se manifestasse nos autos dessas diligências sem questioná-las, isso implicaria anuência, obstando o direito à ação penal privada.
- d) O direito de propor ação penal privada subsidiária poderia ser exercido a qualquer tempo, desde que decorrido o prazo legal conferido ao MP.
- e) Tendo a CF erigido como fundamental o direito da vítima e de sua família à aplicação da lei penal, a vítima e sua família podem tomar as rédeas da ação penal se o MP não o fizer no devido tempo.

**07-** Assinale a opção correta relativamente ao direito de representação como condição de procedibilidade da ação penal.

- a) O direito penal restringe-se ao trato da responsabilidade subjetiva, razão por que as pessoas jurídicas estão impedidas de representar.
- b) O requerimento de requisição do ofendido ou de seu representante legal deve conter a assinatura e a narrativa do fato de cada testemunha.
- c) O Ministério Público não pode dispensar a instauração do inquérito policial nas ações penais condicionadas a representação.
- d) É necessária a classificação jurídica do fato delituoso na representação do ofendido.
- e) A representação deve conter todas as informações para a apuração do fato delituoso, permitindo a lei que estas possam ser apresentadas oralmente à autoridade policial.

**08-** Joana, residente em Brasília – DF, está sendo processada em Recife – PE pela prática de crime de associação criminosa e roubo qualificado. Citada e intimada para interrogatório, a acusada alegou não possuir condições financeiras para contratar advogado nem para arcar com os custos do deslocamento para acompanhar o processo. Apresentou, ainda, testemunhas do fato e informou o endereço dessas testemunhas no estado da Bahia.

A respeito da oitiva das testemunhas indicadas por Joana e do interrogatório da acusada, assinale a opção correta.

- a) Incumbirá ao juiz de Recife intimar as partes sobre a expedição da carta precatória para a oitiva das testemunhas de defesa, sob pena de nulidade absoluta por ofensa ao devido processo legal.
- b) O juiz deverá intimar as partes da data em que será realizada a oitiva das testemunhas deprecadas, sob pena de nulidade por ofensa aos princípios do devido processo legal e do contraditório.
- c) Expedida a carta precatória para a oitiva das testemunhas de defesa, não haverá suspensão da instrução processual, que seguirá seu curso, não se podendo alegar ter havido prejuízo para a ampla defesa.
- d) Joana deverá ser interrogada necessariamente em Recife, lugar sede do órgão julgador, sob pena de nulidade por ofensa ao princípio da identidade física do juiz.
- e) A oitiva das testemunhas de defesa indicadas pela acusada poderá ocorrer por intermédio de carta precatória, cuja devolução condicionará a prolação da sentença criminal.

**09-** Tendo como referência as disposições legais do Código de Processo Penal sobre citações e intimações, assinale a opção correta.

- a) Estando o réu no estrangeiro, em local sabido, a sua citação será feita por carta rogatória, não havendo necessidade de suspensão do prazo prescricional.
- b) Ainda que citado por edital, em caso de posterior comparecimento do acusado, deverá ele ser citado pessoalmente, sob pena de nulidade.
- c) No caso de citação por edital, se o acusado não comparecer e não constituir advogado, o processo poderá prosseguir seu curso normal, desde que para ele seja nomeado defensor público.
- d) É válida a citação por edital que mencione o dispositivo da lei penal que fundamenta a imputação ao acusado, embora não transcreva o conteúdo da denúncia.
- e) Estando completa a citação por hora certa, caso o acusado não apresente resposta escrita no prazo legal, o processo e o prazo prescricional serão suspensos.

**10-** Em razão de não ser localizado para a citação pessoal, o réu foi citado por edital e constituiu advogado nos autos, fazendo o processo transcorrer normalmente. Um mês após ser constituído, o advogado renunciou ao mandado outorgado; o juiz intimou novamente o réu por edital para que comparecesse em juízo e constituísse novo advogado. O acusado permaneceu silente.

Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento majoritário do Superior Tribunal de Justiça, o juiz deverá

- a) declarar o réu revel e dar continuidade ao processo, nomeando defensor público ou dativo.
- b) intimar o acusado por hora certa.
- c) suspender o processo e a prescrição penal com efeito retroativo à citação editalícia.
- d) suspender o processo e manter o trâmite regular da prescrição.
- e) suspender o processo e a prescrição penal a partir do término do prazo transcorrido da nova intimação por edital.

**GABARITO****GABARITO PORTUGUÊS**

01: E	02: B	03: E	04: C	05: D	06: B	07: B
08: C	09: B	10: A	11: A	12: D	13: B	14: D
15: E	16: B	17: C	18: D	19: D	20: C	21: D
22: E	23: E	24: E	25: D	26: B	27: B	28: E
29: E	30: A	31: D	32: C	33: C	34: A	35: E
36: A	37: C	38: C	39: C	40: B	41: A	42: C
43: A	44: E	45: B	46: B	47: E	48: B	49: C
50: B	51: B	52: E	53: D	54: A	55: A	56: E
57: D	58: C	59: E	60: D	61: A	62: C	63: B
64: E	65: A	66: C	67: D	68: E	69: B	70: D
71: C	72: B	73: C	74: D	75: B	76: E	77: C
78: A	79: B	80: D				

**GABARITO ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

01: E	02: C	03: C	04: C	05: A	06: C	07: B
08: A	09: D	10: E	11: D	12: C	13: B	14: E
15: D	16: E	17: B	18: D	19: A	20: B	

**GABARITO ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO**

01: E	02: A	03: B	04: C	05: D	06: D	07: A
08: E	09: C	10: A	11: E	12: E	13: D	14: C
15: E	16: B	17: D	18: E	19: D	20: B	

**GABARITO DIREITO ADMINISTRATIVO**

01: C	02: A	03: D	04: E	05: D	06: D	07: E
08: B	09: D	10: C	11: C	12: D	13: E	14: B
15: D	16: E	17: E	18: C	19: E	20: A	21: D
22: C	23: D	24: C	25: C	26: B	27: B	28: D
29: D	30: B	31: E	32: A	33: A	34: C	35: B
36: B	37: D	38: B	39: C	40: A	41: E	42: D
43: E	44: B	45: E	46: E	47: E	48: C	49: C
50: D	51: A	52: C	53: D	54: D	55: B	56: C
57: C	58: A	59: B	60: B	61: C	62: C	63: D
64: A	65: A	66: C	67: E	68: D	69: C	70: D
71: D	72: A	73: C	74: E	75: B	76: D	77: D
78: C	79: E	80: B	81: B	82: D	83: D	84: B
85: E	86: E	87: B	88: B	89: D	90: D	91: D
92: C	93: C	94: E	95: C	96: C	97: C	98: D
99: A	100: E					

**GABARITO DIREITO CONSTITUCIONAL**

01: B	02: C	03: A	04: E	05: A	06: E	07: D
08: B	09: C	10: B	11: B	12: B	13: E	14: C
15: E	16: B	17: A	18: A	19: C	20: B	21: C
22: D	23: D	24: E	25: C	26: D	27: E	28: A
29: A	30: C	31: C	32: D	33: A	34: D	35: D
36: B	37: A	38: D	39: C	40: A	41: A	42: D
43: B	44: C	45: E	46: E	47: C	48: D	49: B
50: D	51: C	52: C	53: A	54: D	55: B	56: A
57: B	58: B	59: A	60: A	61: C	62: D	63: C
64: E	65: B	66: C	67: E	68: B	69: D	70: D
71: B	72: D	73: D	74: A	75: D	76: A	77: C
78: C	79: C	80: D	81: E	82: D	83: B	84: C
85: B	86: D	87: D	88: A	89: C	90: B	91: A
92: E	93: E	94: D	95: B	96: B	97: D	98: E
99: C	100: D					

**GABARITO DIREITO CIVIL**

01: C	02: E	03: D	04: D	05: B	06: B	07: B
08: A	09: A	10: B	11: E	12: B	13: B	14: C
15: D	16: E	17: C	18: B	19: D	20: A	

**GABARITO DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

01: D	02: C	03: D	04: D	05: B	06: B	07: D
08: A	09: E	10: A	11: B	12: E	13: C	14: B
15: D	16: B	17: C	18: D	19: B	20: B	

**GABARITO DIREITO PENAL**

01: E	02: C	03: D	04: B	05: D	06: A	07: B
08: E	09: A	10: B	11: D	12: B	13: B	14: A
15: E	16: B	17: A	18: D	19: A	20: A	21: D
22: A	23: A	24: A	25: A	26: B	27: B	28: B
29: A	30: E	31: C	32: C	33: A	34: B	35: B
36: B	37: C	38: C	39: A	40: B		

**GABARITO DIREITO PROCESSUAL PENAL**

01: D	02: C	03: E	04: C	05: A	06: E	07: E
08: C	09: D	10: A				